



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA</b>		
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>Nº:</b> 1167/13	<b>DATA:</b> 21/08/2013
<b>INÍCIO:</b> 10h15min	<b>TÉRMINO:</b> 14h42min	<b>DURAÇÃO:</b> 4h27min
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO:</b> 4h27min	<b>PÁGINAS:</b> 104	<b>QUARTOS:</b> 54

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**CARLOS ROBERTO COSTA** - Diretor-Presidente da Telexfree Marketing Multinível.  
**ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGO COSTA OLIVEIRA** - Coordenadora de Análise Técnica e Orientação Normativa do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça.  
**RICARDO FARIA** - Coordenador-Geral de Relações Institucionais, da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda.  
**CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA** - Procurador da República do Ministério Público Federal.  
**JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Presidente da BBOM.  
**LUCILENE SILVA PRADO** - Diretora Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas — ABEVD.  
**MOISÉS DINIZ** - Deputado Estadual pelo Acre.  
**JOSÉ ILDSO BARBOSA** - Presidente da Associação Acriana de Marketing Multinível.  
**GERALDO JAQUES GERALDIN** - Presidente da Associação Nacional de Marketing Multinível.

**SUMÁRIO:** Discutir as ações das empresas de *marketing* multinível no Brasil.

**OBSERVAÇÕES**

Houve exibição de imagens.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Há orador não identificado.  
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Eu gostaria de saudar todos os presentes e dar-lhes as boas-vindas a esta audiência pública, que, pela própria expressão do público presente, promete um grande debate. O tema é extremamente pertinente, oportuno e apropriado, e eu tenho certeza de que nós teremos uma manhã de bons resultados.

Eu queria informar que esta é uma audiência pública conjunta da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, da Comissão de Defesa do Consumidor e da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e que ela está sendo realizada a requerimento dos Parlamentares Perpétua Almeida, Rosinha da Adefal, Ângelo Agnolin, Renan Filho, Paulo Teixeira, Jesus Rodrigues, Silvio Costa, Sandro Alex e Lourival Mendes, da CCJ. Ela foi proposta com o objetivo de discutir as ações das empresas de *marketing* multinível no Brasil.

Esta audiência será composta de duas mesas de exposição. Naturalmente, o tema suscita uma expectativa muito grande com relação ao que será colocado aqui. Eu diria, de antemão, que, dado todo o noticiário inerente a essas atividades, nós haveremos de direcionar o trabalho de maneira a que tenhamos capacidade de construir um modelo que possa diferenciar as formas de atuar. Nós teremos, efetivamente, que encontrar uma forma de separar, como se diria na linguagem popular, o joio do trigo.

Nós sabemos que distorções gritantes, agressivas, têm criado transtornos enormes e prejudicado, e muito, famílias. Mas nós também entendemos que algumas empresas atuam de forma correta, lícita, e têm interesse em praticar o bom comércio, o bom negócio. Nas suas colocações, os autores dirão de forma mais veemente o que lhes orientou a fazer a convocação desta audiência pública.

Eu queria, juntamente com o meu colega Deputado José Carlos, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, com o Deputado Lourival Mendes, da CCJ, e com o Deputado Silvio Costa, definir um procedimento. Eu sugeriria, Deputados, que nós ouvíssemos de antemão os expositores, para darmos celeridade aos trabalhos, e depois nós passássemos ao debate. Se houver concordância, nós faremos o debate logo após as exposições.



E o Deputado José Carlos Araújo, que é Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, faria, por sugestão do Deputado Silvio Costa, uma breve introdução, em nome da CDC. Depois nós passaríamos às exposições. Pode ser? *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Bom dia a todos. Quero saudar a Mesa na pessoa do Deputado Ângelo Agnolin, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, e da Deputada Perpétua Almeida, única mulher na Mesa, na pessoa de quem saúdo a todas as mulheres presentes. *(Palmas.)* Saúdo também o Senador Sérgio Petecão, que está aqui também, prestigiando esta Comissão.

Estamos aqui hoje exatamente para ouvir os dois lados e tentar chegar a um entendimento que seja o melhor para o povo brasileiro. O que nós não podemos é deixar que continuem acontecendo queixas de todos os lados, sem esta Casa tomar uma posição. Portanto estamos aqui para ouvir todos os lados e tomar uma decisão, que, é lógico, vai sempre estar do lado do povo brasileiro, porque nós fomos eleitos por ele.

Sou Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, e todos nós somos consumidores desde a hora em que nascemos até a hora em que morremos. Quando nascemos, os nossos familiares já começam a comprar fraldas, e, logicamente, ao desaparecermos, ao mudarmos para uma vida melhor, alguém tem que comprar, para a nossa despedida, o caixão e outras coisas.

Portanto, nós somos consumidores por excelência, e temos que ser protegidos por esta Casa. Nós estamos aqui, eu, por exemplo, e o Deputado Silvio Costa, que é um dos autores do requerimento, para procurar um meio comum de proteger os nossos consumidores.

Devemos agora tomar uma decisão sobre procedimento, porque, pelo que eu estou vendo, esta audiência promete ir longe, passar do meio-dia. Então nós temos que definir o andamento da reunião. Nós ontem iniciamos uma sessão às 14h15min e só saímos às 20h30min. Esta promete mais ou menos esse caminhar, o que não é nenhum problema, desde que o povo saia satisfeito e nós achemos uma forma de agradecer os nossos contribuintes, os nossos consumidores, com a decisão que tomarmos aqui.



Uma proposta é nós ouvirmos os expositores e logo depois os autores do requerimento, para depois iniciarmos o debate.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Srs. Presidentes, eu queria pedir um favor: que os expositores, de fato e de direito, sejam representantes legais das empresas. Não basta serem divulgadores da empresa A, B ou C. Acho que nesta audiência, Senador Petecão, só deveria falar aquele que provasse que é realmente representante legal da empresa.

Era isso o que eu queria deixar claro, porque a assessoria das três Comissões teve dificuldade enorme de encontrar o representante legal de umas das empresas, cujo nome eu não quero citar agora — na hora em que eu for falar, eu vou dizer. Estou curioso para saber quem vai ser o representante legal dessa empresa.

Então, peço aos senhores que, para falar aqui, seja preciso provar ser o representante legal. *(Palmas na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O que o Deputado Silvio Costa pediu é óbvio. Ninguém pode vir aqui falar por uma empresa sem ser seu representante legal.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não é óbvio, não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - É óbvio.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Presidente, não é óbvio!

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - A Presidência está falando, tenha calma. Nós vamos tomar a decisão. Esta Mesa vai tomar a decisão. É claro que nós vamos tomar a decisão. Se não for representante legal, se não tiver documento provando que é representante legal, a pessoa não vai poder falar como expositor, terá que se inscrever como qualquer outro que está aqui, e falar se possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Na verdade, todos os que vão expor confirmaram, por suas respectivas empresas e instituições, que iriam falar pelas respectivas empresas e instituições. Houve essa confirmação dos que vão fazer exposição e estão aqui já elencados. Vamos ler o nome deles: Lucilene Silva Prado, Diretora-Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas; Geraldo Jaques Geraldin, Presidente da Associação Nacional de Marketing



Multinível; José Ildson Barbosa, Presidente da Associação Acreana de Marketing Multinível; Carlos Costa, Diretor-Presidente da Telexfree; Renato Opice Blum, sócio e advogado da Opice Blum Advogados Associados; e João Francisco de Paulo, Presidente da BBOM. Todos se credenciaram como representantes legítimos das respectivas empresas.

Eu acho que nós poderíamos pactuar aqui também um tempo de exposição de 10 minutos, conforme já foi sugerido aos expositores, 10 minutos improrrogáveis e sem apartes, portanto 10 minutos para expor o seu raciocínio.

Pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, o Deputado Sandro Alex gostaria de fazer uma breve saudação, e também a Deputada Perpétua Almeida quer fazer alguns comentários, rapidamente.

**O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX** - Bom dia a todos. A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática está presente para debater este tema. E vejam a importância dada e este encontro: nós transferimos a audiência para este auditório.

Tenho certeza de que o Brasil acompanha esta audiência porque, nos mais diferentes Estados e Municípios do interior que percorro, as pessoas sempre me questionam sobre este assunto.

Nós hoje queremos separar quem realmente quer prestar um trabalho, um serviço, e aproveitar essa tecnologia, de quem quer praticar um crime. Nós vamos fazer essa separação e vamos encaminhar em conjunto, as três Comissões, um projeto para regulamentar o assunto.

Para o Congresso, a Internet ainda é um assunto muito recente, haja vista que o Marco Civil ainda não foi votado. E as discussões aqui já se deparam até mesmo com a soberania nacional, com a quebra de sigilo, como as senhoras e os senhores estão acompanhando.

É importante a participação de vocês porque, quando há desconhecimento de um assunto, a primeira reação é tratar a todos como criminosos. Nós hoje vamos dar um encaminhamento. Se a tecnologia está aí para colaborar para o rendimento, para a prestação de um serviço para a população, a Câmara não vai impedir seu uso, vai regulamentar a questão.

Bom trabalho a todos! (*Palmas na plateia.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - A Deputada Perpétua Almeida também quer fazer uns comentários, e eu gostaria que todos fossem bem breves nessas manifestações, para podermos iniciar logo as apresentações, as exposições, os painéis. Em seguida passaríamos aos debates.

Por favor, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA** - Colegas, bom dia! Só quero fazer alguns esclarecimentos necessários.

Primeiro: de última hora nós tivemos que transferir a audiência pública para este plenário porque o plenário das Comissões, onde são feitas as audiências públicas normalmente, não pegaria nem a metade deste grupo. Isso já demonstra que este debate tomou conta do Brasil.

Segundo: pelo menos 800 pessoas tentam neste momento acessar o *site* da Câmara para participar do debate. Já há pelo menos 200 pessoas no debate *on-line* do e-Democracia, que a Câmara colocou à disposição.

Também estão aqui vários Deputados Federais que não são de nenhuma das três Comissões — daqui a pouco iremos registrar essa presença. Aproveito para registrar a presença do Senador Sérgio Petecão.

Do Acre, por exemplo, vieram, salvo engano, pelo menos cinco Deputados Estaduais, ou quatro Deputados Estaduais. E há representação de outros Estados também.

Outra informação importante para que não haja confusão — já há perguntas nas redes sociais e no *site* da Câmara: esta audiência pública não muda a decisão da Justiça do Acre. Aquela decisão vai continuar nos fóruns das decisões, com os advogados, na briga e na disputa. Esta audiência pública aqui é para que se abra no Congresso Nacional o debate sobre a possível regulamentação e a legalidade das empresas de *marketing* multinível no Brasil.

Depois desta audiência pública, o Deputado Estadual Moisés Diniz, que está coordenando as associações e os grupos de *marketing* multinível, vai chamar uma reunião da Associação Geral, para que se possam discutir os termos da regulamentação de um projeto que todos nós aqui desta Mesa e quem mais quiser assinar vão assinar, para de fato se realizar nas Comissões um debate sobre a legalidade desse procedimento questionado hoje pela Justiça do Acre e por várias



Justiças dos Estados. É bom fazer este esclarecimento, para que as pessoas não achem que, depois desta audiência pública, as empresas vão estar autorizadas a voltar aos seus trabalhos. O.k.?

O Deputado Popó daqui a pouco também vai fazer uma saudação, porque já está organizando a Frente Parlamentar da regulamentação do *marketing* multinível no Brasil.

É isso, Sr. Presidente. *(Palmas na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Muito bem.

Nós vamos agora cumprir o ritual da Mesa. Vamos passar a palavra por alguns minutinhos aos Deputados Acelino Popó, Jesus Rodrigues, Lourival Mendes e Silvio Costa, que está aqui como o primeiro da lista.

Com a palavra o Deputado Acelino Popó.

**O SR. DEPUTADO ACELINO POPÓ** - Bom dia a todos.

Primeiro eu quero agradecer pela presença ao Senador Sérgio Petecão, que é um grande parceiro e um grande amigo lá do Acre. Que o diga o Governador! O Governador do Acre entrou numa briga comigo, meu Deus do céu!

Gente, primeiro eu quero agradecer a presença de todos e esclarecer o nosso apoio à regulamentação dessas entidades. Alguns sofrem muito. Venderam suas casas, seus carros, para iniciar um projeto de vida futuro, e a Justiça não só os proibiu de fazer o seu trabalho, mas também prejudicou as pessoas que precisavam da sua mensalidade para sobreviver.

Infelizmente, há muita gente hoje passando fome, muita gente passando dificuldade por isso. Essa Frente que vamos abrir é justamente em defesa dessas pessoas, em defesa de vocês que entraram, em defesa de vocês que criaram também, para que alguém encontre uma solução. Muita gente está achando que é o avestruz, que é o boi gordo, aquela coisa toda, mas a coisa é totalmente diferente, distinta.

A promotora que entrou proibindo, seria bom um dia a gente marcar uma audiência pública para esclarecer com ela o porquê. Seria interessante. *(Palmas na plateia.)* E, como a gente está criando essa Frente Parlamentar, convido a Deputada Perpétua Almeida para ser a Vice-Presidenta.

Eu só entro numa luta para ganhar. *(Palmas na plateia.)*



Se, verdadeiramente, vocês provarem que isso é legal, nós vamos conseguir, tenham certeza disso. Mas eu preciso da ajuda de todos vocês. Ainda estou me aprofundando no caso, para poder debater melhor o assunto. Mas eu queria que vocês que criaram, os presidentes que trouxeram esse serviço aqui para o País, fizessem um esclarecimento bem profundo e objetivo, para que as pessoas pudessem entender melhor, não só nós, Deputados, mas também quem está em casa nos assistindo, aquelas pessoas que têm vontade de entrar no ramo, algumas que já entraram e hoje estão querendo sair porque não sabem o que vão fazer, não sabem como vai ser o futuro. O esclarecimento de vocês vai ser extremamente importante para esta Casa.

Eu já quero agradecer e registrar o meu apoio, não só como Deputado, mas como cidadão brasileiro e tetracampeão mundial de boxe. Estou aqui para apoiar vocês. *(Palmas na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Eu agora passo a palavra ao Deputado Lourival Mendes, da Comissão de Constituição e Justiça, recomendando observar os 3 minutos, se for possível.

**O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES** - Com certeza, Sr. Presidente. Vamos obedecer criteriosamente às determinações de V.Exa.

Eu queria agradecer à Deputada Perpétua Almeida e a todos os demais Deputados que nos permitiram discutir esta matéria, uma matéria que o Brasil não estava discutindo.

O Brasil permitiu que essa atividade se implantasse. O mundo inteiro está integrado neste processo de globalização digitalizada. O mercado existente, que é um mercado forte nos Estados Unidos, em Israel, na Holanda, no Japão, na Inglaterra, enfim, em mais de 46 países, ele já é um comércio legalizado e implantado.

Você pratica ato por ação ou por omissão, e o Brasil permitiu que milhões de brasileiros entrassem, participassem nesse processo que domina o mundo todo. *(Palmas na plateia.)* Esta Casa não pode se furtar a defender os milhões de brasileiros envolvidos nesse processo. *(Palmas na plateia.)* E o Brasil, a Câmara Federal, o Congresso Nacional tem que discutir a questão exaustivamente e acompanhar o mundo moderno.





Nós temos legislação no nosso País, por exemplo, sobre terrenos de marinha, de 1831. O mundo não comporta mais esses entendimentos. É preciso que esta Casa discuta políticas que venham a ajudar no desenvolvimento social, na inclusão, na geração de emprego, na geração de renda das empresas. É essa a discussão que nós queremos trazer à pauta. É preciso discutir o conceito, porque quem paga imposto e gera emprego não pode ser tido como criminoso. (*Palmas na plateia.*) Quem acredita no mercado de investimento e na Bolsa de Valores, quem acredita na realização dos seus sonhos, quem investe suas economias, precisa ser defendido pelo Congresso brasileiro. (*Palmas na plateia.*) É por isso que nós entramos na defesa dos investidores e divulgadores que estão envolvidos nesse processo no Brasil. (*Palmas na plateia.*)

Para concluir. Eu liguei para o Deputado Jesus Rodrigues, lá do Piauí, e para a Deputada Perpétua. Estamos fazendo uma audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça, da qual eu tenho a honra de ser membro titular. E, como membro titular, eu quero dizer a vocês que nós vamos aprofundar esse processo de discussão das empresas de *marketing* multinível no Brasil e de seus investidores. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Antes de passar a palavra ao Deputado Jesus Rodrigues, eu gostaria de anunciar a presença aqui da Deputada Luciana Santos, do Deputado Francisco Chagas, do Deputado Paulo Wagner, dos Deputados Estaduais Lira Moraes e Eber Machado, ambos do Acre, do Senador Sérgio Petecão — é um prazer —, do Deputado Henrique Afonso, do Deputado Estadual do Acre Jonas Lima, da Deputada Antônia Lúcia, também do Acre, do Deputado Weliton Prado, do Deputado Celso Maldaner, do Deputado Gladson Cameli e do Deputado Renan Filho, que é autor do requerimento e também terá 3 minutos para fazer suas colocações iniciais. Se eu omiti algum nome, logo, logo farei o registro.

Passo a palavra ao Deputado Jesus Rodrigues, também autor do requerimento de convocação desta audiência pública.

**O SR. DEPUTADO JESUS RODRIGUES** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria saudar a Mesa na pessoa da Deputada Perpétua, que foi quem primeiro apresentou o requerimento.



Eu apresentei o Requerimento nº 223, ainda no dia 17 de julho, antes do recesso, a pedido de companheiros do Piauí. Primeiro, recebi a ligação do Feliciano, que é de uma cidade próxima a Teresina, Demerval Lobão, e, alguns dias depois, recebi a ligação de outro amigo, Marcondes Limoeiro, lá de Acauã, no Piauí, próximo à divisa de Pernambuco. Chamou a atenção que pessoas assim tão distantes estivessem preocupadas com um assunto do Acre. Há muita gente envolvida nisso. Pouco tempo depois, recebi a visita do Geraldin, que é um dos expositores aqui, e isso reforçou a minha convicção de que nós precisamos aclarar este assunto, se é pirâmide, se é corrente... Nós vamos debater este assunto.

O que nós queremos é regulamentar o trabalho. A proposta aqui é realmente partir para a regulamentação desse trabalho, de forma a garantir renda, a fazer com que as empresas paguem os impostos devidos pelo seu trabalho e as pessoas que obtenham renda desse tipo de atividade possam declarar essa renda, pagar o imposto devido. Vamos regulamentar esse trabalho, que eu sei que é novo, ainda muito recente. Esta é a Casa, a Câmara Federal, o Senado Federal, o Congresso Nacional, que faz essa regulamentação, e eu estou aqui para trabalhar junto com vocês. Está aqui o Geraldin, que esteve lá com a gente.

Quero dizer também que, em razão de outros compromissos agendados, eu só ouvirei as palestras até pouco depois de 11 horas, porque tenho uma audiência às 11h30min. Mas tenho certeza absoluta de que esta é apenas a primeira audiência em que vamos tratar desse assunto, porque outras virão, com certeza, com muito mais gente, do Brasil inteiro, para debater este assunto na Câmara Federal.

Muito obrigado. *(Palmas na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Dando continuidade às manifestações iniciais, eu passo a palavra ao Deputado Silvio Costa.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Com todo respeito aos companheiros que me antecederam, esta é uma audiência pública para que a gente esclareça procedimentos e chegue a algum lugar. Nesta audiência pública estão representados o Ministério da Fazenda do Brasil e o Poder Judiciário do Brasil. Nós precisamos definitivamente dar as respostas técnicas que o Brasil quer ouvir.

Por exemplo, o Presidente Ângelo Agnolin decidiu que vai falar primeiro o representante da Telexfree, depois o representante da BBOM. Ora, eu preciso ser



convencido. Eu preciso, como cidadão e como Parlamentar, ser convencido de que essas empresas estão com um bom direito, de que essas empresas estão atuando na legalidade. Se eu for convencido, se a Justiça do meu País for convencida, se o Poder Executivo for convencido — por favor, não batam palmas, não, porque senão atrapalha —, nós vamos criar aqui uma comissão de Parlamentares e vamos ao Supremo dizer que a Justiça do Acre está errada. Agora, se eles não provarem que as empresas são sérias, evidentemente a gente tem a obrigação de tomar outras providências, porque, nesse ramo, lá na minha terra, um foi preso.

O meu amigo Deputado Gladson Cameli, quando eu dei entrada ao requerimento, ele estava preocupado porque o Acre está sofrendo muito, assim como o Senador Petecão, a Deputada Perpétua, os Parlamentares do Acre — e eu não quero politizar. O Acre está sofrendo com isso. Tudo está começando lá. Agora, não dá, lotado como está este auditório, para o Ministério da Fazenda e o Poder Judiciário quererem ir embora. Isto aqui está parecendo reunião política, mas não é. Não é reunião política, é reunião para dar respostas ao Brasil.

Eu, por exemplo, estou curioso para ouvi-los, porque agora mesmo, em setembro, nós vamos votar o Marco Civil da Internet, então é hora de apresentarmos projetos e emendas para regulamentar o *marketing* multinível. Porque há uma grande diferença entre *marketing* multinível e pirâmide, uma grande diferença entre seriedade e picaretagem. Tem gente se aproveitando da Internet para fazer picaretagem.

Então eu quero ser convencido aqui, e, se eu for convencido, vou virar um militante da causa — se eu for convencido. Mas, se eu não for convencido, eu vou para cima, com o direito que eu tenho de Parlamentar.

Sr. Presidente, eu queria implorar aos representantes da Fazenda, do Ministério Público Federal e do Poder Judiciário que fiquem aqui, porque esta é uma audiência pública séria, e nós queremos esclarecimentos.

Muito obrigado. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Silvio, eu gostaria de elucidar o propósito deste encontro, desta reunião, desta audiência. Eu dizia, quando abri os trabalhos, que é muito importante que as ações do bem, que as ações lícitas, que possam efetivamente mostrar sustentabilidade, contribuam



para que nós possamos identificar as que não são. Esse trabalho é bom para quem é correto, para quem faz as coisas com bons propósitos, porque o risco é todo mundo entrar na vala comum e isso virar uma cadeia desastrosa. Nós precisamos desta audiência extrair fórmulas, para que se tirem as dúvidas sobre a transparência do negócio. Este é o propósito desta Casa, não é ficar contra ou a favor, do lado de lá ou do lado de cá. Esta Presidência não está de lado nenhum, está do lado do esclarecimento, da transparência, que é o que o Brasil cobra hoje. Aos que fazem bem feito, excelente, ótimo. Agora, se alguém não age de boa-fé, haveremos de identificá-los, haveremos de excluí-los do processo, sob pena de contaminarmos os do bem. Este é o propósito desta audiência. Desta forma estamos conduzindo este trabalho. E espero que esta regra prevaleça até o final da audiência pública.

Deputado Renan Filho, por favor.

**O SR. DEPUTADO RENAN FILHO** - Bom dia. Eu queria agradecer ao Presidente Ângelo Agnolin a palavra e parabenizar a Deputada Perpétua Almeida, autora intelectual do requerimento, que nós subscrevemos por entender a importância do tema. Eu tenho procurado pautar o meu mandato aqui pelo contato direto com a população, e este é um tema que hoje reúne muita gente no Brasil inteiro.

Uma audiência pública desta natureza, para quem é membro dessas empresas, é fundamental, ela é fundamental para quem é investidor, para quem é proprietário, para quem está desenvolvendo alguma atividade de *marketing* multinível. Mas é fundamental também que nós respeitemos as opiniões contrárias.

Eu próprio, como o Deputado Silvio Costa, quero defender a legalidade, defender os bons negócios, defender as empresas que vêm para o mercado prestar um bom serviço, atender os interesses dos seus clientes, gerar emprego, distribuir renda e ajudar o País a avançar, a crescer. Aquelas empresas que estiverem com esse foco, fiquem todas tranquilas, porque terão, sem dúvida, estes Deputados ao seu lado. Agora, não podemos permitir que o povo brasileiro seja lesado, por qualquer que seja o ramo de atividade, *marketing* multinível ou qualquer outro.

Nós observamos pela imprensa muito disse-me-disse, muitas informações desconstruídas. Uma matéria apresenta pessoas que perderam dinheiro, outra matéria apresenta gente que ganhou e que quer continuar trabalhando. Por isso nós



precisamos esclarecer o setor, tirar dúvidas, soprar para longe a cortina de fumaça. Somente aqui no Parlamento se pode fazer isso.

Muita gente critica o Parlamento. Muita gente não entende a importância do Parlamento, mas uma das importâncias do Parlamento é proteger o cidadão, é fiscalizar a atuação do Estado e de empresas que interferem na vida das pessoas. Por isso uma audiência como esta é tão importante e mobiliza gente do Brasil inteiro.

Eu acabei de receber, sem ter sido informado previamente, um companheiro de Alagoas. Tem aqui gente de Alagoas, do Acre, do Brasil inteiro. E o nosso trabalho aqui é proteger essas pessoas e incentivar a atuação das empresas sérias, que possibilitam a geração de empregos no País, que geram oportunidades de negócio antes desconhecidas.

Mas eu preciso de um esclarecimento. Aqui nesta Casa ninguém conhece tanto o *marketing* multinível quanto vocês, quanto muitos de vocês que atuam, os representantes do Ministério da Fazenda e os representantes das empresas. Agora vamos construir condições para que esta Casa possa deliberar, regulamentar o setor, criar condições para que as pessoas trabalhem com tranquilidade, invistam seus recursos com tranquilidade, se sérios os negócios forem.

Eu queria finalizar minhas palavras dizendo que este é um assunto que interessa ao Brasil inteiro. Muitos números são citados: 1 milhão de pessoas, 2 milhões de pessoas... Não importa quantas são exatamente, elas são muitas, e essas muitas estão hoje representadas por vocês. Nós estamos cumprindo o nosso papel, que é esclarecer, que é tirar da escuridão este tema que é tão importante para o Brasil.

Fico feliz de poder participar desta discussão. Parabéns a todos que organizaram esta reunião. Que ela tenha a magnitude deste Auditório Nereu Ramos, que já recebeu muitas das mais importantes audiências públicas deste País!

Muito obrigado e parabéns a todos pela presença. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Obrigado, Deputado Renan Filho, sempre lúcido nas suas exposições.

Nós vamos iniciar as apresentações com a Telexfree, representada pelo Sr. Carlos Costa.



Bem, nós iríamos formar a Mesa com os expositores, mas, como temos hoje uma forte representação de Parlamentares, vamos pedir aos expositores que permaneçam onde se encontram e façam uso da tribuna para as devidas apresentações.

Antes de passar a palavra ao Dr. Carlos Costa, quero registrar a presença do Deputado Renato Molling, atuante membro da nossa Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e do Deputado Áureo.

As regras já estão definidas. Serão 10 minutos para a apresentação, com oportunidade de réplicas e tréplicas e, se possível, também de outras manifestações.

Passo a palavra ao Dr. Carlos Costa, Presidente da Telexfree. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Pessoal, primeiro eu quero agradecer e cumprimentar a Mesa, o Presidente e todos os integrantes da Mesa, por esta oportunidade de provar ao nosso grande País que o nosso negócio é lícito. Vamos vencer, não só a Telexfree. Vamos vencer, vamos provar que o negócio do *marketing* multinível é legal, sim!

Para que vocês tenham uma ideia, eu trouxe hoje alguns documentos que mostram que a Colômbia, país vizinho aqui na América Latina, tem uma regulamentação. Poucas pessoas sabiam disso. Muitos dos nossos políticos talvez nem tivessem esse conhecimento. Mas essa é uma grande realidade.

Outra coisa. Como o nosso querido Deputado Silvio Costa disse, nós temos que provar aqui, em poucas palavras, que o nosso negócio é legal, sim.

Vamos lá.

Pessoal, a nossa companhia comercializa um produto, como qualquer outra empresa, a diferença é a forma como nós colocamos nosso produto no mercado. Nós contamos com os nossos investidores, em primeiro lugar, e, é lógico, com a satisfação dos nossos consumidores. Os investidores pagam, adquirem, compram no atacado, e levam o produto ao mercado. É dessa forma que trabalha a Telexfree, e não há nada de ilegal nisso. Ou nos provem, pelo amor de Deus, que isso é ilegal!

Todas as empresas sérias que trabalham com *marketing* multinível adotam o mesmo formato, e nós ainda temos a vantagem de, no nosso sistema, por ser tratar



de uma tecnologia, poder mostrar nossos reais consumidores, diferentemente de outras empresas, que não têm controle de seus consumidores, porque apenas fazem as vendas no atacado.

O nosso produto hoje já é algo fantástico. Para que vocês tenham uma ideia — permita-me a Mesa —, levante o braço quem já usa VoIP no Brasil. (*Manifestações na plateia.*) Isso não é nada. Por quê? Porque daqui a 4 ou 5 anos essa tecnologia vai tomar 50% do mercado da comunicação mundial. Imaginem o quanto ela tem para crescer. Esse, Deputados, é o nosso produto.

E temos outros produtos a lançar. O lançamento foi interrompido pela liminar lá do Acre, mas esse não é o caso agora, porque nós estamos aqui para falar do *marketing* multinível.

Segunda coisa, pessoal. Todos os nossos divulgadores têm o Imposto de Renda retido na fonte. Têm ou não têm? (*Manifestação da plateia. Têm!*) Consumidor tem Imposto de Renda retido na fonte, por acaso? (*Manifestação da plateia. Não!*) Pronto, essas pessoas são investidoras e não consumidoras. E são elas que estão brigando pelo direito de continuar comercializando os nossos produtos. Tomara, Deus, que a gente consiga isso!

Fica provado. Para que vocês tenham uma ideia dos números, só a Telexfree, de janeiro até maio, se eu não engano, recolheu em Imposto de Renda na fonte, descontou do nosso divulgador e pagou ao Governo Federal mais de 130 milhões de reais! (*Palmas na plateia.*) Isso comprova que estamos aqui para trabalhar, e de maneira séria, de maneira correta, de maneira honesta. Se o Judiciário, cumprindo o seu dever, está tomando cuidado com vocês, com as pessoas, levando à empresa algumas investigações, eu estou deixando claro aqui que sou favorável a que se faça justiça. Pelo amor de Deus, não vão inverter a situação, não! O nosso negócio é este: temos os investidores, que são estas pessoas aqui, querendo trabalhar, e elas também trazem para a empresa os consumidores. Essa é uma grande realidade.

Outro ponto que eu quero tocar para vocês é o seguinte, pessoal. Não só os divulgadores pagam os seus impostos sobre os seus ganhos, com o Imposto de Renda retido na fonte, como também a empresa paga todos os seus impostos. Inclusive, para que algumas pessoas vejam, eu até trouxe aqui o regulamento do



*marketing* multinível na Colômbia. Para quem não conhece está aqui. Com certeza vocês conseguem pegar também na Internet. Mas deixa eu ver uma coisinha aqui rapidamente, para que a gente passe para vocês sobre os pagamentos de tudo que se precisa pagar.

Muitos estavam acusando a Telexfree Ympactus de não ter regulamentação etc. e tal na ANATEL. E eu tenho aqui — não estou achando, de repente, ficou ali com o nosso advogado. Ah não, está aqui — e eu tenho o prazer de mostrar para todos vocês que ontem foi paga uma multa que a Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL me cobrou. Se foi paga a multa, é por que, pessoal? É porque não tem regularidade. Eu fui multado. Eu fui multado e paguei. Então, qualquer coisa que tivesse do início eu já passaria às suas mãos.

Então, se tivesse qualquer irregularidade do início até agora, acabou naquele dia em que eu paguei a multa. Por que quem cobrou? Quem me cobrou? (*Palmas na plateia.*) Eles me cobraram.

Foi dessa forma que aconteceu. Então, a empresa quer deixar claro o seguinte, todos os impostos que tiverem que ser pagos hoje a empresa está pagando. E, se porventura e com a graça de Deus vier a regulamentação do *marketing* multinível no Brasil e criarem outros impostos, porque, provavelmente, podem vir, nós iremos pagar também. (*Palmas na plateia.*)

A nossa empresa não precisa sonegar um único centavo para mostrar que esse negócio é sustentável, sim, para ela e para todas as pessoas que desenvolvem o negócio com ela. Entendam o seguinte, a Telexfree não vai envergonhar nenhum de vocês que convidaram seus familiares e outras pessoas. Isso não faz parte da nossa filosofia, aqui não tem vagabundo, está certo, pessoal? (*Palmas na plateia.*)

Eu ainda tenho mais para falar. Aliás, para falar teria muita coisa, mas vamos só pontuar para que todo mundo possa se manifestar. Eu não sei quanto tempo eu tenho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Dez minutos.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Ainda falta muito tempo. Vamos lá, pessoal, vamos segurar um pouquinho.

Então, pessoal, continuando, na trajetória dessa empresa, que fica muito simples passar para todos vocês... Eu venho lutando nesse mercado há muito





tempo, não é de agora. A Telexfree não foi criada do dia para a noite. Muitas pessoas aqui me conhecem nesse mercado. E, se fosse para criar alguma coisa errada, com certeza, poderia ter sido criada há muito tempo. Porque só coisas sérias, coisas íntegras é que demoram muito tempo para serem criadas. E a Telexfree nasceu, criou um marco no multinível mundial. Então, por isso, algumas empresas podem não estar gostando do nosso sucesso. Mas eu não posso fazer nada. Está certo?

Então, a empresa está levando as pessoas a terem sucesso nas suas vidas pessoais. E é por isso que está aqui. Onde neste País tantas pessoas estariam protegendo uma empresa, lutando por ela? Eu nunca vi isso. Eu nunca vi isso. Mas isso está acontecendo com a Telexfree.

Com o fato de o Acre entrar com aquela liminar — aí a opinião do Carlos Costa, por favor, absurda, absurda em todos os pontos —, o que aconteceu? Era para os divulgadores da Telexfree fazerem o quê? Sumirem, cada um para um lado. Afinal de contas é a Justiça. e nós respeitamos e vocês também têm que respeitar, está certo? Era para todo mundo correr, mas o que aconteceu? Aconteceu o contrário. As pessoas já conheciam a Telexfree, as pessoas já conheciam o que a Telexfree Representava em suas vidas. Hoje a Telexfree traz o quê? Uma melhor moradia, uma melhor educação, uma melhor saúde para essas pessoas. (*Palmas na plateia.*) Ela traz isso para as pessoas.

Então, ninguém quer perder. E tendo isso, pagando seus impostos em dia. Então, as pessoas não querem perder isso. Eu garanto aqui a vocês, gente, por favor, vamos mostrar, aqui é a hora de a gente provar quantas pessoas na Telexfree nunca haviam pago Imposto de Renda. Levantem o braço. (*Palmas na plateia.*) Está aí a prova de que o nosso serviço não leva ninguém para ilegalidade, muito pelo contrário. A Telexfree hoje é responsável por pessoas que nunca pagaram Imposto de Renda estar pagando. E verdade ou não é, pessoal? (*Palmas na plateia.*) E não pensem que são pessoas com 18, 19 anos, são pessoas da minha idade mais ou menos, vou esconder um pouquinho, 40, 50, 30, 45.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Dr. Carlos, eu acho que nós já estamos chegando ao limite dos 10 minutos.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Já estourou?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Já, já. Mais 3 minutos para finalizar.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Vamos finalizar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Mais 3 minutos e vamos passar ao próximo apresentador.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Então, pessoal, a Telexfree tem essa filosofia. Hoje, pela Internet — a palavra que realmente eu tenho de usar é essa —, é uma agressividade, graças a Deus. É uma velocidade muito grande. Então, isso, aliado a um bom modelo de negócios, que é o modelo da Telexfree, que todos têm que conhecer, inclusive como foi falado, para provar a legalidade da empresa, nós temos aqui um laudo de Direito Econômico. Não vou falar o nome do profissional porque amanhã a imprensa vai atrás do cara e não o deixa em paz. Eu vou deixar com vocês.

Direito Econômico, laudo de avaliação econômica, tudo feito por profissionais, inclusive fundações conceituadas no nosso País. Não vou falar nome para não dar problema. Tudo que eu falo me causa problemas ultimamente. Isso aqui é um estudo de viabilidade econômica feito por três profissionais — vai ficar também — e outro parecer econômico, cujo autor não vou mencionar. Foram entregues lá no Acre também, mas não sou advogado, não entendo nada de Direito. Para mim a Justiça é o seguinte: eu o acuso de alguma coisa, você prova que não é, acabou, mas não é assim. Eu o acuso, você prova, mas eu não quero ver, deixa para frente, vamos ver lá na frente, vai embora. Eu não sei como é isso. Eu estou falando aqui, gente, não como diretor da Telexfree. Não é isso não, eu estou falando como cidadão brasileiro. Eu estou falando como cidadão brasileiro. Há hora que fica difícil eu entender. Sinceridade, mas os nossos advogados dizem: não, é assim mesmo. Então, eu vou profissionalmente levando também a coisa e pedindo aos meus divulgadores que tenham a mesma paciência de Jó que eu estou tendo, pelo amor de Deus!

Pessoal, continuando, essa agressividade, essa velocidade na Internet, agregada a um modelo de negócio, a uma distribuição de renda sustentável, só pode dar uma coisa. O que é? Sucesso. É só isso. Empresas de *marketing* e multimídia do passado não se modernizaram. Eu conheço empresas do passado que são contra a divulgação feita pela Internet. Gente, qualquer coisa contrária à



divulgação pela Internet é um verdadeiro absurdo, é andar para trás. É ou não é? É andar para trás. Hoje, nós estamos com vários produtos e serviços do Governo com acesso pela Internet. O Governo está se modernizando, tudo está se modernizando, e empresas de *marketing* multimídia anteriores não admitem isso. É direito delas? Sim, mas elas, querendo ou não, foram as grandes responsáveis pela má interpretação. Entendam-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Só lembrando, faltam apenas 10 segundos para encerrar a sua apresentação. Nós temos muitos palestrantes.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - É até bom não falar isso, porque eu não vou poder concluir. Está certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Agora, o senhor terá a réplica, terá resposta aos questionamentos, então haverá tempo. Nós precisamos ouvir os demais.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Está bom. Agradeço a todo mundo, em especial à Mesa. Muito obrigado pela oportunidade. Só quero saber o seguinte: esses documentos de que estou falando eu posso deixar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - A Secretaria da Comissão vai se encarregar de distribuir cópias a todos os componentes da Mesa e aos Parlamentares presentes a esta audiência pública. Então, todos receberão essa documentação.

Agora, vamos ouvir uma opinião da representação pública. Por isso, vamos chamar a Dra. Alessandra de Almeida Camargo Costa Oliveira, Coordenadora de Análise Técnica e Orientação Normativa do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça. Por favor, a Dra. Alessandra já está na tribuna. A palavra está a sua disposição.

**A SRA. ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGO COSTA OLIVEIRA** - Bem eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Mesa e os demais Deputados que aqui se encontram e dar bom dia a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Dra. Alessandra, eu só gostaria de fazer uma observação. Nós precisamos ser cordiais em todas as



apresentações. Então, eu peço a todos que tenham essa cordialidade com quem está fazendo a apresentação, para que não tenhamos distorção do objeto principal, que é o esclarecimento.

Obrigado a todos.

**A SRA. ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGO COSTA OLIVEIRA -**  
Primeiro, eu gostaria de justificar a ausência do Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, em razão de um encontro de todos os PROCONs, de todo o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, em Belém. Ele não pôde estar presente, mas também não poderíamos nos ausentar desta discussão tão importante para todo o País.

Eu peço, por favor, que coloquem a minha apresentação.

Eu gostaria também, e parece básico, de esclarecer para os senhores que no Brasil nos temos três Poderes: o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. O Ministério da Justiça encontra-se dentro do Poder Executivo. Então, a nossa atuação se diferencia totalmente da do Poder Judiciário, tendo a Secretaria Nacional do Consumidor uma atuação totalmente administrativa. Então, atuamos de forma administrativa.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Primeiro, eu gostaria de esclarecer para os senhores que a Secretaria, em razão do que vem acontecendo, teve a preocupação de fazer um boletim e uma nota técnica para esclarecer todos os consumidores o que é *marketing* multinível e Pirâmide de Ponzi. Para isso, nós tivemos o segundo Boletim de Proteção do Consumidor investidor. Esse boletim foi feito junto com a Comissão de Valores Mobiliários e o Departamento de Proteção do Consumidor e tem a finalidade de alertar e informar o público investidor sobre os riscos de aplicação em esquemas irregulares. Esse boletim está disponível no *site* do Ministério da Justiça.

Nós elaboramos uma nota técnica recentemente para ajudar também nesse esclarecimento à população. Trata-se da Nota Técnica nº 116, de 2003, que também está disponibilizada no *site* do Ministério da Justiça, que visa esclarecer toda a população. Então, em razão de inúmeras demandas que têm sido registradas nos órgãos de defesa do consumidor e acerca dos prejuízos sofridos por alguns



consumidores que investiram em esquemas irregulares ou em práticas ilegais de mercado de consumo, é que foi publicada essa nota técnica.

Senhores, essa nota técnica é uma nota técnica informativa para todos os consumidores e tem como objetivo realizar a análise das operações financeiras denominadas pirâmides financeiras, esquemas de Ponzi, operações de captação antecipada de poupança popular e o *marketing* multinível, avaliando inclusive as infrações aos direitos dos consumidores.

Nós também tivemos o cuidado, nessa nota técnica, de fazer o enquadramento no Código de Defesa do Consumidor. Caso um consumidor venha a fazer um investimento irregular, nós poderemos enquadrá-lo no Código de Defesa do Consumidor. Primeiro, no art. 4º, que diz que o consumidor é um indivíduo vulnerável perante a celebração de um negócio desvantajoso. O art. 4º traz também para todos o princípio da boa-fé objetiva. O art. 6º fala da proteção contra a publicidade enganosa e abusiva. Os arts. 39 e 5º trazem a vedação de conduta do fornecedor de exigir vantagem manifestamente excessiva. O art. 46 dispõe sobre a possibilidade de descumprimento do contrato de adesão em razão de o consumidor não ter tido conhecimento prévio do seu conteúdo. E o art. 51 traz o elenco de cláusulas abusivas. Portanto, nós podemos enquadrá-lo conforme o contrato.

Nós percebemos que há uma dificuldade enorme, quando acontece esse tipo de investimento, para os consumidores obterem o contrato para análise. Então, com esse contrato em mãos para análise, podemos enquadrá-lo em vários desses artigos do Código de Defesa do Consumidor e obviamente ele vai ter o respaldo do código perante o Judiciário e até mesmo perante os PROCONs de todo o Brasil.

Eu vou falar um pouco agora para os senhores do caso Telexfree. A Secretaria Nacional do Consumidor, através do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, instaurou um processo em razão de denúncias da Telexfree. Essas denúncias que nós recebemos foram do Ministério Público do Acre e do Ministério Público de Pernambuco. Em razão da especificidade da matéria, nós contamos com alguns órgãos colaboradores nesse processo, nós oficiamos a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, tivemos a colaboração da Polícia Federal, da Comissão de Valores Mobiliários — CVM, Conselho Administrativo de Defesa Econômica nesse processo. Então, esse processo hoje se



encontra concluso para análise. Nós ainda estamos analisando o processo e ainda não há decisão definitiva para todos.

É importante ressaltar também que toda essa discussão calorosa que está acontecendo aqui hoje, este tema sobre *marketing* multinível, pirâmides, investimentos irregulares, tudo isso tem sido bastante discutido pelo Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Eu não sei se todos sabem, mas o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor é composto pelos PROCONs, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas e também pelas polícias locais e estaduais. Então, este tema tem sido bastante discutido por todos os órgãos em conjunto com a Secretaria Nacional do Consumidor.

O que nós temos dito e, sempre quando a secretaria é consultada, qual é a nossa preocupação? A nossa preocupação maior é que as pessoas sejam muito bem informadas sobre o tipo de investimento que elas estão fazendo, que estão realizando. O princípio da informação consta no Código de Defesa do Consumidor e é um princípio basilar. A nossa maior preocupação é que o consumidor seja muito bem esclarecido sobre qualquer tipo de investimento que ele venha a fazer.

Então, eu pontuei aqui algumas questões que temos colocado para os consumidores e para todas essas questões, que é a prevenção aos consumidores. O consumidor deverá buscar sempre informações acerca da idoneidade da empresa, atentar-se às promessas de lucro fácil, certificar-se de que o negócio remunera proporcionalmente ao esforço, se há previsão de continuidade da atividade, a garantia de devolução de valores e a disponibilização de contratos.

Hoje o que nós fazemos é esse trabalho preventivo com os consumidores, disponibilizar a nota técnica para conhecimento para quem deseja se aprofundar sobre a matéria e disponibilizar também pontos de prevenção de informação para todos os consumidores de todo o País.

Então, é isso que eu tenho a dizer para os senhores.

Estamos à disposição para dirimir qualquer dúvida.

Esta é a colaboração do Ministério da Justiça.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Nós agradecemos à Dra. Alessandra de Almeida, que falou em nome do Ministério da Justiça.



Agora vamos ouvir o Dr. Ricardo Faria, do Ministério da Fazenda.

Antes, eu quero registrar a presença em nossa Mesa do Deputado Hugo Motta, que está aqui conosco, e do Deputado Silas Câmara, Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. E nós estamos aqui também com o Paulinho da Força, Deputado pelo Estado de São Paulo.

Passo a palavra ao Dr. Ricardo Faria, para fazer a sua exposição sob a ótica do Ministério da Fazenda.

**O SR. RICARDO FARIA** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos os presentes aqui nesta reunião hoje e aos Deputados signatários do requerimento de realização. Eu serei bem breve, até porque a participação do Ministério da Fazenda aqui hoje, tanto quanto foi a do Ministério da Justiça, tem o caráter eminentemente técnico. Não há nenhum interesse em demonstrar apoio ou reprovação de qualquer pessoa física ou jurídica que tenha algum interesse sendo debatido aqui hoje. *(Pausa.)*

Bem, eu não me importo de falar sem apresentação. Então, para economizar o tempo, eu vou continuar. Primeiro, Srs. Deputados, cabe esclarecer o que a SEAE está fazendo aqui hoje. A Secretaria de Acompanhamento Econômico é eminentemente dedicada à atividade de regulação econômica, defesa da concorrência. Portanto, poderia causar estranheza a quem conhece as suas atividades a presença de um representante da SEAE neste debate.

O que não compete de forma alguma à Secretaria de Acompanhamento Econômico? Não compete à SEAE regular, fiscalizar ou autorizar a atividade de empresas dedicadas ao sistema de distribuição em *marketing* multinível. Não é da nossa competência esse procedimento. Tampouco compete à SEAE investigar, processar ou julgar, ainda que administrativamente, indícios ou elementos que levem à formação de uma pirâmide financeira ou de outra fraude financeira qualquer. Isso é o que a gente não faz.

E o que compete à Secretaria de Acompanhamento Econômico? E o que a gente faz? Uma das suas várias competências a de autorizar atividades de captação antecipada de poupança popular. O que é isso? É o Baú da Felicidade.

*(Segue-se exibição de imagens.)*



O Baú da Felicidade é uma operação de captação antecipada de poupança popular. Ela necessita de uma autorização do Ministério da Fazenda, e quem concede essa autorização é a Secretaria de Acompanhamento Econômico.

Também compete à SEAE, como a qualquer outro órgão público, denunciar eventuais indícios de ilegalidade que cheguem a seu conhecimento à autoridade competente.

Então, esses são os elementos que competem à SEAE e que explicam em parte a nossa presença hoje nesta reunião.

Bem, a SEAE produziu uma análise sobre a operação da Ympactus Comercial Ltda., a Telexfree. Essa análise nasceu de uma demanda do PROCON do Acre, que veio à SEAE e perguntou: *“Isto aqui é uma operação de captação antecipada de poupança popular?”* Nós abrimos um procedimento para entender do que tratava aquela operação e concluímos que aquilo não era captação antecipada de poupança popular e, portanto, não dependia de autorização da Secretaria.

Por outro lado, a gente identificou indícios de formação de uma pirâmide financeira. E como não nos cabe processar e julgar, nós informamos às autoridades competentes, o Ministério da Justiça e o Ministério Público Federal, para que eles compreendessem a operação da empresa e, se entendessem que sim, abrissem, portanto, o inquérito para investigar se aquilo era mesmo uma pirâmide ou não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor disse que encontrou indícios de uma pirâmide.

**O SR. DR. RICARDO FARIA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor poderia explicar, por favor, o motivo.

Bem, eu não participei diretamente desse primeiro estudo sobre as operações da Ympactus Ltda., mas eu lembro dele. Alguns indícios são, por exemplo, promessas de ganhos extraordinários, remuneração pela mera integração de pessoas à organização. Isso está na nota, e eu posso encaminhar uma cópia da nota para o senhor, Deputado.

Em razão dessa nota, alguns órgãos de controle vieram à SEAE e nos pediram que produzíssemos um segundo documento explicando o que, na nossa visão, é uma pirâmide financeira e o que, na nossa visão, é um *marketing* multinível.





Nós produzimos, então, uma segunda nota — desta, sim, eu sou signatário também junto com outros técnicos da Fazenda — que faz essa distinção do ponto de vista econômico.

Bem, o que é o *marketing* multinível, *marketing* de rede? *Marketing* multinível é uma forma legítima, legal, no nosso entendimento, de organizar o sistema de distribuição de um produto ou de um serviço. A empresa opta, entre aquele sistema tradicional de distribuição, no qual você tem custos com atacadistas, varejistas, publicidade, estoques, logística, etc., ela opta por um sistema em que ela não tenha esses custos ou os tenha em menor grau e trata com os distribuidores independentes que ajudam a distribuir o seu produto, ajudam a divulgar o seu produto. Isso é um negócio, do ponto de vista do Ministério da Fazenda, absolutamente legítimo. Não há nada de errado com isso. Ele, portanto, é uma alternativa ao sistema tradicional de distribuição.

O distribuidor deriva de um sistema de venda direta que é muito conhecido. A diferença do *marketing* multinível para o sistema de venda direta tradicional é que o distribuidor é remunerado não só pela venda que ele promove, mas também pela venda que outros distribuidores que ele atraiu à organização promovem. (*Palmas.*)

Essa é a distinção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Nós já combinamos que não faríamos interpelações durante a exposição, até para não abrirmos o debate antes da hora, mas só para esclarecer uma dúvida: um exemplo de uma empresa de *marketing* multinível que atua no Brasil legalmente, dentro da ótica do Ministério da Fazenda?

**O SR. RICARDO FARIA** - No final da apresentação, eu vou até citar um caso internacional. Deputado, eu não me sinto com a competência de indicar, apontar esta ou aquela empresa. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - O.k. Então, vamos seguir doravante o acordado: todas as interpelações ficarão para depois das exposições.

**O SR. RICARDO FARIA** - Continuando, o que é um *marketing* multinível na visão do Ministério? A remuneração paga, então, a essa rede de distribuidores se origina na economia que a empresa faz ao abrir mão de um sistema tradicional.



Então, esses custos que você teria com publicidade, com logística, com atacados, varejos você não tem mais. E esse custo remunera essa rede de distribuidores.

Como se sustenta um negócio de *marketing* multinível? Porque ele é sustentável, ele pode ser sustentável, melhor dizendo. Ele se sustenta, basicamente, pelo valor que o produto que está sendo distribuído tem junto aos consumidores, e não exatamente à rede, mas aos consumidores. Existem pessoas de fato consumindo esse produto, que procuram essa rede para poder ter acesso a ele. Também é importante a política de remuneração que essa empresa adota perante a sua rede.

O que é, então, uma pirâmide financeira? Uma pirâmide financeira é uma fraude, é um crime tipificado em lei no Brasil, uma lei de 1951 — não passou por esta Legislatura, mas passou por esta Casa. Ela se apresenta geralmente ao seu público como oportunidade de investimentos. Nela um investidor “a” qualquer paga para fazer parte de uma organização e esse recurso sobe, via essa organização, para a pessoa que o convidou ou para as pessoas que indiretamente o convidaram.

As pirâmides, em geral, se apresentam como empresas de *marketing* multinível. Elas não se apresentam como pirâmides, porque senão elas estariam assumindo que cometem um crime. E, numa pirâmide, o produto é majoritária ou exclusivamente consumido pela própria pirâmide. Então, os distribuidores são incentivados a comprar, a adquirir um produto que eles não consomem ou que eles não conseguem revender naquele volume.

Numa pirâmide, não há geração de riqueza, não há geração de valor, não há agregação de nada; há só a transferência de recurso de “a” para “b” ou de “a” para “b” e “c”. (*Muito bem! Palmas.*)

E ao contrário do *marketing* multinível, uma pirâmide não é sustentável.

(*Manifestação no plenário.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Por favor, vamos ouvir a exposição.

**O SR. RICARDO FARIA** - Obrigado, Deputado. A pirâmide não é sustentável exatamente porque, como eu acabei de dizer, ela não gera um valor, não promove uma riqueza, não substitui essa rede de distribuição. Ela só transfere recursos de “a” para “b” e acaba numa hora batendo num limite intransponível da população. No



caso mais especificamente, ela acaba batendo no limite da população apta e interessada a fazer parte daquele sistema.

*(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Por favor, vamos ouvir a exposição, sem interpelações. Nós pedimos ao Plenário que, por favor, siga as regras estabelecidas entre nós no início da apresentação.

**O SR. RICARDO FARIA** - Se uma pirâmide cresce, por exemplo, à taxa de 2 distribuidores para cada patrocinador, para cada um que convida, ela, num exercício de matemática muito simples, estouraria o limite da população brasileira entre o 26º e o 27º níveis. Estou falando aqui de 200 milhões de habitantes. E ela estouraria o limite da população mundial entre o 31º e o 32º níveis. São 7 bilhões de habitantes, mais ou menos. Considerando que todos esses 7 bilhões estariam interessados em integrar essa pirâmide, inclusive crianças. Todo mundo. Uma pirâmide que cresce a um degrau de cinco integrantes, ela vai estourar mais rápido, até o décimo segundo nível na população brasileira. E, se for com dez, ela não chega ao nono nível. Ou seja, quem entrou no oitavo nível, nessa pirâmide que cresce em dez, não tem mais quem convidar, não consegue convidar mais dez.

Bem, com esse entendimento de que ela é insustentável, quais são os efeitos de uma pirâmide? A qualquer momento uma pirâmide financeira pura vai ter sempre mais pessoas prejudicadas do que pessoas beneficiadas. A qualquer momento. Por exemplo, em uma pirâmide que cresce cinco, o primeiro chama cinco, então aqueles cinco, naquele momento, não conseguiram chamar mais ninguém, não receberam nada, e serão cinco contra um; esses cinco chamam mais cinco, e eu terei 25 contra 26; esses 25 chamam mais 5, e eu terei 125 contra 31. Você vai ter sempre mais gente prejudicada do que gente beneficiada.

Segundo. Quanto menor o grau de educação financeira do cidadão, mais ele está exposto ao risco de não perceber que se trata de uma fraude e de ingressar em uma pirâmide financeira. E maior ainda é o risco de ele não perceber que está na hora de sair.

Terceiro. Quanto mais demora a intervenção do poder público, maior o número de pessoas prejudicadas até você chegar àquele limite de que eu falei, que é o da população apta e interessada em integrar a pirâmide.



Finalizando, Deputado, como eu lhe prometi, eu vou trazer um caso de uma experiência internacional, essa, sim, sobre a qual eu me sinto confortável para falar. Foi um julgado da Federal Trade Commission, que é um órgão da administração federal norte-americana, algo como, no Brasil, o CADE, mais CVM, mais Secretaria Nacional do Consumidor — SENACON. Ela abriu um processo contra a Amway Corporation, salvo engano em 1975. Ao final do processo ela concluiu que a Amway não promove uma pirâmide financeira. Ela promove um negócio legítimo de *marketing* multinível. Eu estou falando, senhores, da Amway norte-americana, em 1975. Eu não estou fazendo, como eu prometi, nenhum elogio ou nenhuma crítica a nenhuma empresa que opere hoje. Isso foi um caso julgado já há 40 anos.

Ela, porém, percebeu que o sistema de remuneração da Amway trazia riscos à formação de pirâmides dentro de um sistema legítimo. Portanto, ela impôs algumas regras adicionais ao seu funcionamento, que, do ponto de vista da Secretaria de Acompanhamento Econômico, são muito úteis para prevenir que negócios de *marketing* multinível legítimos se tornem, mesmo a sua revelia, campo para formação de pirâmide.

A primeira regra que ela estabeleceu é um limite máximo de estoque por distribuidor. A Amway fabrica produtos de limpeza, então, salvo engano, o distribuidor não pode ter o número que ele quiser de caixas de sabão guardadas em casa para atingir um determinado nível, um determinado volume, e um nível de bonificação. Ele tem um limite de estoque.

Segundo, ele tem um limite mínimo de clientes externos. Um sujeito só faz jus a sua bonificação se ele de fato estiver vendendo os produtos da Amway para fora da sua rede. Clientes externos são isso: são clientes que não estão participando da rede de distribuidores da Amway. Esses clientes têm que estar ativos, têm que estar comprando produtos. Se esse sujeito, esse distribuidor, atende esses dois critérios, ele faz jus, então, ao seu bônus.

Há uma terceira regra estabelecida pela FTC que eu acho importante ressaltar, que é sobre a remuneração dos seus distribuidores. Pirâmides financeiras, como eu disse, fazem uso frequentemente de promessas de ganhos muito altos, irreais em uma economia não tradicional, em uma economia normal. A FTC determinou que a Amway tinha duas alternativas: ou ela apresentava o ganho médio



do seu distribuidor, falava: o meu distribuidor fatura, sei lá, 500 dólares, 800 dólares, 1.000 dólares por mês; ou, se ela quisesse apresentar aquele caso extraordinário de um sujeito que fatura 1 milhão de dólares por mês, ela poderia, contudo, ela teria que indicar com que frequência isso acontece. Se isso é 0,1% da minha rede, se isso é 1%, se isso são 10%, não sei. Então, é um caso, na verdade, de evitar propaganda enganosa para atrair as pessoas para participar de um sistema de *marketing* multinível.

Esta a minha apresentação. Eu agradeço mais uma vez os senhores.  
(Palmas.)

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Só um pouquinho. Vamos abrir essa exceção para o Senador.

**O SR. SENADOR SÉRGIO PETECÃO** - Eu gostaria de lhe perguntar algo — o senhor deu a informação —, porque isso lá no meu Estado está meio confuso: Quem fez a denúncia ao Ministério da Fazenda foi o PROCON do Acre.

**O SR. RICARDO FARIA** - O PROCON do Acre oficiou o Ministério da Fazenda.

**O SR. SENADOR SÉRGIO PETECÃO** - Ah! Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Feita a interpelação, nós agradecemos ao Dr. Ricardo Faria, do Ministério da Fazenda, que fez esclarecedora exposição, trouxe informações muito preciosas para todos os que estão interessados nessa matéria.

Vamos dar continuidade à reunião ouvindo a ótica do Ministério Público Federal. Para tanto, convidamos o Dr. Bruno Ferreira da Silva, para fazer a sua apresentação, representando o Ministério Público Federal.

Nós temos aqui muitas inscrições. Assim que terminarmos a fase de apresentações, faremos o primeiro debate.

**O SR. CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA** - Boa tarde. Eu queria agradecer aos Deputados que compõem a Mesa a oportunidade de falar sobre *marketing* multinível e pirâmide financeira.



Já adianto que não atuo no caso Telexfree, que interessa, pelo visto, à maior parte da plateia aqui envolvida. Conheço-o pela imprensa — sei que há uma liminar num processo judicial — e conhecia a nota técnica do Ministério da Fazenda.

Eu queria partir desta breve conversa do que me parece há de consenso aqui. E aí eu posso falar pelo Ministério Público Federal. Há consenso de que há uma atividade ilícita que se chama *marketing* multinível, uma forma de venda direta em que há certa retribuição financeira também para quem arruma novos investidores, novos revendedores, e há uma atividade ilícita que tem vários nomes, mas se chama mais comumente no Brasil, e também é o termo em inglês, pirâmide financeira.

Eu acho que com isso todo mundo concorda. Há um crime, que está na lei de economia popular, e há uma atividade ilícita. Sem entrar no mérito da Telexfree, que, repito, eu não conheço, há meios na literatura internacional...

Pirâmide há em todos os lugares. É bom que não pareça que só existe pirâmide ou *marketing* multinível no Brasil. Existe *marketing* multinível em todos os lugares, existe pirâmide em muitos lugares.

Eu fiz uma pesquisa rápida pela Internet e constatei que, só nos últimos 5 anos, se encontrou pirâmide nos Estados Unidos, na Irlanda, na Tunísia, na Ucrânia. Então, são fenômenos comuns. A gente não está tratando aqui de fenômenos inesperados ou desconhecidos.

Outro consenso que a gente tem aqui é que é muito boa a realização desta audiência pública e a intervenção do Legislativo. É muito importante que o Legislativo defina *marketing* multinível e puna com mais rigor o que for pirâmide financeira. (*Palmas na plateia.*)

Por que a gente tem que punir o que é pirâmide financeira? Porque pirâmide financeira nada mais é do que uma forma elaborada de estelionato. O que é estelionato? Você engana a vítima para ela lhe entregar dinheiro com uma promessa em que a vítima acredita.

A vítima de estelionato entrega dinheiro e é enganada. Podemos ver isso em filmes antigos do Mazaropi. Há o caso clássico da pessoa que vem do interior e compra o Cristo Redentor. Quando compra o Cristo Redentor por aquele valor, a pessoa acredita que está fazendo um bom negócio.



Então, a vítima é quem o Ministério Público visa proteger. No momento que se entra com qualquer ação — e aí é justo que a sociedade considere adequado ou inadequado; isso é uma questão de justiça — contra alguma empresa, o que se quer proteger são as vítimas.

Como o representante do Ministério da Fazenda falou muito bem, o número de vítimas, num esquema de pirâmide, só vai crescendo. Só que o esquema de pirâmide tem outra característica muito nociva: o fato de no começo ela entregar dinheiro àquela pessoa que no futuro vai ser sua vítima.

Eu não sei se os senhores já viram filmes de cassino — estou fazendo analogia para simplificar — em que, às vezes, no começo, a pessoa ganha no 21. É mais ou menos a mesma coisa. No começo se ganha. Com esse ganho, essas pessoas convencem outras de que vão ganhar também. Mas, numa hora, o esquema acaba. E por que o esquema acaba? Pelo motivo meramente matemático que o Ministério da Fazenda expôs: se é realmente uma pirâmide, vai ter um momento em que não vai haver mais investidores e não vai haver mais gente interessada em pôr aquele dinheiro, porque você só faz dinheiro se você traz investidores.

Com esse círculo que eu fiz, a gente chega à conclusão de que aquilo que diferencia uma pirâmide do *marketing* multinível é a venda do produto. Se boa parte da renda do investidor vem de arrumar outros investidores, não é *marketing* multinível. *Marketing* multinível envolve venda de produto; o produto ou o serviço tem que ser vendido, tem que haver consumidor externo para comprar isso. Se há um número relevante de consumidores externos, é *marketing* multinível; se é meramente busca de novos investidores, é esse esquema de pirâmide e vai ruir. É muito simples.

De novo: não conheço o caso da Telexfree, mas deixo o conselho de que, seja no caso da Telexfree, seja no caso de outras empresas, cada pessoa verifique a situação que está vivenciando e veja de onde vem o lucro do investidor. Se o produto é bom, naturalmente ele vai vender. Um exemplo que se dá na literatura internacional é o do xampu anticaspa: naturalmente, vai haver muita gente querendo investir no xampu anticaspa, na venda direta, que é uma questão evolucionária,



mas, principalmente, vai ter muito consumidor que vai querer esse xampu anticaspa. Produto que não vende não pode ser bom negócio, o produto tem que vender.

Então, a grande questão sempre é de onde vem a renda do investidor. Ela vem da busca de outros investidores, em valores muito grandes, ou vem da venda de um bom produto. Num caso, é atividade lícita; no outro caso, é atividade ilícita — e com isso todo mundo concorda.

Para terminar, queria comentar — e a minha manifestação é extremamente simples — sobre a questão dos tributos. Não precisava falar disso, poderia falar só sobre pirâmide e *marketing* multinível, mas vim falar porque vi que isso é uma questão. Vou afirmar uma coisa com base no Código Internacional: atividades ilícitas também pagam tributo, o pagamento de tributo não diferencia se uma atividade é lícita ou ilícita. Friso novamente: o que diferencia se alguma coisa é um *marketing* multinível ou uma pirâmide é a questão de onde o rendimento vem, se vem de arrumar novos investidores ou vem da venda de produtos. Atividades ilícitas feitas com fachadas lícitas, como são as empresas, pagam tributos. Isso é normal, isso acontece comumente, então, não é um fator diferenciador.

**(Não identificado)** - Um exemplo disso.

**O SR. CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA** - Um exemplo disso são os traficantes de drogas que usam uma empresa para lavagem de dinheiro: a empresa paga imposto, mas o dinheiro vem...

**(Não identificado)** - Paga imposto?

**O SR. CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA** - Eu já lhe respondi, já lhe respondi: se são usadas empresas de fachada...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Por favor, as interpelações serão após as exposições.

**O SR. CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA** - Em caso de contrabando, empresas que trazem mercadorias contrabandeadas pagam alguns impostos. Não pagam todos, é claro, não pagam os impostos da importação, mas pagam Imposto de Renda. O mero pagamento de impostos não diferencia, e eu digo por quê: o Código Tributário, no seu art. 118, inciso I, fala que não importa se a atividade é lícita ou ilícita para o pagamento de tributos. Isso está na base do sistema tributário. Não importa a licitude da atividade, pois o tributo vai ser pago de qualquer forma.





Por último — e aí com o objetivo de valorizar as atividades lícitas — ressalto mais uma vez a importância desta audiência pública, da presença de vocês aqui e deste debate. Espero que o Legislativo realmente regule o que é *marketing* multinível, mas, como membro do Ministério Público e com esse pensamento de proteção da sociedade, reafirmo o que o Ministério da Fazenda disse: em algum momento o sistema vai ruir e muita gente vai perder dinheiro.

**(Não identificado)** - Se for pirâmide.

**O SR. CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA** - Se for pirâmide. Eu não estou falando da Telexfree. Se for esquema de pirâmide, em algum momento, eles vão ruir e vão causar prejuízo e a muita gente. A função do Ministério Público é defender a sociedade e essas pessoas enganadas. E, para defender a sociedade e essas pessoas enganadas, são necessárias penas altas, penas que realmente punam essas pessoas, esses vilões — eu acho que com isso todo mundo concorda — que trabalham em esquema de pirâmide. (*Palmas na plateia.*) É por isso que eu deixo a proposta aqui.

Hoje de manhã, consultei o *site* tanto da Câmara quanto do Senado e vi que não há nenhum projeto de aumento da pena, no caso de pirâmide. Que transfiram o texto do inciso IX da Lei nº 1.521 — lei de 6 décadas atrás, pois é de 1951 — para crimes contra o sistema financeiro, quando envolver Internet — estou deixando claro que é quanto ao esquema de pirâmide. Quando envolver dano regional ou nacional que passe a ser mais um parágrafo do art. 6º da Lei de Crimes Financeiros, a Lei nº 7.492, com pena de 3 anos a 8 anos, portanto, que se aumente a pena. Quando o dano for local, for um esquema de pirâmide menos danoso, que se inclua um inciso no art. 7º da Lei nº 8.137, que seja mais um crime das relações de consumo.

Se alguém se interessar, depois eu passo isso por escrito. Sei que, às vezes, falando, é um pouco mais complicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Todos os autores dos requerimentos e as Comissões envolvidas fazem questão de tratar desta matéria conjuntamente e subscrever o projeto de lei.

**O SR. CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA** - Muito bom. Eu vou propor. Essa a proposta do Ministério Público.



Ao final, quero deixar claro — repito que estou muito à vontade para falar — que sou procurador da República em Juiz de Fora, não tenho qualquer relação com a situação que está ocorrendo no Acre. Mas a primeira coisa que eu queria defender aqui é que acreditemos no Estado de Direito. O Estado de Direito envolve a ação desta Casa e esta audiência pública, mas envolve também a ação judiciária do Acre. Nós podemos discordar de decisões judiciais, mas, acima de tudo, devemos respeitar decisões judiciais.

Em segundo lugar — aí afirmo com absoluta convicção —, a ação do Ministério Público nessa questão da pirâmide, já há outras ações, há indícios de pirâmides já identificados, é sempre em prol de toda a sociedade.

O objetivo é que pessoas de boa-fé, pessoas que só querem ganhar o seu dinheiro, não sejam enganadas por pessoas inescrupulosas, que só visam ganhar dinheiro em cima da boa-fé deles, em cima da esperança deles de um futuro melhor.

Essa é a posição do Ministério Público. Tenho certeza de que esta é a posição do Legislativo e esta é a posição da sociedade como um todo. Podem ter certeza disso.

Muito obrigado. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Gostaria de agradecer e parabenizar o Dr. Bruno pela belíssima exposição. Gostaria também de agradecer a paciência aos colegas Parlamentares que estão aqui ansiosos para entrar no debate, todos já com muitos questionamentos a serem feitos.

Vamos aproveitar para ouvir os demais expositores. Em seguida, faremos o debate, com muito tempo para que todos possam emitir opiniões.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Quando eu dei entrada no requerimento, eu pedi para vir aqui o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, o Poder Judiciário e os representantes legais das empresas. Estou vendo que há aqui uma leva de pessoas e que a maioria delas vai fazer loas a essas empresas. Então eu queria pedir a V.Exa. que concedesse logo a palavra ao representante da BBOM. Por favor, eu peço isso a V.Exa., porque daqui a pouco vão ser loas. Eu já estou convencido de uma série de coisas, porque no Brasil tem Herbalife, tem Silvio Santos, tem Jequiti, e tem diferença entre as empresas. (*Palmas e manifestação na plateia.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - O.k. Nós vamos ouvir, numa ordem sequenciada, de acordo com o que foi estabelecido pela Mesa Diretora...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ah, Sr. Presidente, nós pedimos para colocar primeiro Telexfree e BBOM.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - ...inclusive atendendo ao pedido do eminente Deputado Silvio Costa, o representante da BBOM. Em seguida, Bruno Advogados Associados; José Ildson Barbosa, Presidente da Associação Acriana de Marketing Multinível; Geraldo Jaques Geraldin, Presidente da Associação Nacional de Marketing Multinível, e, para encerrar, Lucilene Silva Prado, Diretora-Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas — ABEVD.

Estamos acreditando na compreensão dos expositores, respeitando o tempo de 10 minutos, o que é importante para que todos possam depois discutir, debater.

Vamos passar a palavra ao Sr. João Francisco de Paulo, Presidente da BBOM, por 10 minutos. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Senhores, respeitado Presidente, bom dia!

Primeiramente gostaria de pedir desculpas ao Deputado Silvio Costa pela demora na nossa confirmação na reunião, mas é sempre o efeito de todo o trabalho que nós...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Dr. João Francisco, por favor, só um segundinho.

Eu queria ainda registrar as presenças honrosas dos Deputados Efraim Filho e Fabio Trad. Assim que formos dando sequência, teremos o prazer de ter V.Exas. na Mesa.

Deputado Fernando, da Bahia, é uma satisfação recebê-lo aqui. Seja bem-vindo. Obrigado pela presença.

Retornamos a palavra ao Dr. João Francisco de Paulo.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Eu sou novo no mercado multinível. Nós iniciamos nossa empresa em 1996. Trabalhamos arduamente e tentamos construir uma empresa digna no Brasil.



Em 2008, comecei a trabalhar com rastreadores veiculares, oferecendo essa tecnologia para empresas e pessoas. Inclusive, quero evidenciar que já salvamos muitas vidas no Brasil.

Em 2008, vendíamos um rastreador por 899 reais. Em 2009 e 2010, com a concorrência, tivemos que reduzir esse preço, que seria de 600 reais a 899 reais, com uma taxa mensal de 70 reais ou 69,90 reais, para concorrer.

Não sabíamos como colocar o produto no Brasil. Veio a Resolução nº 245, que imaginávamos poderia melhorar o nosso setor. Até hoje ela está bloqueada pelo Ministério Público. Não conseguem implementar no Brasil a Resolução nº 245. Depois de muitos acertos, parece-me que, em 2014, os veículos já sairão com rastreadores.

É claro que as empresas procuram formas de venda. Isso nos assustou bastante. Eu pensei que ia vender 10 mil rastreadores por mês, Deputados. O que aconteceu é que vendemos essa quantia por dia. Isso é a força desse povo que estão vendo aí, que levanta de manhã e trabalha até de madrugada — não fazendo pirâmide financeira, como somos às vezes tachados. (*Palmas na plateia.*)

Eles colocam os produtos no mercado. Hoje nós colocamos rastreadores de graça. Nós não cobramos nada. Temos, inclusive, convênio com a Associação da Polícia Federal do Brasil, para colocar rastreadores em todos os veículos, de graça. Ou seja, quem proporcionou isso? Por que conseguimos? Por que esse pessoal conseguiu reduzir os valores da chamada telefônica? Porque eles se levantaram de madrugada para trabalhar. Depois fomos acusados de que não temos autorização da ANATEL.

O Presidente da Telexfree disse muito bem: nós não precisamos de autorização da ANATEL. Quem fabrica os rastreadores é que precisa. Quem nos fornece o *chip* é que precisa. Nós não precisamos. Depois, fomos acusados de que não temos autorização do DENATRAN. A autorização do DENATRAN vai ser exigida a partir de 2014 para as empresas que tiverem interesse no SISRAD. Nós não somos uma empresa que tem interesse no SISRAD, mesmo porque nós temos outros sistemas de monitoramento. Nós fazemos monitoramento VIP de pessoas com mal de Alzheimer. Onde o DENATRAN entra nisso? Nós fazemos rastreamento de pessoas, individualmente. Onde o DENATRAN utiliza isso?



Eles disseram que a empresa comprou poucos rastreadores. Nós temos 2 milhões de rastreadores pedidos para uma demanda de 1 milhão, hoje. (*Palmas na plateia.*) Quantas reclamações tinham as empresas envolvidas nesses processos antes dos bloqueios? Quase nenhuma. Não chegava nem ao percentual de 0,01% em cima da base já sustentada. Mas é claro que hoje nós temos um monte. Nós estamos bloqueados. Bloquearam todos os nossos valores. Hoje todas essas pessoas estão sem conseguir pagar as suas despesas e nenhuma delas saiu roubando ou fazendo pirâmide financeira. Todos quiseram trabalhar. Quanto à questão do imposto, isso é uma obrigação nossa. Nós não temos que falar sobre isso aqui.

Por que o Ministério Público conseguiu bloquear milhões da Telexfree, inclusive dos proprietários e diretores, e milhões da BBOM, do grupo Embrasystem? Simples, porque nós temos certeza de que estamos fazendo algo legal, algo lícito. Nós sabemos! Está tudo nas nossas contas! (*Palmas na plateia.*)

Por último, acusaram-nos de ter usado uma pessoa como laranja para sacar 2,5 milhões. Essa pessoa é nossa funcionária. Nós temos contrato com ela. Foi a poupança da vida dela. Ela fez isso porque um banco exigiu o encerramento da conta dela. Então, para brigar com o banco, ela falou: “*Eu quero em dinheiro*”. (*Palmas na plateia.*) Quando ela exigiu em dinheiro, o banco simplesmente tomou as medidas e avisou ao Ministério Público, que bloqueou a conta. Nem deu tempo de bloquear; criou-se uma conta-espelho. O banco não está aqui hoje para se responsabilizar criminalmente por atos deles.

Aliás, as pessoas que provocaram todo esse desastre nas duas empresas ou nas empresas envolvidas também não estão aqui. Quem provocou isso, Deputados, Presidente da Mesa, foram as concorrências, que se sentiram extremamente prejudicadas, porque nós somos a força. (*Palmas na plateia.*)

Eu trouxe um rastreador para os Deputados verem. Possivelmente, muitos têm o nosso rastreador. Com certeza, alguns Deputados, alguns Senadores, alguns veículos do próprio Ministério ou alguém do próprio Ministério Público também é cuidado pela nossa equipe.

Hoje nós temos um grande sistema de monitoramento, nós temos um produto. As empresas envolvidas aqui têm um produto. O representante do



Ministério Público — ou de outro órgão, não lembro qual — citou a Amway. A Amway foi acusada de pirâmide financeira. O Ministério da Fazenda falou. Ela foi crucificada, não foi? Mas o trabalho deles foi bloqueado? (*Manifestação na plateia: “Não!”*) E o dinheiro deles? (*Manifestação na plateia: “Não!”*) Eles continuaram trabalhando e, dentro do próprio processo, Deputados, conseguiram provar que não eram. Mas nós também vamos conseguir provar. (*Palmas na plateia.*) Só que, quando conseguirmos isso, já estaremos derrotados, porque essas pessoas não têm mais o que comer, essas pessoas não têm o que fazer. Elas colocam o produto que têm embaixo do braço e saem para trabalhar, só que agora elas não conseguem mais.

Qual é o problema? Qual é a ilegalidade que estamos cometendo no Brasil ao dividir a nossa renda? Todas as empresas deveriam fazer isso. (*Palmas na plateia.*) Qual é a renda que essas empresas citadas aqui dão para as pessoas? (*Manifestação na plateia: “Nenhuma!”*) Quantas pessoas têm reclamação dessas empresas no PROCON? Milhares. No entanto, em nenhum momento alguém toma uma posição contra eles. Eles são avisados; nós não somos. Simplesmente eu acordei de manhã e havia 50 reais na minha conta — quantia que o Ministério Público determinou que eu posso usar por dia. Eu acredito que vocês e o Carlos Costa também devam estar na mesma situação. (*Manifestação na plateia.*)

Deputados, nós não queremos proteger pirâmide financeira. As empresas que estão envolvidas buscaram os melhores profissionais, não do mercado, mas do mundo, não só na área comercial, mas também na área jurídica, para que mostrassem se nós estávamos fazendo algo ilícito. E nada foi constatado.

Eu tenho aqui documentos de todas as pessoas que trabalham conosco — 63% já receberam os seus investimentos de volta com o sistema de rastreamento. Essas pessoas aqui não são divulgadoras. Carlos Costa, desculpe-me, eu sei que você está aqui dentro, mas eles não são divulgadores, não. Mas eles são uma peça que o próprio Governo Federal, apoiado pelos Ministros, pelos Senadores, pelos Deputados Federais, apoia. Todos eles são microempreendedores individuais. (*Palmas na plateia.*) O que precisa ser feito para essas pessoas é realmente regulamentar o *marketing* multinível.



Os senhores estão aqui para separar o joio do trigo. Nesta Mesa, existem pessoas em quem nós colocamos o “x”. Nós votamos e acreditamos nos senhores. Até agora ninguém levantou a bandeira. Nós só fomos acusados. Somente os senhores, graças a Deus, se levantaram e resolveram nos ouvir.

Nós não fomos nem notificados pela Polícia Federal para explicarmos o nosso processo. Tivemos tudo bloqueado e com carnaval. Desculpe-me se tiver algum representante da Polícia Federal aqui, mas as pessoas querem se promover. Eles chamam, inclusive, a imprensa para que tome atitudes contra nós e, depois, nós é que devemos provar. Depois, a imprensa não vem falar para nós: “*Olhem, vocês não são pirâmides. Nós vamos soltar no Jornal Nacional que vocês não são pirâmides*”. Mas não vão fazer isso. Isso nós vamos ter que fazer e gastar para fazer.

Nós temos consciência da nossa licitude. Nós trabalhamos em cima disso. O nosso grupo, por exemplo, como o Presidente da Telexfree disse aqui... Estou repetindo muito isso, porque tenho certeza de que nós sofremos juntos. Todos vocês sabem disso. (*Palmas na plateia.*)

Eles já estavam lançando novos produtos — eu sei disso. Eu sei porque eles estavam procurando, só que o Ministério Público não nos deu esse tempo. Nós temos mais de oito produtos, todos com industrialização própria, comprada, para lançar, mas o Ministério Público não nos deu essa chance. Ele simplesmente nos bloqueou.

O dinheiro que nós temos preso, pessoal e Deputados, dá para comprar 3 milhões de rastreadores. Isso significa para a empresa um faturamento de 240 milhões por mês. Já há no Japão rastreadores. Tal faturamento em 36 meses. Se eu pegar todo esse processo e passar para uma securitizadora, que nós também temos, teríamos dinheiro para pagar todo mundo. E todas as demais empresas, a Telexfree, a própria Amway, a Herbalife e a BBOM, sabem que nós temos um limite de pessoas para atender. Senão, nós não vamos conseguir atendê-las.

Então, essas conversas, essas explicações — desculpem-me a expressão — de quem desenhou o processo de Sistema de Ponzi, que são dadas ao próprio Ministério Público, não procedem. Eles começam a desenhar dizendo que nós vamos alcançar a população mundial em 1 ano. (*Risos na plateia.*)



Olhem, vou falar uma coisa. Vocês têm capacidade e condições de colocar um Presidente da República no poder. (*Palmas na plateia.*) E se nós tivéssemos a capacidade que nos imputam de colocar, em 1 ano, toda a população do mundo, podem ter certeza de que iríamos mudar este mundo. (*Palmas na plateia.*) Não é o nosso desejo. O nosso desejo é o trabalho. O nosso desejo é cumprir o nosso compromisso. Durante esses 30 dias, eu imaginei que, com 15 dias, estaria resolvido. Eu achei que nós estaríamos liberados para poder pagar as nossas contas. Foi bloqueado até o dinheiro que eu arrumei emprestado. (*Risos na plateia.*) Arrumei dinheiro emprestado para poder arcar com a folha de pagamento, e o Ministério Público falou que eu estava lavando dinheiro para alguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Só gostaria de informar que seus 10 minutos já se esgotaram. Por favor, se V.Sa. puder encerrar...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Eu agradeço e quero deixar claro que estou sempre à disposição.

Pessoal do *marketing* multinível, a única chance nossa são os Deputados e Senadores presentes aqui e a união das empresas. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - O.k. Agradecemos também pela exposição à BBOM. Temos ainda um expositor, porque os outros já estão inscritos como debatedores. Vamos alternar um Parlamentar e um debatedor das atividades afins, para que possamos dar celeridade.

Então, a última exposição que terá ainda o tempo de 10 minutos é a de Lucilene Silva Prado, Diretora-Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas — ABEVD.

A seguir, entraremos nos debates. Há uma série de inscrições. Naturalmente, os primeiros são os autores dos requerimentos. Depois, abriremos aos demais Parlamentares e, na medida do possível, ao público presente.

Enquanto se organiza para a apresentação, gostaria de dizer que já temos algumas coisas bem avançadas. Eu acho que uma pergunta, cuja resposta será buscada... Nós sabemos que multinível é uma atividade comercial lícita, normal, sabemos que a pirâmide financeira é uma fraude, é um estelionato, segundo o Ministério Público. Agora precisamos saber quem está na pirâmide com roupagem de produto de mercado. Esse é o "x" da questão. Como nós vamos separar quem





está no mercado com roupagem de produto e, na verdade, é tão somente pirâmide. Então, aí, vamos ter de fazer uma reflexão muito profunda para podermos discernir uma coisa da outra e, assim, premiar os que são lícitos, justos, que fazem do mercado uma atividade econômica, e punir aqueles que fazem dessa atividade uma fraude.

A senhora está com a palavra, Dra. Lucilene Silva Prado, representante da ABEVD. Por favor.

**A SRA. LUCILENE SILVA PRADO** - Bom dia a todos. Cumprimento o Sr. Deputado e a Mesa.

Represento aqui a Associação Brasileira das Empresas de Venda Direta, presente no Brasil há 35 anos e federada a World Federation of Direct Selling Associations dos Estados Unidos, que movimenta um volume de negócios de 167 bilhões de dólares no mundo, uma venda direta, e conta com 89,7 milhões de revendedores.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

No Brasil, somos uma associação que movimenta volumes de negócio — base 2012 — de 38,8 bilhões de reais, com 4,4 milhões de revendedores. Somos o quarto maior mercado de vendas diretas do mundo. Perdemos para os Estados Unidos, Japão e China.

Conceituamos vendas diretas como associação, lembrando que somos 66 entidades de vendas diretas no mundo. Todas elas associadas ao World Federation, como um modelo de negócios, portanto, um canal de distribuição de produtos, de mercadorias e de serviços, que oferece a oportunidade de empreender a profissionais autônomos que comercializam bens ou serviços diretamente ao consumidor final. É um canal de distribuição, assim como são as farmácias, assim como são os supermercados, as lojas, o *e-commerce* na Internet, fora, portanto, de um estabelecimento comercial.

Então, a venda direta estabelece-se pelas relações que se dão fora de um espaço físico e por meio de seus contatos pessoais. Os ganhos desses profissionais são baseados em suas próprias vendas. Primordialmente, o ganho da venda direta vem do lucro de comprar e revender produtos. O agente autônomo, o distribuidor, é livre para comprar e revender pelo preço que bem quiser, é livre para formar o seu



preço. Nós não arbitramos preços de vendas finais. Ele também pode ser remunerado pela organização de redes. Eu diria que essa é a atividade secundária, não é a precípua. A principal atividade é comercializar produtos. Se não houver comercialização de produtos e serviços, nós não estamos falando de uma atividade de venda direta.

Portanto, *marketing* multinível é uma forma de organizar essa rede, de organizar o seu canal de distribuição e de fazer as suas formas de compensação para remunerar essa rede quando se chama outras pessoas para integrá-la. Volto a dizer: a atividade precípua é comprar e comercializar produtos pelo preço, pela forma como bem quiser fazer os seus estoques, e vender pela condição que possui com os seus clientes, como eu disse, a venda pelas relações.

A nossa missão na entidade, que tem 35 anos no Brasil, é desenvolver e valorizar a venda direta através da promoção de relações éticas entre consumidores, vendedores diretos e empresas, estimulando a regulação do setor. Somos membros da World Federation.

Temos um código de ética, de autorregulação para normatizar as relações entre empresas, vendedores diretos e consumidores e definir critérios de como as empresas se organizam e atuam neste segmento.

Para finalizar, para que possamos ter tempo para os debates, temos aqui um sumário das principais características das vendas diretas, sejam elas no canal organizado por multinível ou mononível, seja como se organize. Tem, portanto, que ter revenda de produtos e serviços com valor reconhecido no mercado. Por exemplo, um xampu que costuma ser vendido por um preço na farmácia ou na Internet, em supermercado vai ter um preço similar na venda direta, não há grandes distorções, grandes assimetrias de preços entre os canais de distribuição. Os lucros estão relacionados diretamente aos produtos e/ou prestação de serviços e não ao mero recrutamento. Como disse, a principal atividade vem do trabalho de comprar, revender, de gerenciar a sua rede de clientes, de gerenciar a sua rede de preferências desses clientes, de ter um estoque ou não e de fazer as suas entregas. Pode-se ter uma adicionalidade de remuneração por indicar novas pessoas para integrar essa rede, mas é fundamental que se venda para além dessa rede também.



Há continuidade de sustentabilidade na atividade comercial. Ainda que não haja o ingresso de novos distribuidores, o negócio continua gerando receita para recompensar a rede. Gera e recolhe impostos, mas, como disse, nem tudo que só recolhe impostos é lícito. A licitude vem da atividade comercial e do sistema jurídico que é composto não só pelo Código Tributário Nacional, mas por outros regramentos e por outro conjunto legislativo.

Há garantia sempre de devolução de inventários de estoques não utilizados ou de desistência do negócio. Então, a pessoa que tem estoque e desiste do negócio pode devolver esse estoque à empresa. A empresa recompra e devolve o dinheiro, quer dizer, a pessoa pode desistir daquela atividade. Os produtos e serviços são legítimos, tangíveis e comercializáveis. Portanto, se for um produto, um cosmético que tem de ter uma autorização da ANVISA ou um registro, ele o terá. Se for um produto alimentício que tem de ter uma autorização do Ministério da Agricultura, ele o terá. Se for um produto importado e tem que ter os registros de importação, ele também o terá.

Portanto, é uma venda, é um canal de distribuição que pressupõe uma economia real. Há produtos reais. Há foco, como disse, nos produtos e serviços, sem qualquer senso de urgência, ou apoio motivacional e responsável, ou promessas de dinheiro fácil ou ganho rápido. Os ganhos são normais, advindos de uma atividade de compra e revenda, como qualquer comerciante que monta o seu estabelecimento físico teria, na mesma proporção e na mesma velocidade. Apesar de não ser obrigatório e sem força de regulamentação, a associação é um indício de legitimidade de quem opera nesse segmento.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Nós é que agradecemos à Dra. Lucilene pela objetividade, pela forma bem sucinta. Nós já temos bastante informação e já dá para começarmos no debate.

Vamos iniciar o debate pelos requerentes da audiência pública. Começamos pela Deputada Perpétua Almeida, que subscreveu pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Por favor, Deputada, V.Exa. tem a palavra.



**A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA** - Companheirada, eu já iniciei a minha conversa dizendo que a nossa ideia de chamar esta audiência pública era para trazer o debate ao Congresso e, no segundo momento, para apresentar o projeto de lei. A gente já está com o material quase pronto, mas o Deputado Moisés Diniz, que é um dos coordenadores que organizou as associações de *marketing* multinível no Brasil, pediu para a gente segurar, para que o discutíssemos.

Então, não vou fazer a minha fala agora. Quero chamar o Deputado Moisés, do Acre, que está aqui com um grupo de cinco Deputados Estaduais e representa um pouco esse momento que está vivendo no Estado. Ele vai usar o meu tempo e, mais tarde, antes de encerrar, eu faço a minha fala.

**(Não identificado)** - A Deputada acaba de inaugurar, no Regimento, a terceirização da fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Eu gostaria de propor à Mesa que a gente, se houver concordância, estipulasse o tempo para os Parlamentares. Cinco minutos está bom para os Parlamentares? *(Pausa prolongada.)*

O Acre está aqui bem representado. São cinco Deputados Estaduais, mas somente um vai falar por toda a bancada. Por isso, a gente fez essa concessão. A Deputada Perpétua Almeida, que tinha a preferência da palavra, cedeu-a ao eminente Deputado Moisés, para que fale em nome do Estado do Acre. Então, vamos fazer essa deferência.

V.Exa. está com a palavra, por 5 minutos. Por favor.

**O SR. MOISÉS DINIZ** - Sr. Presidente, nós estamos aqui com os Deputados Lira Moraes, Machado e Jonas Lima e uma caravana de acrianos que andaram 3 mil quilômetros. *(Palmas na plateia.)* Não fosse a nossa decisão de organizarmos esta audiência coletiva, cada Deputado iria fazer a sua audiência e talvez viesse apenas o povo do seu Estado, mas aqui está o Brasil todo.

Eu queria apenas ler o texto no qual a gente apresenta uma proposta para o debate de *marketing* multinível no Brasil.

“O Brasil veio aqui hoje para falar de coisas que ficaram guardadas no nosso coração por muito tempo, ora silenciosas, ora silenciadas. Vimos falar de economia,



de sobrevivência das famílias, mas também vimos falar de solidariedade e dignidade humana, de sustentabilidade e de formas novas de viver em comunidade.

O trânsito no Brasil é um caos, o transporte coletivo é uma indecência. A gasolina produzida no País é tão cara que parece que veio de Marte. As ruas vivem em eterno estado de calamidade pública, como se tivéssemos acabado de sair de uma guerra. Não há estacionamentos nem próximos dos locais de trabalho, nem decentes. Não há uma política para cuidar da alimentação dos trabalhadores onde eles trabalham. Não há lugar para descanso ao meio-dia nas empresas nem no serviço público.

As pessoas lutam pela redução da jornada de trabalho e, quando conquistam esse direito, perdem no trânsito. A vida familiar virou um detalhe no tempo capitalista, porque o tempo maior fica no trabalho e no trânsito. As pessoas não aguentam mais perder 20% do tempo de suas vidas no trânsito, comer mal e caro nas lanchonetes que não aguentam uma inspeção e respirar o oxigênio podre das ruas. As pessoas querem ficar mais tempo em casa, as pessoas querem ficar mais tempo com os filhos, as pessoas querem ficar mais tempo com a família, porque o tempo passa rápido, e o que fica não são as riquezas, são os afetos. As pessoas estão quase pedindo pelo amor de Deus às elites políticas e econômicas do seu País para que olhem para elas como seres humanos, porque elas não aguentam mais viver como máquinas e, como tragédia final, terem que sustentar uma minoria abastada com o suor do seu rosto e os calos de suas mãos.

Por isso, o *marketing* multinível cresce, porque as pessoas querem ser livres, não querem intermediários. As pessoas querem trabalhar próximas da família, querem trabalhar em casa, não perder tempo e saúde com o trânsito e poder aproveitar melhor os seus dias e querem mais qualidade de vida.

Assim, não estamos aqui discutindo apenas o novo conceito de comércio ou propaganda de um produto ou de um serviço. Queremos construir um novo jeito de nos relacionar na economia e na sociedade. Nossa luta envolve a sustentabilidade ambiental, a saúde humana, física e psíquica, porque reduz fatores que produzem danos a nós e ao nosso ambiente.

Queremos uma forma nova, humanista, de relação entre o homem e a mercadoria, entre o homem e os serviços, em que o tempo humano, nosso



bem-estar e a proximidade das pessoas sejam mais importantes do que o lucro dos banqueiros e de todo tipo de atravessador. O que ocorre hoje é uma sangria da vitalidade humana, do esforço laboral, físico e intelectual dos brasileiros. Nosso povo é extorquido em todas as formas, em todos os lugares, de forma legal, numa extorsão constitucional, mas indecente e inaceitável.

Se você hoje pagar apenas parte da fatura do cartão de crédito e acionar o gatilho do juro rotativo, no final do ano o juro será de 323%. Isso está acontecendo no Brasil, protegido pelas leis do Brasil, e a Justiça não pode fazer nada. Agora pegue esses 323% de juros anuais do cartão de crédito e divida por 12 meses, que dá um ganho de 27% mensais para os bancos. As empresas de MMN estavam pagando, em média, 25% aos seus investidores e divulgadores. Os banqueiros podem cobrar essas taxas de juros. O povo brasileiro não pode ganhar nem perto do que eles ganham, muito menos igual. *(Manifestação da plateia.)*

A taxa de juros do crédito rotativo pode chegar a 621% no caso dos cartões de crédito dos supermercados e alcançar 549% nos cartões dos postos de combustíveis, os chamados *private labels*. As pirâmides das loterias, no caso da Mega-Sena, pagam apenas 32% para quem ganha na loteria. Perguntem para onde vão os 68%, que vocês vão encontrar no portal da Caixa Econômica Federal. *(Manifestação da plateia.)*

Os 27,5% que o Governo retira do meu salário tanto podem ir para um hospital como podem ir para o pagamento de DAS ou servir para cobrir bancos falidos, como fizeram com o PROER. Utilizaram o meu Imposto de Renda para pagar bancos falidos.”

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Moisés, só um alerta. Como nós já estamos com o tempo esgotado, peço a V.Exa. que conclua o mais rápido possível o seu pronunciamento.

**O SR. MOISÉS DINIZ** - Eu tinha apenas mais uma página para concluir a leitura, mas infelizmente não vou poder fazê-lo. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Por favor, por favor!

Nós temos algumas regras combinadas, acordadas. O que está combinado não é caro nem é barato; é justo. Isso foi aqui combinado, e nós vamos cumprir o combinado. Não podemos ficar fazendo exceções.



*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Não há problema algum. Na hora da sua inscrição. Não há mais concessão de tempo. Fizemos exceção para a Deputada Perpétua Almeida, como autora do requerimento. Esta Mesa não vai terceirizar tempo. Na sua vez, o senhor vai ter a oportunidade de falar; agora, não.

Por favor. Para encerrar a sua manifestação.

**O SR. MOISÉS DINIZ** - Eu vou encerrar com um único parágrafo da última página que faltava:

*“Nós não vamos nem falar no jogo do bicho, que é contravenção penal, mas continua intocável, porque a gente sabe quem ele financia. Nós não vamos nem falar nos cassinos que é a pirâmide dos milionários. Já tem projeto de lei no Senado para a sua regulamentação.”*

*(Palmas e manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Nós queríamos agradecer ao Deputado Moisés, que vem do distante Acre trazer essa mensagem bonita. O Acre está muito presente nesta sessão, neste debate, nesta discussão. Nós queremos agradecer-lhe de verdade a compreensão. Creio que a compreensão fez com que a mensagem fosse ainda mais contundente. Quero também cumprimentá-lo pela disciplina às regras estabelecidas.

Quero agradecer a presença ao Deputado Carlos Alberto, companheiro da CDEIC.

Dando sequência aos autores, eu passo a palavra, também por 5 minutos, ao Deputado Silvio Costa. *(Palmas na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Senhores e senhoras, eu acho que o primeiro ingrediente da vida pública é evidentemente responsabilidade pública, é não fazer a fala fácil.

Eu sou autor desse requerimento. Eu não vou fazer discurso aqui, não. Eu vim fazer perguntas. Esta audiência tem um objetivo: esclarecer ao Brasil. Esse negócio de vir para cá fazer fala fácil para ganhar voto não é comigo.

A história é a seguinte. A palavra milionário vem de milhão de dólares. Se se pegar 1 milhão de reais hoje e aplicar no mercado financeiro brasileiro — 1 milhão



de reais! —, vamos supor que isso renda 7% ao ano, dá 70 mil reais/ano. Descontando a inflação, que é 6%, dá 60 mil — 70 menos 60, ficam 10 mil. Dez mil divididos por 12 dá 800 reais por mês. Se você tiver 1 milhão de reais na poupança, só poderá gastar 800 reais por mês, senão perde seu dinheiro.

A primeira pergunta é ao representante da BBOM. Eu quero que o senhor me prove. Ah, o senhor vai anotar, porque vai responder depois. Um funcionário meu, por exemplo, aplicou 3 mil reais na sua empresa. Veja que onda danada! Ele aplicou 3 mil reais. Depois de 60 dias, ele ia receber 720 reais por mês, durante 12 meses. Setecentos e vinte por mês *versus* 12 meses dá 9.600, quase 10 mil reais. Então, o cara aplicou 3 reais mil que, depois de 12 meses, se transformou em 9.600 reais.

Qual é a mágica mercadológica que o senhor fez? Eu quero saber a mágica mercadológica. Há uma diferença. Na Herbalife, que é *marketing* multinível, as pessoas pegam o alimento, e tem gente que emagrece. O Silvio Santos tem um negócio de Jequití, sei lá, as pessoas pegam no perfume. Na Natura também, pegam no perfume.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Olha, você me respeite, senão eu peço para te tirar para fora. Eu não estou aqui brincando, não.

Vou terminar. Então não venha com essa onda, agora, de *marketing* multinível e de pirâmide. Eu falei com o Deputado Alessandro Molon, um sério Deputado do Rio de Janeiro, Relator do Marco Civil da Internet. Estou com oito emendas prontas para dar entrada ao Marco Civil da Internet para regulamentar o *marketing* multinível. Há nego aí formando pirâmide e dizendo que é *marketing* multinível, e não é. É preciso respeitar as pessoas.

A segunda pergunta é para a Telexfree e a BBOM. A mesma pergunta financeira para BBOM e Telexfree: qual é a mágica?

O senhor da Telexfree está falando para o Brasil: o senhor chegou para a juíza do Acre e disse: “*Eu tenho aqui 669 milhões. Está aqui o dinheiro para a senhora indenizar as pessoas envolvidas com a Telexfree*”. Isso é verdade?

Se o senhor fez isso, onde está esse dinheiro? Essa é a segunda pergunta.

A terceira pergunta aos senhores. Eu sou analfabeto e não sei o que é Voip. Eu não consigo pegar no Voip. O homem da BBOM trouxe um rastreador aqui. Está





havendo aí um grande esquemão, que não pode ser assim, para regulamentar no Brasil rastreador de carro. Eu vou lutar contra isso, porque é mais custo para o cidadão. Que história é essa de obrigar um carro, no DENATRAN, a ter rastreador! Onde é que está a cidadania?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Silvio Costa, só para informar que V.Exa. definiu o tempo conosco e já passou 1 minuto. *(Palmas na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Eu vou concluir.

Então, eu disse, no início da minha fala, que se a Telexfree, a BBOM, a Multi Click, que não está aqui, tivessem me convencido, eu ia propor ao Presidente e aos Deputados a criação de uma Comissão. Primeiro — se eles tivessem me convencido —, para colocar a juíza do Acre no CNJ, porque ela estaria sendo injusta, e ir para cima dela. Segundo, a criação de uma comissão para ir falar com o Presidente do Supremo, Joaquim Barbosa, para que tome providência em relação à juíza do Acre. Mas até agora, não vou mentir para os senhores, podem colocar na Internet, eu estou literalmente convencido do contrário. Desculpem pela franqueza.

Essas duas perguntas já me satisfazem: eu quero saber onde está o dinheiro.  
Vou concluir, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Silvio, por favor.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Estou concluindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Só para concluir, Deputado Silvio. Para concluir! Está bom.

*(Tumulto na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Por favor! Nós temos ainda muitas inscrições, mas vamos ouvir agora, pois está aqui nesta Mesa desde o início desta audiência pública, aguardando para fazer a sua manifestação, o Deputado Lourival Mendes. A seguir, nós temos aqui ainda os Deputados Silas Câmara, Renato Molling e Renan Filho, todos inscritos, além de outros Parlamentares presentes.

**O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES** - Sr. Presidente, eu quero agradecer a oportunidade e dizer que estou pasmo, muito preocupado.



A minha formação é jurídica. Eu aprendi, na minha vida, a defender os preceitos legais e, principalmente, a Constituição Federal, que jurei cumprir, fazer cumprir e defender, onde quer que eu estivesse.

O que me chama mais atenção e me causa espécie é que nós estamos tratando de uma denúncia do crime de pirâmide financeira. Este é o motivo maior, o foco desta audiência pública.

Esse trabalho já vem se desenvolvendo no Brasil há mais de ano. O Ministério da Justiça, via Ministério da Fazenda, pediu à Polícia Federal a investigação dos fatos. Até este momento, eu não ouvi ninguém me dizer a conclusão de nenhum inquérito policial, nenhum inquérito investigatório. (*Palmas.*) Ora, para condenar uma pessoa, temos primeiro que investigar, ver as evidências, analisar as provas coletadas.

Eu estou preocupado, porque nós vivemos num Estado Democrático de Direito, em que a Constituição diz que nós não podemos prejudicar. Nós estamos condenando antecipadamente, Deputado Silvio Costa, sem que se prove, Deputado Renan, a evidência do fato tido como delituoso. Um crime objetivamente é um fato típico, antijurídico e culpável.

Eu ouvi, ainda há pouco, aqui, tanto do Ministério da Fazenda quanto do representante do Ministério Público — o Dr. Bruno, se não me falha a memória —, que no Ministério da Fazenda há indícios e no Ministério Público — está gravado! — não há nada contra a Telexfree ou outra empresa, mas já estão bloqueando todos os bens, já estão penalizando todas essas empresas.

Nós não estamos aqui para defender nenhum tipo de crime, nenhum tipo de transgressão legal, de quem quer que seja. Nós estamos defendendo os investidores brasileiros, que há mais de 1 ano trabalham com a permissão do Governo Federal do Brasil. (*Palmas.*)

Essa instabilidade jurídica que nós estamos vivendo, até de julgar antes de apurar, causa arrepio ao Estado de Direito porque aflige toda uma sociedade. A insegurança jurídica move os investidores, que deixam de investir no mercado por falta de segurança jurídica, principalmente. Isso nos causa espécie.

Então, eu queria uma cópia do relatório do inquérito que apurou e identificou a prática do crime.



(*Manifestação na plateia.*)

**O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES** - Segunda pergunta: como é que nós vamos fazer com as famílias que venderam seu patrimônio e entraram nessa relação comercial com a permissão do Governo brasileiro, que não providenciou uma investigação para nos dar um resultado?

Então, eu fiquei aqui angustiado quando vi o Presidente da BBOM fazer algumas colocações que me deixaram arrepiado. Ruy Barbosa já dizia: "*Fora da lei não há salvação*".

Nós não podemos fazer as coisas, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Lourival, faça-lhe o mesmo lembrete feito para o Deputado Silvio Costa: seu tempo já chegou aos 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES** - Só para concluir, Sr. Presidente.

Nós não podemos continuar com essa insegurança jurídica. Nós precisamos dar um fim a essa situação. E eu creio na Justiça brasileira. Que se resolva esse problema!

Agora, a audiência pública é para tratarmos justamente desse processo de discussão, para criarmos um ordenamento jurídico que regule todo esse mercado, porque o Brasil não tem essa legislação. O Brasil dormiu. Tem pecado; tem errado, por deixar de fazer.

Então, eu queria, só para concluir, Sr. Presidente, dizer ao Deputado Silvio Costa, com todo o respeito que eu lhe tenho: eu prefiro ficar em defesa dos investidores do Brasil a condená-los antecipadamente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Por favor, vamos dar sequência às inscrições. Nós ainda temos inscrições para pronunciamentos.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Pois não, Deputado Silvio Costa.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Eu fui citado duas vezes pelo Deputado Lourival, mas não vou usar do meu direito regimental, porque quero agilizar, até porque estou curioso com relação às duas perguntas que fiz.



Queria propor a V.Exa. que, a cada três Parlamentares, como é comum nas audiências públicas, S.Exas. recebessem suas respostas, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Silvio, eu queria fazer a seguinte proposição aos Deputados: nós temos aqui três inscritos que estão há muito tempo aguardando: os Deputados Silas Câmara; Renan Filho, autor de requerimento; e Renato Molling. Ouviríamos esses três Parlamentares e, depois... O Deputado Pastor Eurico também.

Então, nós vamos agora ouvir o Deputado Renan Filho. Em seguida, passaremos a palavra ao Deputado Silas Câmara, ao Deputado Renato Molling e, aí, vamos às respostas.

Deputado Renan Filho, por favor.

**O SR. DEPUTADO RENAN FILHO** - Sr. Presidente desta audiência pública, Deputado Ângelo Agnolin, eu queria iniciar minhas palavras sendo breve, mas repetindo o que disse no começo: eu não vim para aqui com convicção formada; eu não sou apaixonado por um lado nem por outro; e eu acho que esse deve ser o caminho desta Casa.

A gente deve, por um lado, buscar um marco legal que autorize empresas sérias a atuarem. Isso acontece no mundo inteiro. E, por outro lado, a gente deve proteger o cidadão, para que ele não seja levado, pelas necessidades econômicas, pelas necessidades de geração de emprego, de oportunidade de trabalho no Brasil, para caminhos que não tenham saída, que se transformem em pirâmides financeiras, nos quais aqueles que entraram no começo conseguem certa sobrevivência, mas, em algum momento, essa pirâmide rui, e alguém é verdadeiramente prejudicado.

Eu não quero dizer que nenhuma empresa é pirâmide. Pelo contrário. Não estou aqui para isso. Eu quero dizer o seguinte: o *marketing* multinível no Brasil é utilizado por uma série de empresas, inclusive por empresas tradicionais, como as aqui citadas, e grandes empregadoras no Brasil. O Deputado Silvio Costa citou o exemplo da Natura, que emprega muita gente; desenvolve projetos de ciência, tecnologia, inovação. Inclusive, utiliza a biodiversidade brasileira; expõe o Brasil para o mundo; e é, sem dúvida, um modelo a ser defendido. Se outras empresas respeitarem o mesmo modelo...



E eu vejo aqui, com muita tranquilidade, que tem muita gente trabalhando, recebendo, empregada e defendendo o negócio. Portanto, isso, no mínimo, tem que abrir a cabeça dos Parlamentares.

Eu queria me colocar entre a fala do Deputado Silvio e a fala do Deputado Lourival, num ponto intermediário, no ponto de quem quer verdadeiramente dar condição para que as pessoas possam trabalhar e, por outro lado, retirar do mercado as pessoas que querem enganar o povo brasileiro — porque disso o povo não precisa. (*Palmas.*)

Eu queria deixar aqui algumas poucas perguntas de pessoas que contribuíram pela Internet, de forma anônima, e também as fizeram presencialmente, nos visitando depois da propositura desta audiência.

Eu queria perguntar aos representantes das empresas presentes, especialmente a BBOM e a Telexfree, em quantos PROCONs há investigação em relação a sua atuação. Lá no Acre houve um problema conhecido e relatado por todos. Em quantos outros PROCONs existe investigação?

Eu queria perguntar ao representante da BBOM se é verdade que a Associação Brasileira de Franchising enviou o caso empresa para o Conselho de Ética da entidade e qual foi a sua motivação.

A terceira pergunta, para as duas empresas, é a seguinte: existe alguma seguradora que tenha firmado contrato com a BBOM ou com a Telexfree para que, em caso de quebra da empresa, os investidores possam vir a ser ressarcidos? Essa é uma atividade comum no mercado: grandes seguradoras acreditam em bons negócios e têm capacidade de avaliação melhor do que o investidor individual para descobrir se o negócio é bom ou ruim.

A próxima sequência de perguntas será feita diretamente à Telexfree, porque o representante da BBOM explicou bem que ela não se relaciona com a ANATEL porque não é produtora de *chip*. Quem se relaciona com a ANATEL é quem faz a comunicação entre o rastreador e utiliza as torres. A ANATEL reconhece o serviço oferecido pela Telexfree? A empresa possui autorização da ANATEL para atuar? E qual a natureza da multa que a empresa recebeu?

A empresa também pode ter sido multada porque não tem autorização. Esta é uma questão a ser colocada. O senhor citou aqui, na sua apresentação, que, se a



empresa foi multada, a ANATEL a reconhece. Mas ela pode ter sido multada justamente por não ter comunicado à ANATEL a sua atividade.

Estas são algumas perguntas pontuais de quem quer contribuir, de quem quer defender o cidadão, de quem quer buscar uma saída justa para aqueles que investiram e para os empresários que estão aqui presentes.

Antes de concluir a minha fala, Sr. Presidente, eu queria dizer o seguinte: foi muito bom a gente ter aberto a palavra para os dois lados da questão. O representante do Ministério Público Federal falou com muita propriedade — e queria agradecer ao Procurador pela presença — e o representante do Ministério da Fazenda também.

Eu queria parabenizar os empresários pela capacidade de comunicação. Sem dúvida, o *marketing* multinível também é embasado nisso. E esses que estão aqui também têm que ter capacidade de comunicação, porque, na verdade, é isso que forma os níveis do *marketing* multinível: o convencimento.

Por isso, eu queria, com as respostas a essas minhas perguntas, ser convencido hoje, aqui, para que a gente, se possível — e, se não for possível, que a gente estenda o debate —, traga mais pessoas, como professores universitários, que conhecem, estudam *marketing* com profundidade, e exemplos do mundo.

O meu tempo se esgotou, mas quero concluir dizendo o seguinte: eu sou sempre contrário à solução jabuticaba: que só tem no Brasil. A gente tem que trazer a experiência mundial. Como é regulado o serviço no mundo? Como funciona nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia, nos países mais desenvolvidos que o nosso? Temos que saber isso para podermos oferecer ao povo brasileiro uma alternativa, primeiro, coerente; segundo, sincera; e, terceiro, que permita às pessoas trabalhar com dignidade.

Muito obrigado.

Um grande abraço a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Agradecemos ao Deputado Renan Filho.

Antes de passar a palavra ao Deputado Silas Câmara, até para apimentarmos um pouco mais este debate, que já vai muito bem, eu, como tocantinense e vizinho do Estado de Goiás, não poderia me omitir e deixar de registrar um fato gravíssimo



lá acontecido. E eu o vejo como uma pirâmide financeira, com roupagem de produto; com maquiagem. Foi uma ação dissimulada. Em tese, o grupo vendia a reprodução de avestruzes. O estrago foi de 2 bilhões de reais, e até hoje muitas famílias estão sangrando, na miséria, por causa desse golpe sujo.

Por isso, eu quero que a gente esteja muito atento àquilo que tem sido colocado aqui: a realidade. Os que fazem bem feito e fazem o bem deverão ser aplaudidos, mas não podemos deixar de punir severamente os maus; os que usam de artifícios para distorcer isso. (*Palmas.*)

Este é o papel desta Casa, e a Casa vai tratar esta matéria desta maneira: com o rigor que há de ser dado a quem lesa principalmente pessoas inocentes e indefesas, que, levadas pela emoção, são ludibriadas, tendo retirado de si o ganha-pão e o sustento de suas famílias.

É importante termos claro que nesta audiência nós temos que encontrar fórmulas para separar o joio do trigo. Não dá para ficarem misturados, sob pena de comprometer os bons.

Com a palavra o Deputado Silas Câmara.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados que compõem a Mesa, Sr. Senador Sérgio Petecão, que honra esta audiência pública, eu queria que V.Exas. me ouvissem com atenção, porque a minha origem é de vendas. Eu já vendi muito papel na vida: eu fui funcionário de banco, fui vendedor de seguro de vida, fui vendedor de seguro de saúde. Portanto, acho que posso dar uma grande colaboração a este debate.

Eu fui procurado pelo Sr. Flávio José de São Paulo Aguiar, que aqui está, que é lá do meu Estado, para uma reunião com as pessoas que operam lá no Amazonas o *marketing* multinível. E são várias pessoas, vários profissionais do meu Estado — cerca de 60 mil. Portanto, para cada 35 mil eleitores do Amazonas há um operador de *marketing* multinível. No Estado do Acre — eu tive a curiosidade de perguntar à Deputada Perpétua —, para cada 5 eleitores há um operador de *marketing* multinível.

Os senhores devem estar pensando assim: não estou entendendo a relação que o Deputado quer fazer entre eleitor e operador.



É simples. Eu ouvi aqui do ilustre convidado expositor João Francisco de Paulo...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Não, amigos; negativo. Para cada eleitor, porque o Acre tem 500 mil eleitores.

Muito bem. O convidado disse aqui que os senhores são capazes de fazer até o Presidente da República. Eu queria dizer ao ilustre expositor que é aqui que mora o perigo. Não me surpreende que essa denúncia venha do Acre, porque tudo o que assusta as pessoas em termos de poder e de eleição — eu sou acreano, posso falar; o Amazonas me deu oportunidade — tem consequência. Principalmente quando alguém usa a tribuna e diz bem assim: *“Eu posso e nós podemos”*. Isso é complicado no País, e no Norte e no Acre. Eu sei, pois senti na própria pele e na da minha família, o que isso pode causar.

Portanto, eu queria lembrá-los desse detalhe, para o qual os senhores precisam ficar atentos.

Segundo, Sras. e Srs. Deputados, meu amigo Deputado Silvio Costa, a quem parabeneizei pela palavra por conta do zelo — o Deputado Silvio Costa é um Parlamentar que, para mim, merece respeito em ser ouvido, porque é um professor, é um estudioso e fala por zelo —, deixem-me falar uma coisa para os senhores: faltou dizerem aqui, e aí me desculpem, porque os expositores perderam uma oportunidade... Eu sou um homem de comunicação. Eu estou muito próximo de uma instituição que tem televisão e que gera sinal para 90 milhões de brasileiros. E isso tem um valor comercial. Se os senhores tivessem dito aqui que o que gera o recurso, ou parte do recurso, que os senhores distribuem é a venda da rede que vocês construíram para divulgar qualquer produto eu ficaria calado, porque isso é uma renda. Mas eu também não estou convencido de que qualquer venda — e aí o Ministério Público Federal disse muito bem — de qualquer produto, dentro de uma única rede, vai gerar lucro suficiente sustentado para gerar o crescimento dos senhores. Desculpem-me, mas é uma estratégia completamente equivocada.

Vou citar um exemplo: quando eu vendia plano de saúde, Sr. Presidente, eu ganhava uma comissão diferenciada quando agregava um novo vendedor. Mas eu ganhava parte daquilo que ele vendia fora da minha rede. Fora; para outras





peçoas. Ou seja, não existe como eu vender um plano de saúde dez vezes para a mesma pessoa. Não existe! Não tem lógica isso!

Portanto, senhores, o que eu quero dizer para os senhores é o seguinte: ninguém aqui é contra os senhores. Não! E eu quero dizer mais para os senhores: os números dizem que os senhores são vítimas.

Eu ouvi aqui, com todo o respeito, o discurso do Deputado Estadual Moisés, do Acre. Deputado, esse é o nosso Governo. Os números que V.Exa. deu aqui não são do governo do Barack Obama. São do Governo apoiado por V.Exa. e por mim também. Portanto, esses números não são aqueles que depõem contra o Congresso Nacional, não são números que depõem contra as instituições organizadas desta Nação. Todos aqui foram unânimes em dizer isso. E, se há um erro, eu concordo com o Deputado Lourival: é da Polícia Federal, que tem a mania de, sem poder julgar ninguém, antecipadamente se manifestar, denegrindo e induzindo juizes desta Nação a bloquear recursos e a manchar a imagem das pessoas de bem desta Nação brasileira. (*Palmas.*)

É o único erro que eu vi nesse processo todo. Tanto que eles não estão aqui, nem mandaram cópia do processo. Agora, todos os demais estão certos, porque querem o bem dos senhores. Porque hoje os senhores estão defendendo algo que por enquanto está dando certo, mas que, em muitos países do mundo, levou milhões de pessoas a quebrarem, a ficarem na esmola e na humilhação completa.

Portanto, eu identifiquei aqui — Sr. Presidente, e quero apenas que V.Exa. seja misericordioso comigo, como foi com alguns — coisas importantes. Olhem para mim, por gentileza: o único problema, e eu disse isso ao Flávio, lá no Amazonas, é que eu identifico em tudo isso duas coisas.

Primeiro, é como se eu resolvesse montar, nesta Nação, um negócio sem que houvesse parâmetro legal para que esse negócio fosse conduzido debaixo da fiscalização do Ministério Público, da Receita Federal e de qualquer outra instituição, de forma que todas as perguntas que um consumidor quisesse fazer para se proteger daquele negócio tivessem resposta.

Portanto, essa denúncia, que começou no PROCON do Estado do Acre, vai servir ao Brasil em quê? Vai servir ao Brasil da seguinte forma: nós, do Congresso



Nacional, temos a obrigação de dar uma resposta rápida aos senhores, para que tanto a atividade como a profissão estejam cobertas pela lei.

A terceira coisa que é muito importante que os senhores saibam...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado, Deputado, por favor. Deputado...

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sabem por que no Estado do Acre, de cada cinco eleitores, um está envolvido economicamente com essa atividade? Porque não tem geração de emprego e renda! Porque a economia é quebrada! (*Palmas.*) Porque a economia gira em torno do ciclo do Governo! Ou seja, o Governo paga salário, o salário compra no comércio, o comércio compra fora do Acre. Portanto, não fica o dinheiro lá, porque não tem indústria. Aí volta para quem? Volta, de novo, para o Governo, através de imposto, e o Governo Federal complementa.

Mas isso não é um defeito no Acre: é assim no Acre, é assim no Amapá. Rondônia já não tem esse problema mais, o Amazonas também já não tem esse problema, graças a um único projeto de desenvolvimento regional que deu certo neste País, que foi o Polo Industrial da Zona Franca de Manaus. E é isso que eu quero dizer para os senhores.

Então, senhores, olhem para nós, Deputados Federais: nós não somos contra o povo do Brasil, nem contra os senhores, nem contra o povo do Acre. Mas o que é justo é justo.

Esta audiência pública dará início a uma nova história para o *marketing* multinível no Brasil.

Parabéns a todos os senhores. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Muito obrigado. (*Risos.*)

Bom, Deputado Silas Câmara, nós temos ainda...

**O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES** - Sr. Presidente! Sr. Presidente! Sr. Presidente! Rapidamente, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Nós temos ainda...

Eu estou sendo interpelado aqui...

**O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES** - Sr. Presidente, é só porque eu fui citado. Só 1 minutinho.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Lourival, eu estou entendendo a sua colocação e não gostaria...

**O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES** - É porque a forma... Eu não...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - ... de abrir esta...

**O SR. DEPUTADO LOURIVAL MENDES** - Não. Eu só queria explicar que a Polícia Federal não mandou o relatório porque ela é diligente; está investigando. Então, se ela não chegou a uma conclusão, não pode ainda... É uma investigação. Às vezes, demora 1 ano, 2 anos, 3 anos. Ela é uma entidade respeitável e tem relevantes serviços prestados à Nação brasileira.

Eu quero aqui, inclusive, aproveitar para parabenizar a Polícia Federal pela sua prudência. Porque ela, até hoje, não mandou nenhum relatório nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - O.k. Feita a explicação, nós vamos só registrar aqui a presença do companheiro Oziel, da nossa querida Bahia; e do Nonato, do Espírito Santo, conosco, aqui, com assento à Mesa. O Deputado Sebastião Bala Rocha recentemente passou por aqui. Deve estar em plenário.

Agora, então, com a palavra o nobre Deputado Renato Molling, a quem peço que, como um disciplinador de ambiente, se atenha aos 5 minutos. Nós vamos todos agradecer.

**O SR. DEPUTADO RENATO MOLLING** - Vou ser bem rápido.

Eu queria cumprimentar o Sr. Presidente da Comissão, as Sras. e os Srs. Deputados, enfim, todos os presentes aqui.

Queria dizer que eu vim participar desta audiência pública porque no meu Estado, o Rio Grande do Sul, há muitas pessoas que, hoje, estão trabalhando e que me procuraram, narrando os fatos, todas elas falando de uma maneira bem simples sobre a importância dessa atividade, entusiasmadas pelo trabalho, assim como esta plateia aqui vibra quando são feitas as observações, porque são atividades, e é através dessa atividade que essas pessoas geram renda, sustentam a sua família.

E a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de que eu faço parte, tem esse compromisso de fazer com que a economia do nosso País avance cada vez mais, busque alternativas, tanto de *marketing* como de vendas,



porque a gente sabe que o mundo está evoluindo muito rapidamente, e as questões tradicionais estão perdendo espaço para as questões inovadoras.

Então, o que não pode é acontecer o que está acontecendo: uma atividade que está sendo desenvolvida, com milhares e milhares de pessoas, no Brasil todo, trabalhando, de uma hora para outra, através de uma liminar, ser suspensa.

Eu acho que nós temos que ter mais responsabilidade e realmente averiguar se essa atividade está correta, se está dentro da lei e, aí, sim, tomar uma atitude, porque são milhares e milhares de pessoas no Brasil que estão sem emprego, muitas vezes, ou têm uma atividade, mas essa é mais uma oportunidade de renda, e que hoje estão paralisadas.

Então, com certeza, através desta audiência pública que está sendo realizada hoje, nós temos que pedir que as providências sejam tomadas. Se for preciso alterar a legislação para que isso funcione, como eu disse, dentro da legalidade e da sustentabilidade — e há vários mecanismos para que isso seja exigido —, dentro da própria lei, nós temos de exigir isso, para que as pessoas não sejam enganadas, como muitas vezes acontece: no começo funciona tudo bem e mais tarde ocorrem problemas. Mas há mecanismos para garantir isso, e eu tenho certeza de que eles serão criados por meio desta audiência pública, em que estamos fazendo este debate, em que se colocam os prós e os contras, mas, principalmente, em que clareamos o assunto e tomamos posição sobre ele.

Nós temos que ser mais rápidos no Brasil. Não podemos impedir o crescimento; não podemos impedir as atividades, sejam elas quais forem, desde que sejam corretas, porque o País tem que crescer, as pessoas têm que ter renda. E essa atividade, no meu entender é legal. A fundo nós não a conhecemos, e temos que ver a questão da sustentabilidade. Com certeza, com esta audiência pública, nós vamos avançar muito, e quem vai sair ganhando será aquele que quer trabalhar, que quer se esforçar, que quer empreender, que quer ganhar mais renda e que quer dividir a renda do nosso País. Nós temos de ser cada vez mais criativos e usar os meios que temos para ganhar dinheiro.

É isso que faz o País crescer.

Força! Tudo vai dar certo.

Abraço! (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - O Sr. Deputado Renato Molling, como sempre, extremamente disciplinado, fez seu pronunciamento em seu tempo e economizou alguns minutos para ganharmos tempo nas respostas.

Nós temos ainda a inscrição do Senador Petecão, a do Deputado Pastor Eurico, a do Deputado Henrique Afonso, a do Deputado Efraim Filho, a da Deputada Antônia Lúcia e mais a dos representantes das empresas e de outras pessoas.

Então, vamos fazer o seguinte: para tentarmos consolidar nossa audiência, com suas definições, temos algumas perguntas.

A Sra. Deputada Rosinha da Adefal, também coautora do requerimento, que acaba de chegar, está inscrevendo-se para falar, e, como coautora, tem preferência regimental.

Mas nós temos uma série de perguntas até então direcionadas ao Sr. João Francisco, da BBOM, e ao Sr. Carlos Costa, da Telexfree. Pelo que eu consegui perceber, as perguntas foram a eles direcionadas.

Passo a palavra inicialmente para o Dr. João Francisco, da BBOM, para que dê suas primeiras respostas e, logo a seguir, ao Sr. Carlos Costa, da Telexfree.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - O Deputado Silvio Costa nos questionou sobre a mágica desse retorno.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Foi.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Não existe mágica; existe um compartilhamento de receitas.

Bom, Deputado Silvio Costa, quanto à pergunta sobre mágica, devo dizer que não existe mágica em nenhuma dessas empresas envolvidas; existe um compartilhamento de receitas.

Quando há um investimento de 3 milhões de reais... Desculpem-me, estou pensando muito alto hoje. Quando há um investimento de 3 mil reais, eles nos proporcionam que nós disponibilizemos no mercado 20 rastreadores em regime de comodato. A primeira pessoa que pega esse investimento tem o rastreador por um prazo de 36 meses. Ela pagará por esse rastreador o valor de 80 reais. Os outros rastreadores vão nos dar uma receita de 1.600 reais. Deduzidos todos os impostos que recolhemos, simplesmente nós creditamos 800 reais para a pessoa, debitamos



80 reais do rastreador dela, e o restante é nosso. Ainda sobram 25%. Então, o lucro é alto. As empresas é que não admitem isso.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Como é, amigo? Eu quero saber, agora... (*Palmas.*)

(*Manifestação na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Sr. Deputado Sílvio, por favor, para nós organizarmos o debate. Por favor! (*Palmas.*)

(*Manifestação na plateia.*)

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sr. Presidente, eu acho que agora temos que fazer o contraponto, para entender. Ele tem que explicar isso para o Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Correto. Vamos fazer o contraponto para elucidar e esclarecer a questão.

Por favor, tem a palavra V.Exa., com a maior brevidade possível.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - A sua conta é a seguinte: a quem investe 3 mil reais, o senhor dá, em tese, 20 rastreadores. O.k.?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - O.k.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Esses 20 rastreadores o senhor diz que são alugados por 80 reais por mês.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - São 80 reais por mês, durante 36 meses.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Calma! São 80 reais por mês. Vou fazer a conta por mês. Se são 80 reais por mês, *versus* vinte...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Não, não.

(*Manifestação na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Por favor, deixem o Deputado fazer o raciocínio e ouvir a resposta. Nós precisamos que o Plenário aceite este debate, que está ocorrendo para esclarecer a questão.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - É claro. O mais importante é isso. Ninguém veio aqui para enrolar. Estamos defendendo vocês! Ora! (*Palmas.*)

Vou fazer a conta. Vinte *versus* oitenta dá mil e seiscentos.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Correto.



**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Desses 1.600, o senhor retira 720 para remunerar a pessoa. Então, 1.600 reais menos 720 é igual a 960 reais.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Novecentos e sessenta reais.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Novecentos e sessenta reais. O senhor paga primeiramente o imposto sobre os 1.600.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Isso.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Quanto o senhor paga de imposto sobre os 1.600 reais?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - São 2% de ISS, mais o lucro real no semestre.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - São 2% de ISS? O senhor tem como provar isso?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Absolutamente.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - São 2% de ISS?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Muito bem.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Eu recolho para o Município.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Para qual Município o senhor recolhe?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Indaiatuba, São Paulo, onde está sediada a nossa empresa.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Como o senhor pode recolher para Indaiatuba, em São Paulo, se em meu Estado, Pernambuco, em Recife, as pessoas estão com a BBOM? O senhor está lesando a minha cidade, então?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Não estou, Deputado.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor está lesando a minha cidade! Claro que está lesando! O ISS tem que ser recolhido no Município onde o serviço é prestado! E o senhor vem dizer que recolhe para Indaiatuba?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Porque todo o serviço de...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Convoquem o Prefeito de Indaiatuba para a próxima audiência pública! Se eu soubesse disso, eu o teria chamado aqui!

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Todo serviço...

*(Manifestação na plateia.)*



**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Eu vou chegar lá! Eu vou chegar lá! Eu vou chegar à conta!

*(Manifestação na galeria.)*

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Não há problema. S.Exa. está certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Tem a palavra o Sr. Deputado Silvio Costa, para concluir sua arguição e, então, teremos a resposta.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Então, o senhor só paga 2%, o que dá 32 reais?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Por equipamento.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Continuando a conta. Então, 920 reais menos 32 reais...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Não. São 1.600 vezes 2%.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Se são 2%, dá 32 reais!

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Correto.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Então, 920 reais menos 32 reais é igual 890 reais. O.k.?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - O.k.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - E o senhor paga imposto sobre o lucro. Presumido?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Sobre o lucro real.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Quanto é o lucro real?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Ah! Eu precisaria trazer o meu contador aqui.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ah, é?! Para isso precisa de contador? Não! Não! Não! O senhor sabe tudo decorado! Na hora em que eu quero saber o seu lucro, o senhor quer recorrer ao contador?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Sr. Deputado Silvio, aí estaremos entrando numa outra seara! Vamos moderar isso!

*(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Seria uma prestação de contas.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Por favor, Sr. Presidente.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Assim nós estamos alongando demais.

*(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Gente, pelo amor de Deus! Sr. Presidente, tudo bem que ele não passe os detalhes mínimos, mas o raciocínio do Deputado Sílvio é simplesmente esclarecedor. Como é que posso sair daqui convencido, numa audiência pública, se V.Exa. não deu oportunidade pelo menos de fechar esse raciocínio, a que todos estão seguindo calados, atentos?

Precisamos fechar esse raciocínio! Pelo amor de Deus, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Mas um raciocínio matemático feio ao microfone e sem nenhum equipamento é exigir demais. Tenha dó! Nós também não temos essa condição! Isso não é uma inquisição, nem uma CPI; é uma audiência pública para esclarecer os fatos.

Com todo o respeito e admiração que eu tenho pelo Deputado Sílvio Costa, e falo a S.Exa. continuamente da minha admiração, pela reflexão, pela veemência, pela capacidade, nós estamos indo além daquilo que é possível ser respondido, porque estamos lidando com uma fração matemática.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - O Deputado Sílvio Costa está correto quando diz que os impostos devem ser recolhidos no Município em que foi prestado o serviço. Nós os recolhemos em Indaiatuba porque a prestação de serviço é feita por uma base de Indaiatuba. Não existe base nos outros Estados, e o nosso interesse é que exista base em todos os Estados.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - E o cara que recebeu o seu rastreador em Recife? O serviço não foi lá? Ou o rastreador não chega?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Não. Lá em Recife existe uma franquia, que recebe um rastreador, como o senhor recebeu, que faz a instalação do rastreador e cobra 100 reais para instalá-lo. E essa franquia recolhe todos os impostos em Recife, no Acre, em Manaus, qualquer que seja o Estado em que ela estiver baseada. Isso acontece, com certeza, porque se trata de uma exigência legal.

Mas o serviço de monitoramento é feito por uma base numa região específica, que atende não apenas o Brasil, mas também grande parte do hemisfério. *(Palmas.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - O.k. Eram essas as questões direcionadas ao Dr. João Francisco. Qual é a segunda pergunta?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Qual é a segunda pergunta? A primeira?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - A primeira o Dr. Silvio entendeu.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Leia aí a segunda pergunta.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - A segunda pergunta do Deputado... Não, V.Exa. a fez para a Telexfree só.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Então, vamos à Telexfree, para a resposta à segunda pergunta. É para o Sr. Carlos Costa...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Eu só posso...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - O senhor poderá voltar a responder.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Amigo velho, eu fiz para o senhor também. Veja bem, o senhor disse, na sua fala, que não tinha 50 reais. Está gravado.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Hoje eu tenho, é verdade, 50 reais.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor disse — eu não estou com brincadeira, não — que não tinha 50 reais. Eu quero saber o seguinte: a sua conta da BBOM está bloqueada. É isso?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Todas as minhas contas. As pessoais, inclusive.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Moral da história: se a Justiça desbloquear a sua conta hoje, o senhor tem condições de pagar todos os investidores da BBOM no Brasil?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Tem, não é?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Não só eu, como todas as empresas envolvidas.

*(Manifestação na plateia.)*



**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Eu tenho condições... Deputado, eu posso complementar? Eu tenho condições de devolver o dinheiro de todos os meus investidores, se a Justiça me permitir. Mas ela não me permite.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Quem bloqueou a BBOM? Foi o Acre?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Não. Goiás. Goiânia.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Goiânia? O Acre foi a Telexfree?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - E, de todos os investimentos recebidos, 63% das pessoas já receberam todo o capital investido.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Então, se nós criássemos uma comissão de Parlamentares para visitar esse Poder Judiciário e lhe pedíssemos, em nome do povo brasileiro, que eles desbloqueasse...

*(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Aí o senhor pagaria imediatamente?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Basta pedir. Hoje eu faço isso...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor faria um acordo aqui...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Faço.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - ... no Congresso Nacional do Brasil?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Eu não faço acordo. Eu me comprometo com o Plenário.

Aliás, hoje existem muitas pessoas que estão passando dificuldades. Não sei se há alguém aqui. São pessoas que estão passando dificuldades, e eu não nego o meu telefone celular para ninguém. Para muitas pessoas eu já devolvi arrumando dinheiro emprestado, porque eu entendi o seu problema. Elas não têm culpa dos desmandos que aconteceram no Brasil nos últimos tempos.

*(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - O.k. Feitas as colocações do João Francisco, da BBOM, eu queria pedir agora ao Sr. Carlos Costa, da Telexfree, que também venha à tribuna responder aos questionamentos a ele direcionados. *(Palmas.)*

Por favor, Sr. Carlos Costa.



Eu só gostaria de passar, por alguns segundos, a palavra à Deputada Perpétua Almeida, que terá que se retirar e gostaria de fazer uma breve manifestação antes disso.

**A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA** - Companheirada, acho que o nosso objetivo nós estamos alcançando: debater o assunto.

*(Manifestação na plateia.)*

**A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA** - Mas não vamos fugir ao objetivo, que é debater, fazer a discussão em torno das empresas de *marketing* multinível. Aqui não é uma CPI. Aqui é uma audiência pública para ouvir vocês, ouvir as empresas, ouvir os Deputados. No início da nossa reunião, deixei claro que esta audiência não tem o poder de mudar decisões da Justiça. Esta audiência serve como embasamento para que o Parlamento venha a discutir a legalidade das empresas de *marketing* multinível, com a possibilidade de se apresentar um projeto de lei que estabeleça a regulamentação. Quem vai entrar no detalhe, definir se é legal o que está acontecendo, é a Justiça. Nós estamos fazendo o debate.

Eu queria apenas pedir desculpas. Só tínhamos esta data para juntar as três Comissões, e não consegui desmarcar a audiência pública que vou presidir agora na Comissão de Relações Exteriores, onde será discutido o Estatuto do Estrangeiro no Brasil. Eu sou Relatora de um projeto no qual o Brasil inteiro tem interesse, e também vários outros países que investem no Brasil. Portanto, vou precisar me retirar. Pode ser que, lá, a reunião seja tão demorada quanto esta, mas depois retorno, porque sei, conforme disse o Moisés, que as associações vão se reunir depois desta audiência pública para estabelecer alguns eixos de atuação.

Boa audiência pública! Vamos manter a tranquilidade, porque é só o debate, é só a democracia que vai resolver nossos problemas.

Obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Eu gostaria de informar, antes de passar a palavra ao Dr. Carlos Costa, da Telexfree, que nós hoje suspendemos a reunião ordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Os Parlamentares nós deram anuência para que fizéssemos isso para também estarem aqui debatendo esta matéria, que é muito importante, repito, para o Brasil.



Tem a palavra o Dr. Carlos Costa, para apresentar as suas respostas.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Pessoal, tenho que passar duas respostas para o nosso Deputado Silvio Costa. Primeiro, gostaria de lhe informar que entreguei todo o nosso estudo econômico. Eu vou dar a resposta, mas quero deixar claro e registrado aqui que entreguei à Mesa o estudo de viabilidade econômica. Todos vocês foram testemunhas disso. Lá está ele. Se alguém quiser vê-lo, está ali. (*Palmas.*) Certo? Isso está aqui, isso está lá no Acre, vai ficar onde o pessoal quiser, principalmente — quem me dera! — na imprensa, se ela pedisse, e ela nunca pediu. Mas, tudo bem.

Vamos lá, Deputado! Eu quero lhe responder sim. Só para encurtar a coisa, lembro que o senhor disse que não conhece o VoIP. O senhor tem o todo o direito. Isso não tem nada a ver. Mas o senhor não conhecer o VoIP não significa que ele não seja um serviço que renda muito.

Por exemplo, a Microsoft vive do quê? Ela não tem um produto físico. O Skype foi vendido para a Microsoft por 8,5 bilhões de dólares. (*Manifestação na plateia.*) Eu vou falar de novo, vou repetir. Do que a Microsoft vive, se ela vende *software*? O senhor me disse que não conhece o VoIP. O senhor tem todo o direito. Ela não tem um produto físico. O Skype, que também é uma empresa puramente de tecnologia VoIP, foi vendido para a Microsoft por 8,5 bilhões de dólares! Está certo?

Isso é só para que o senhor entenda o que realmente é essa tecnologia, com todo o respeito que o senhor tem por mim e por todo o respeito que eu tenho pelo senhor — nós já conversamos. E isso é fácil de eu provar.

Com relação à parte econômica, falei o que está aí. Mas eu lhe digo o seguinte: hoje uma conta VoIP custa para a Telexfree 3 dólares. Eu vendo por quanto, pessoal?

(*Manifestação na plateia: “Quarenta e nove e noventa!”*)

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Por 49,90. Qual é a porcentagem que isso dá de lucro, para que eu o distribua com quem trabalha conosco? (*Manifestação na plateia. Palmas.*) E eu tenho as distribuições. Eu tenho as seguintes distribuições: venda direta, venda em equipe, sistema binário, que é limitado, sistema trinário. Eu tenho inúmeras formas de pagamento. Eu remunero os nossos divulgadores com



esse lucro que estou mencionando. Está certo? Todo o mundo que faz o nosso negócio sabe disso.

Quanto à outra pergunta do senhor, quanto aos seiscentos e tantos milhões, a informação sobre isso também está informada nesse laudo econômico, que está aí, com a Mesa. É o valor da nossa marca! Não é dinheiro! (*Manifestação na plateia. Palmas.*)

Em momento nenhum, Deputado, o senhor ouviu de mim que é dinheiro. Quem disse isso foi a imprensa. Eles deveriam responder, não eu. O Ministério Público também. A imprensa, não eu. Eu nunca falei isso. Está aí a prova. É um laudo. É da marca da empresa. Por isso nós levamos até o Ministério Público.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Dr. Carlos.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Pode falar.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Dr. Carlos, eu tenho que fazer justiça aqui. Desde que comecei este debate, V.Sa. tem passado firmeza. Fez isso quando começou a explicar o VoIP.

Agora, aqui para nós, Dr. Carlos, em nome do povo brasileiro, isso tem limite! O senhor disse — eu li isso em matérias de jornais do meu Estado, decorei o número — que eram 669 milhões. Eu pensei que esse dinheiro, até para proteger os micro...

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Devo ajudá-lo, Deputado.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Eu pensei que esse dinheiro estava guardado para ressarcir as pessoas.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Antes que o senhor termine...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - E agora o senhor vem dizer que o dinheiro é o valor da empresa?

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Antes que o senhor termine...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Diz que é o valor da empresa?

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Eu quis ajudá-lo antes de o senhor terminar, Deputado. Quanto à pergunta que o senhor me fez, eu disse que é a marca. Eu não estou falando do meu dinheiro que está preso lá. (*Manifestação na plateia. Palmas.*)

Eu tentei interromper o senhor antes que o senhor terminasse.



**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Certo.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Eu tentei interromper o senhor antes que o senhor terminasse.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Quanto de dinheiro está preso?

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Veja bem, Deputado, entenda. Mandaram uma liminar sem nenhuma notificação, sem escutar ninguém. Ponto. Prenderam mais de 600 milhões da empresa, em espécie. Ponto.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Em espécie?

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Em espécie! (*Manifestação na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Está bom! Está bom! Está bom! Por favor! Nós vamos continuar o debate. Para isso, nós precisamos que a plateia colabore. Precisamos de colaboração, sob pena de não termos o melhor, que é o resultado final. Há outros Parlamentares inscritos. As respostas estão sendo dadas, As perguntas estão sendo feitas. Agora, para a...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Dr. Carlos...

Por favor, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Silvio Costa, como as suas já foram respondidas...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não foram, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - O Deputado Renan Filho tem também algumas perguntas a ser respondidas.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sr. Presidente, eu, a Deputada Perpétua, nós somos autores do requerimento. Não estamos aqui para brincadeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Sem problemas.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Dr. Carlos, por favor. Sr. Presidente, por favor. Estou sendo bem educado.

O senhor acaba de dizer aqui que prenderam 600 milhões de reais em espécie.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Repito: prenderam.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sim, então, a pergunta é esta: quem prendeu? Eu não conjugo oração sem sujeito. Quem foi que prendeu?



**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - A liminar fez isso comigo. Não travou as contas do banco? A liminar, Deputado. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - O convidado está respondendo as perguntas. A resposta deverá vir da tribuna. Por favor! Por favor!

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Dr. Carlos, eu gosto sempre de repetir a Bíblia. Está escrito na Bíblia o seguinte: *“Deus, perdoe aqueles que não sabem o que dizem”*. Então, não estou preocupado com isso.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Claro, não se preocupe.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Dr. Carlos, eu lhe disse que lhe tenho o maior respeito. Tenho conversado com o senhor e disse que sinto firmeza no senhor. Agora, esta é uma oportunidade para nós esclarecermos essa questão ao País, não é verdade?

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Claro, e o senhor acha que é o que o que eu estou fazendo aqui? O senhor me fez o convite.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor tem de entender o seguinte: quando o senhor fala em espécie...

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - É dinheiro.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Calma! Veja bem, dá para imaginar que estavam lá cerca de 600 milhões, e alguém chegou e fez a apreensão.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Não, alguém não.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Calma! O Poder Judiciário.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O dinheiro estava lá guardado, num canto, e alguém chegou lá e o apreendeu. Esse dinheiro estava no banco, é isso?

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Sim, na conta, no Banco do Brasil.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Banco do Brasil?

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Banco do Brasil! *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Está bloqueado.

Deputado Silvio, esclarecido isso... *(Manifestação na plateia.)* Por favor! Só uma observação! Já é 1h25min da tarde. Todos aqui já estão ansiosos, e ainda há inscritos para falar.





**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Eu vou concluir, Sr. Presidente.

O senhor deu duas informações preciosas, que inclusive me tranquilizam. Com todo o respeito ao cidadão da BBOM, ele não nos deu a informação, disse que iria consultar o contador. Eu saio tranquilo em relação à Telexfree, porque as pessoas não serão lesadas. Este dinheiro, 600 milhões, está lá no banco, em algum canto. Na hora em que ele for desbloqueado, na hora em que se resolver isso, as pessoas terão seu dinheiro. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Silvio Costa, por favor.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Eu vou concluir.

Em relação à BBOM, quem quiser pode me esculhambar na rede, mas estou convencido de que a BBOM é uma pirâmide. Agora, no caso da Telexfree, não estou convencido disso. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Silvio Costa, por favor. Por favor, Deputado.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Eu não sei se é um assunto mais difícil. Não sei se é um assunto mais difícil essa história de Skype, de VoIP, mas, sinceramente, o senhor falou de uma forma que dá para sentir um pouco de firmeza no senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Silvio, conclua, por favor.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Vou fazer uma pergunta à BBOM. É a última pergunta. Vou até embora.

O que o senhor acha da Câmara Federal criar uma CPI para investigar isso?

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Eu estou dentro! *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Resolvido.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não diga mais nada. Quero parabenizar o senhor. Vamos lá! Vamos criar a CPI! *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Por favor! Há vários inscritos ainda.



Gostaríamos agora que o Dr. Carlos Costa respondesse as questões apresentadas pelo Deputado Renan Filho. Em seguida, passaremos às conclusões. Vou dar a palavra novamente aos Parlamentares. Estão inscritos, nesta ordem, o Senador Petecão, a Deputada Rosinha, que é autora do requerimento, os Deputados Eurico, Henrique Afonso e Antônia, que está aqui, pacientemente, aguardando para manifestar-se, em período já próximo do encerramento da reunião.

Para responder ao Deputado Renan Filho, tem a palavra o Dr. Carlos Costa.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Continuando, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Gostaria só de mais um pouco de colaboração, pois precisamos acelerar os trabalhos.

O Deputado Oziel Oliveira também está inscrito.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Serei bem rápido.

A pergunta foi feita em relação à ANATEL, não foi isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Por favor, o máximo de silêncio possível, para que possamos dar celeridade aos trabalhos!

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Vamos lá, gente!

Nós estávamos movendo um processo administrativo junto à ANATEL, e até abril de 2013 — no caso, o VoIP não é telecomunicação, é tecnologia — a ANATEL não tinha nenhum tipo de regulamentação. Então, nós não tínhamos que pagar nada. Porém, a partir de abril de 2013, eles começaram a fazer a exigência. E essa exigência resultou nessa multa que apresentei aos senhores...

**O SR. DEPUTADO RENAN FILHO** - Sim, mas perguntei se a ANATEL reconhece o serviço. Ela reconhece ou não?

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Veja bem, antes, ela não tinha a regulamentação, não estabelecia o seguinte: "*Pode fazer*". Depois, começou a reconhecer, e, como os nossos *data centers*, os servidores ficam todos nos Estados Unidos — eu queria que isso ficasse bem claro —, nós tomamos uma providência. Quando a ANATEL, em abril, começou a cobrar de nós essa exigência, o que nós fizemos? Nós adquirimos a Voxbras, que é uma empresa brasileira com todas as regulamentações da ANATEL, para cumprir com tudo o que ela nos pedisse. Porém, foi bloqueado, e, até hoje, não colocamos o serviço em prática.



**O SR. DEPUTADO RENAN FILHO** - Então, o senhor está dizendo que há um processo administrativo na ANATEL no sentido de se reconhecer a empresa.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Para mim, ele acabou, porque, nesse documento que eu entreguei...

**O SR. DEPUTADO RENAN FILHO** - Acabou com a multa?

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Com a multa, justamente. Acabou com a multa. Não é isso? Meu advogado está ali.

Ele estava acontecendo, e, quando houve a mudança, fizeram isso tudo, cobraram a multa. Nós pagamos ontem, inclusive, e o processo acabou.

**O SR. DEPUTADO RENAN FILHO** - O.k. Estou satisfeito.

Com relação à...

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - À Mapfre. Deixe que eu falo. Sobre isso eu vou falar.

**O SR. DEPUTADO RENAN FILHO** - Não é em relação à Mapfre, não. Perguntei se há seguradora.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Está bom. Mas é ela, entendeu? (*Manifestação na plateia.*) Eu acho que aqui eu posso falar, não é? Pelo menos, eu conto com a proteção dos senhores. Vamos lá!

Posso falar? Os meus divulgadores, esses moram no meu coração. Agora quero contar aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Por favor, vamos à resposta.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Inclusive, vou até usar um termo que estava na Internet. Eles estiveram no Ministério Público do Acre, não sei o que, dizendo que, sim, tinham recebido uma proposta da Telexfree. Não sei quem viu isso e pôde comprovar, lá no Acre. Agora pergunto uma coisa: quando alguém vai fazer seguro, é o cliente que faz a proposta para a seguradora? Não é.

Não se faz uma proposta para a seguradora. Vou colocar meu carro no seguro e digo: "*Olhe, só vou pagar tanto*". Isso não existe. Isso não existe. Eu não fiz proposta para ninguém. Eles é que estavam avalizando a coisa toda, olhando tudo. Eles me mandaram um *e-mail*. Eu tenho isso, inclusive está na Justiça.



**O SR. DEPUTADO RENAN FILHO** - Não, não. Dependendo do cliente, ele faz, sim, proposta para a seguradora.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Mas eu não fiz.

**O SR. DEPUTADO RENAN FILHO** - O senhor não fez, mas clientes fazem propostas para a seguradora.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Mas eu não fiz. Eu não fiz!

**O SR. DEPUTADO RENAN FILHO** - Mas hoje há seguro ou não?

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Não!

**O SR. DEPUTADO RENAN FILHO** - Não há?

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - De jeito nenhum!

**O SR. DEPUTADO RENAN FILHO** - Essa é a informação que eu queria ter.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Queria dizer algo rapidamente, se os senhores me permitirem. Deixe-me ver, gente, pois nunca vi tanto Deputado na minha vida junto, confesso. Então, fico meio perdido. *(Risos.)*

Mas foi o Deputado Lourival Mendes, não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Isso, o Deputado Lourival Mendes está aqui.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Ele falou, ainda há pouco, sobre um inquérito policial, não foi? O senhor perguntou: *“Não há nada? Ninguém apresentou nada?”*

Eu vou lhe apresentar aqui uma decisão judicial do meu Estado, Espírito Santo, em que o juiz do inquérito declara que não há materialidade nem autoria. Por conta dessa decisão, subentende-se — eu não entendo nada de lei — que o Espírito Santo fosse prevento no caso de qualquer crime de que Carlos Costa esteja sendo acusado no Brasil inteiro.

Estranhamente, o Acre também está investigando o mesmo crime contra a mesma pessoa. Não sei se, na hora em que me condenarem, vão me rasgar ao meio, deixando uma banda para cada lado. *(Manifestação na plateia. Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Nós temos aqui um posicionamento... *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sr. Presidente, só uma última pergunta. Só a última pergunta!



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Espere só um pouco. Não, por favor. Deputado Silvio Costa, não. Nós vamos ouvir outros Parlamentares agora.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Mas ele não respondeu isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Eu quero dizer o seguinte agora. O Deputado Silvio Costa fez um comentário quanto à BBOM, e o Dr. Francisco terá a oportunidade de responder logo mais. Algumas manifestações deverão ainda ser feitas.

O senhor, portanto, terá o prazer de responder ao Deputado Silvio Costa e também ao Deputado Renan Filho.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Deixe que ele responda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Haverá a resposta num segundo momento. Por enquanto, estamos satisfeitos com as respostas já efetivadas. Terão a oportunidade de responder, logo a seguir, outros questionamentos.

Por favor, dê a última resposta ao Deputado Renan, para finalizar.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Para finalizar, eu me refiro aos PROCONs. A empresa estava atuando havia 1 ano e meio no mercado, com mais de 1 milhão de divulgadores. Gente, sabe o que havia no PROCON em relação a mim? Nada, nunca houve reclamação de ninguém. (*Manifestação na plateia.*) Nunca! Nem de divulgador, nem...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Dr. Carlos, o senhor não respondeu só uma pergunta. Por que a pessoa, para comprar, tem que entrar na rede?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Silvio, por favor. Não vamos quebrar a ordem da reunião.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - Não, não! Não, de jeito nenhum!

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - É importante essa resposta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Não, não! Não vamos quebrar a ordem. A sequência aqui tem que ser respeitada.

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - O senhor compra nosso serviço acessando o *site*. Com seu CPF, o senhor faz a compra. O senhor não precisa pertencer à rede.



**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ah, é?

**O SR. CARLOS ROBERTO COSTA** - É, ué! (*Manifestação na plateia.*)

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Ah, é? Eu não sabia. Essa é uma informação importante.

**O SR. DEPUTADO MANATO** - Sr. Presidente, só um minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Por favor! Deputado Manato, nós vamos manter...

**O SR. DEPUTADO MANATO** - São só 10 segundos. Só 10 segundos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Manato, por favor. Vamos seguir a organização da nossa reunião da forma combinada, senão vamos começar a quebrar a sequência das perguntas e respostas.

**O SR. DEPUTADO MANATO** - Tudo bem, Sr. Presidente, eu só quero 10 segundos. Dez segundos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Manato, a reclamação V.Exa. está vendo.

**O SR. DEPUTADO MANATO** - Eu sei. Só quero que haja respeito. Temos que respeitar ele. Eu acho que não podemos ofender as pessoas. É só respeitar. Só isso! (*Manifestação na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Está sendo respeitado.

Deputado Manato, toda esta audiência transcorreu com respeito absoluto a todas as pessoas que vieram à tribuna, que usaram a palavra, que se manifestaram. Hora nenhuma aqui se faltou com respeito a ninguém. Estamos conduzindo de uma forma responsável e séria. Eu só queria fazer a seguinte colocação. O senhor terá mais uma bateria de respostas. A Deputada Antônia vai ter que presidir uma reunião agora na Comissão de Direitos Humanos. Ela vai apenas fazer uma saudação e sair. Por favor, Deputada Antônia.

**A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA** - Boa tarde a todos. Eu quero cumprimentar todos vocês que vieram dos demais Estados do nosso Brasil a esta audiência pública. Também quero render meus parabéns ao Presidente desta Comissão, Deputado Ângelo Agnolin, e a todos os autores dos requerimentos, na pessoa da minha amiga Deputada Rosinha, que se faz presente. Quero aqui



cumprimentar todos os Deputados que falaram e se expressaram com muita veemência, com muita perfeição acerca de todo esse momento difícil que o País está vivendo.

Também quero dizer a vocês que aqui estou representando a Frente Parlamentar das Defensorias Públicas dos Estados e da União. Aqui se falou de Ministério Público, aqui se falou do Poder Judiciário, mas aqui ninguém fez nenhuma menção, a não ser a representante do Ministério Público, às Defensorias Públicas, que, na realidade, é quem defende verdadeiramente as pessoas comuns, que estão enfrentando este momento muito difícil do nosso País: essa novidade que surgiu no nosso País que são essas duas grandes empresas que aqui estão sendo questionadas, que aqui estão sendo confrontadas pelos Parlamentares, pelas instituições que aqui representam toda a população envolvida do nosso Brasil.

Quero me colocar à disposição no nosso Estado do Acre. Como V.Exa. colocou, o Estado do Acre não é um Estado complicado, mas é um Estado esclarecido e que quer saber qual é a origem, a movimentação e o que vai acontecer caso o nosso povo brasileiro venha a ser, não vou dizer, lesado — mas também posso usar esta expressão. Essa investigação precisa ser concluída.

Eu acato a indicação do nosso amigo Deputado Silvio Costa, que colocou aqui muito bem acerca da montagem de uma CPI. (*Palmas.*)

Quero também cumprimentar o nosso amigo Senador Sérgio Petecão, que está preocupado com essa questão do nosso País, sobretudo com o Estado do Acre; os Deputados Estaduais que vieram aqui; e a nossa representante do Judiciário do Estado do Acre, Dra. Joana D'Arc.

Quero dizer, Presidente, que no Estado do Acre os nossos veículos de comunicação, Deputado Henrique Afonso, estão à disposição para debater, Deputado Moisés, acerca de tudo o que envolve essa questão. As nossas atividades convergem, e nós estamos à disposição nesse momento tão difícil que os brasileiros estão passando.

Peço licença, porque vou presidir a Comissão de Direitos Humanos agora, mas isso não quer dizer que eu não possa voltar logo mais.

Quero convidar o Pastor Eurico, se o senhor me permite, para ocupar esta cadeira, porque ele também já está esperando há muito tempo. Muito obrigada.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Convido o Deputado Pastor Eurico para fazer parte da Mesa.

Queria só informar que nós temos aqui centenas de perguntas *on-line*. São várias e várias perguntas. A sensação que eu tenho é que não teremos tempo para respondê-las. Por isso as respostas serão dadas depois, pelo mesmo canal, pela Câmara *e-commerce*. Nós temos aqui uma série de questionamentos.

Nós temos agora a fala do Senador Petecão.

Gostaria de pedir mais uma vez, agora ao Dr. Carlos Costa, que aguarde só mais 1 minuto, porque o senhor terá novamente oportunidade para dar sua resposta. E gostaria de saber se o Senador Petecão permite que a Deputada Rosinha da Adefal faça uma breve saudação, porque ela também tem que presidir uma reunião da Procuradoria da Mulher agora, às 14 horas, nesta Casa.

Por favor, Deputada Rosinha da Adefal.

**A SRA. DEPUTADA ROSINHA DA ADEFAL** - Boa tarde a todos.

Primeiro, quero parabenizar o Presidente desta Comissão pela condução desta audiência. Parece que os ânimos estão empolgados, mas graças a Deus ele está sabendo conduzir os ânimos das duas partes, dos Deputados e de vocês, que vieram aqui, com certeza, com a intenção de esclarecer o povo brasileiro, de esclarecer o Congresso, que tem dúvidas, sim, sobre todas as atividades, mas que precisa se posicionar regulamentando esse tipo de atividade, que é nova — tanto é nova que não temos regulamentação. E essa é a intenção deste Parlamento, é a intenção da Deputada Perpétua, foi a minha intenção quando quis subscrever e ser coautora do requerimento para esta audiência de hoje.

Fui procurada por muitos colegas de Alagoas que participam das atividades que vocês estão aqui representando pedindo que fosse dado este momento ao Parlamento. Tudo o que está acontecendo hoje é importantíssimo, e quero dizer que está sendo muito bem conduzido pelo nosso querido Presidente. Já saio daqui com grandes esclarecimentos.

Justifico o meu atraso, inclusive perdi muitas discussões, porque estava participando, primeiro, da reunião de Líderes desta Casa, onde discutimos também uma questão muito importante, que é a segurança — depois de tantas manifestações, graças a Deus, pacíficas e pertinentes que estão acontecendo no





Parlamento. Segundo, de uma reunião da Comissão de Seguridade Social e Família, na qual estava relatando um projeto, que, infelizmente, era o último da pauta, e por isso tive que ficar até o final.

Então, justifico a minha ausência e peço também que vocês me permitam sair agora, embora tenha ficado tão pouco tempo. Tem um assessor meu aqui acompanhando a audiência desde o início e vai ficar até o fim. Peço a permissão de vocês para que eu possa me retirar para coordenar a reunião da Procuradoria da Mulher. Eu sou a Procuradora Adjunta. A Procuradora principal não está aqui. Essa é uma atividade nova desta Casa, que está apenas no segundo mandato. A Procuradoria da Mulher da Câmara Federal tem o objetivo de efetivar a Lei Maria da Penha, e nesta Casa, com tantas matérias importantes, não dá para priorizar qual é a mais e qual é a menos importante para o povo brasileiro.

Então, queria pedir a permissão de vocês para sair, mas deixo o meu assessor aqui, acompanhando todos os debates, trazendo todos os esclarecimentos e o meu comprometimento com CPI e com outras audiências. O Parlamento e esta Deputada se comprometem em regularizar toda essa atividade.

Muito obrigada. Boa tarde a todos. Sucesso! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Muito bem, Deputada Rosinha da Adefal, que tem andado por esta Câmara em todas as Comissões todos os dias. Eu tenho o privilégio de tê-la como companheira na Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, onde tem tido uma atuação brilhante.

Senador Petecão, o senhor está com a palavra.

**O SR. SENADOR SÉRGIO PETECÃO** - Boa tarde, meus amigos, minhas amigas, estamos exatamente há 4 horas nesta reunião. Eu cheguei aqui às 10 horas da manhã.

Queria saudar os nossos Deputados Estaduais Lira, Eber, Jonas, na pessoa do Deputado Moisés, que tem sido um guerreiro, e, na pessoa do Deputado Henrique, saudar todos os colegas Deputados Federais.

Eu poderia fazer duas falas, uma para receber muitas palmas, ou, então, como o Deputado Silvio Costa, para receber um monte de vaias. Não vou fazer, prometo.



Eu penso que hoje estamos tendo aqui uma grande oportunidade, não sei se de resolver, mas de trazer a público um problema que hoje atormenta todo o nosso País, principalmente o meu Estado. É difícil um cidadão acreano, hoje, que não tenha um parente ou um amigo que não tenha feito um investimento no Telexfree ou no BBOM.

Para mim seria muito mais fácil não estar aqui, mas postar no meu Facebook que estou solidário ao BBOM, que estou solidário ao Telexfree, que estou solidário aos acreanos e fugir do debate. Seria mais fácil. Lógico que seria mais fácil. Falei isso com o Moisés quando cheguei. Mas eu não estaria sendo justo com o meu Estado (*palmas*) e com a minha consciência se eu estivesse fazendo de conta que lá no Acre está tudo tranquilo. Não está não. Eu ouvi aqui muitas falas. Lógico... Eu conheço o Silvio Costa. Ele quase foi Deputado Federal junto comigo, e era do meu partido. E, antes que ele falasse, eu avisei ali para os Deputados Estaduais que o Silvio Costa ia fazer uma grande confusão. E foi bom, sabia? Foi bom... para que nós pudéssemos esclarecer, e o Silvio Costa saísse daqui levando uma mensagem, porque, na verdade, ele estava totalmente desinformado.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. SENADOR SÉRGIO PETECÃO** - Não, mas ele não está mais como estava, porque ele não é doido. (*Risos.*)

Ouvi a fala do Silas aqui, uma das melhores falas — por que não? —, e de todos aqui. Eu vi que os Deputados Federais estão querendo resolver a situação e não estou aqui jogando confete no representante da BBOM, nem no representante da Telexfree, de forma alguma. Agora, eu não posso deixar de elogiá-los por eles terem tido a coragem de vir aqui (*palmas*) e terem tido a coragem de abrir o debate. E se está certo ou errado, eu sou daqueles que confiam na Justiça do meu País e vou continuar confiando. Quero confiar e vou continuar confiando. Mas eu não posso, gente, como representante do povo, ser irresponsável e usar os meios de comunicação, os canais de Facebook, aos quais hoje todos nós temos acesso, para também incriminar pessoas sem dar a elas a oportunidade de se defender. Eu não estaria sendo justo.

Então, meus irmãos, eu penso que hoje aqui foi dado um passo importante. O representante da Telexfree aceitou até uma CPI — e olha que aqui nesta Casa as



peças morrem de medo de CPI! (*Palmas.*) Estou falando das peças do Governo mesmo.

Eu quero apenas, em primeiro lugar, parabenizar esses acreanos, na pessoa do Apóstolo Wilson, por quem tenho um carinho muito grande. As peças vieram de van, gente, lá de Rio Branco. (*Palmas.*) São mais de 3 mil quilômetros. A pessoa não vem de van lá do Acre para passear. Isto não é bom não. Ninguém quer vir de van. Se andar de van dentro da cidade já é ruim, imagine vindo do Acre.

Então, eu estou dizendo isso para que vocês de outros Estados, e vejo aqui várias peças de outros Estados, possam ter uma visão da situação por que passam hoje os meus irmãos acreanos. A situação é muito grave, e ainda bem que os representantes das duas empresas que se pronunciaram têm essa dimensão.

Eu entendo, é lógico que eu entendo, um discurso mais acirrado, outro mais tendencioso, isso faz parte, é um processo natural, faz parte da democracia, cada um defende o seu lado.

Eu quero que vocês tenham em mim um aliado, para que nós possamos, se Deus quiser, resolver essa situação e amenizar o sofrimento daqueles milhares de peças, porque eu nunca fugi ao debate. Eu recebi na minha casa vários que me procuraram — aqui vejo alguns que me procuraram — para, pelo menos, dar um ombro amigo para que as peças não digam que só existe ladrão ou que só existe bandido. Não, vamos conversar. Eu nunca fechei as portas. Mas eu precisava disso, gente.

Hoje, todos os que estão aqui têm Comissão. Hoje, a Comissão de Constituição, Justiça E Cidadania é a mais importante do Senado, e ela está acontecendo, ela aconteceu hoje, e eu sou membro da Comissão. Mas isto aqui para mim é prioridade. Este debate é prioridade para mim, porque eu posso sair daqui hoje e dizer que conheci o responsável pela Telexfree, eu conheci o responsável pela BBOM.

Hoje nós tivemos aqui o representante do Ministério da Fazenda. Quem está enrolado não vem conversar com o Ministério da Fazenda, não. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Senador, eu só gostaria de lembrar que V.Exa. aguardou pacientemente, mas não vamos sair muito das regras.



**O SR. SENADOR SÉRGIO PETECÃO** - Eu vou finalizar. Nós tivemos aqui representante do Ministério Público Federal e nós tivemos aqui representante da Justiça, e está o Parlamento, que é a Casa do Povo, com Deputados Federais, e eu estou aqui como Senador.

Então, meus amigos, eu quero agradecer esta oportunidade. Voltou o Silvio confusão. *(Risos.)* Eu é que quero agradecer.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Senador Petecão, eu sou seu amigo, mas não aceito que se refira a mim como Silvio confusão, não. Isso não é forma de tratamento parlamentar.

**O SR. SENADOR SÉRGIO PETECÃO** - Mas eu nunca disse que você é meu inimigo.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Eu o respeito. Eu o chamo de Senador Sérgio Petecão. Meu nome é Silvio Costa. Este é um ambiente sério. Não venha aqui com gracinha para cima de mim, não.

**O SR. SENADOR SÉRGIO PETECÃO** - Eu retiro o “Silvio confusão”. Eu achei que eu tinha essa liberdade. De hoje em diante, eu não aceito que você tire mais nenhuma brincadeira comigo. O.k.?

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Está fechado.

**O SR. SENADOR SÉRGIO PETECÃO** - Está bem. Você sabe que eu o conheço.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Meu amigo, eu sou seu amigo.

**O SR. SENADOR SÉRGIO PETECÃO** - Eu pensei que a nossa amizade permitia...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Você chega a uma audiência pública e diz “Silvio confusão”. Que onda é essa?

**O SR. SENADOR SÉRGIO PETECÃO** - E o que você fez aqui? *(Palmas na plateia.)* A única pessoa que eu vi tomar a palavra dos outros... Na minha cidade, no meu Estado, o nome disso é “confusão”. Se em Pernambuco há outro termo, no meu Estado quem faz esses tumultos são pessoas que fazem confusão. *(Palmas na plateia.)* Desculpe-me.

Meus amigos, eu finalizo minhas palavras, agradecendo esta oportunidade e me colocando à disposição de todos — BBOM, Telexfree —, para que possamos,



dentro dessa linha de entendimento, buscar resolver a situação. Essa situação não é boa para ninguém: não é boa para vocês, não é boa para os investidores, não é boa para aquelas pessoas que não tiveram a oportunidade de estar aqui e que estão sofrendo no Acre. Eu estou falando do Acre, mas tenho certeza de que nos outros Estados não é diferente.

Então, meus amigos, aos meus companheiros do Acre, parabéns pela coragem de ter embarcado numa *van* e ter vindo aqui correr atrás dos seus direitos. Ao pessoal da BBOM e Telexfree, o que eu posso oferecer neste momento é a minha amizade e a minha solidariedade. Não estou aqui vendendo facilidades a vocês. Quero me colocar à disposição de vocês, para que possamos, se Deus quiser, amenizar o sofrimento daquele povo ali, que está, com certeza, numa expectativa, e numa expectativa positiva.

Obrigado, Presidente. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Muito bem, Senador.

Nós ainda temos aqui algumas inscrições. Está na sequência aqui o Deputado Pastor Eurico. Por favor.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de saudar o Deputado Ângelo, que preside esta audiência, e parabenizá-lo pela forma tão eficiente como a tem conduzido. Saudando o Presidente, saúdo também os demais que estão à Mesa, todos os nossos participantes. Quero também saudar os milhares e milhares de brasileiros que, com certeza, estão dando a maior audiência à *TV Câmara* neste momento, porque a matéria é de interesse nacional.

Eu gostaria de dizer aos senhores que, se eu fosse olhar para a mídia, com todo respeito — não me julguem antes de eu terminar —, eu iria procurar aqui um bandido chamado João Francisco e outro bandido chamado Carlos Costa. E acho que, se eu fosse acreditar também no que a mídia diz, eu já vinha com a resposta. Eu não iria encontrá-los aqui, porque bandido foge, bandido não tem coragem de aparecer num momento como este.

Eu ouvi atentamente todos aqui. Eu creio que o Brasil está com uma grande interrogação. Deputados, a imprensa miserável que nós temos no Brasil — desculpem-me, esse é o termo que eu quero colocar aqui — tenta marginalizar



cidadãos de bem em todos os aspectos. (*Palmas na plateia.*) Não quero aqui agradecer Telexfree, não quero aqui agradecer BBOM. Não se trata disso. É que os senhores têm visto que a imprensa... Hoje, eles fazem um papel no Brasil como se fossem julgadores e querem colocar na cadeia quem eles bem entendem. Eles colocam isso na mente das pessoas.

E aqui eu quero aproveitar para parabenizar os companheiros que fizeram o requerimento, porque resolveram trazer para esta Casa... Eu e os demais Deputados que aqui se encontram, tenho certeza, estamos sendo bombardeados pelos eleitores, querendo saber qual o posicionamento dos Deputados concernente a essa situação, que foi colocada, a princípio, pela imprensa aí fora. E este momento é oportuno.

Eu sei que V.Exa. — vou citá-lo aqui —, Deputado Silvio Costa, é mal interpretado pelas suas colocações, mas eu o entendo como uma pessoa zelosa. Eu tenho observado V.Exa., do meu Estado, e os demais que aqui falaram. As suas provocações, a princípio, deixam algumas interrogações, mas V.Exa. é uma pessoa que também se dobra às boas respostas, quando justificadas. E eu tenho que ser justo aqui. (*Palmas na plateia.*)

Deputado Silvio, perguntas que V.Exa. fez aqui eram as que eu iria fazer, então já as dou por respondidas. Só uma eu estou aguardando. E eu creio que a BBOM também vai ter direito de se pronunciar, porque ficou em aberto aqui a sua resposta à pergunta concernente aos montantes, onde estão e se há condições de ressarcir. Falta a BBOM responder — não teve oportunidade para esse particular —, a Telexfree já o fez.

Eu gostaria de dizer que em nenhum momento aqui estou inocentando ou culpando ninguém. A Justiça está aí. Esperamos que a justiça seja feita. Agora, não podemos penalizar milhares e milhares de brasileiros que nada têm a ver com isso aí. Essa é a grande verdade. Pelo que eu entendo, um bom percentual recebeu, outros têm a receber. A minha pergunta foi respondida. Se hoje se disser “*devolve o dinheiro, paga o que foi prometido*”, pelo que eu entendi, a Telexfree disse que resolve, a BBOM disse que resolve. Se resolve, então, a princípio, nós não temos mais que estar discutindo essa questão.



Parabenizo o representante da Telexfree. Parabenizo o representante da BBOM. Os senhores estão no momento aqui como cidadãos, com direitos, que têm tanto quanto eu tenho. Eu não vou usar aqui a prerrogativa de Deputado para criticar os senhores, falar mal. Não se trata disso. A sociedade está aí. Os senhores estão dando a cara, com coragem, dizendo que estão aí com responsabilidade. Então, se amanhã de alguma coisa for provado o contrário, da mesma forma que eu os estou elogiando, eu vou dizer que os senhores faltaram com a verdade. Não podemos julgar ninguém precipitadamente. Esse é até um princípio bíblico. “*A ninguém imponhais precipitadamente as mãos.*” Eu não vou fazer isso. A Justiça está aí. Nós temos que acreditar na Justiça. Não podemos fazer justiça através de uma mídia que, às vezes, por questões interesseiras, picha negativamente a quem lhe interessa.

Então, parabenizo a todos. Que possamos sair daqui com esclarecimentos — eu estou saindo e, acredito, o Brasil todo — e que possamos chegar a um denominador final. Que aqueles que querem prosperar dentro de todo esse sistema que o façam. É um direito de cada cidadão. Ninguém foi obrigado. Ninguém foi aqui amarrado para estar nesse processo. Todos fizeram livremente. (*Palmas na plateia.*) Os senhores têm direito e merecem também ser respeitados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Pastor Eurico, parabéns pelo cumprimento rigoroso do tempo. V.Exa. foi exemplar quanto à disciplina do uso da tribuna.

Nós ainda temos algumas inscrições: o Deputado Henrique Afonso, que está inscrito desde o início dos trabalhos; o Deputado Oziel Oliveira. Nós ainda temos que ouvir uma Associação que seja representante das empresas de *marketing* multinível, que será escolhida entre as demais associações para representar a todas.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Eu quero que vocês escolham uma, entre as Associações, para falar após o Deputado Oziel Oliveira. Seleccionem um representante para falar em nome de todos, para podermos ganhar tempo. Quem vai falar neste momento é o Deputado Henrique Afonso.



Um instante, Deputado Henrique. Nós temos aqui o Deputado Lourival Mendes, que participou desde o início da reunião. Ele esteve aqui conosco, mas agora não tem mais como postergar a sua saída deste plenário, porque está na CCJ e lá se está discutindo matéria da maior relevância para o Parlamento e para o Brasil. Deputado Lourival, obrigado pela presença. E obrigado pela grande contribuição a esta audiência pública. (*Palmas na plateia.*)

Agora, sim, o Deputado Henrique Afonso está com a palavra, por 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE AFONSO** - Sr. Presidente, Deputado Ângelo, eu quero economizar as minhas saudações, podendo agora saudar a Mesa na pessoa do Deputado Eurico; saudar os Deputados Estaduais na pessoa do Deputado Moisés Diniz; e saudar os divulgadores, os microempreendedores do *marketing* multinível na pessoa do apóstolo Ildson.

Chegou a vez de o Parlamento debater esse assunto. Nós já estamos há praticamente 3 meses acompanhando esse debate, um debate que suscitou, essencialmente, a ver dos divulgadores, o sucesso das operações financeiras de *marketing* multinível, mas também um debate que ganhou visibilidade, notoriedade, não só no Acre, mas no Brasil, por conta de uma liminar que terminou cessando essas operações financeiras — um debate que ainda estava no campo jurídico, e a imprensa refletia isso. E muitas vezes nós Deputados Federais e Senadores erámos pautados para que pudéssemos dar uma opinião acerca do juízo que estava se fazendo a respeito das principais empresas, como, por exemplo, a BBOM e a Telexfree, entre outras. Nós nos reservamos, para respeitar as relações harmônicas e independentes entre os Poderes. Agora está acontecendo aqui uma audiência pública. É a hora de nós podermos apresentar o que pensamos sobre isso, com liberdade, e sem ser acusados de oportunistas. Nós sabemos que mais de 1 milhão de pessoas, hoje, está com a expectativa, a esperança de que essas operações financeiras voltem à sua regularidade, à sua normalidade. O debate é esse.

Eu estava vendo agora o manifesto de uma das Associações de Divulgadores, e eles colocaram uma coisa que eu queria aqui... O Parlamento brasileiro, e não só o Parlamento, mas os Poderes Executivo e Judiciário, sem querer se infiltrar... É que o mundo precisa se adaptar à sociedade — e eles usaram até a palavra “moderna” —, ao mundo globalizado, ao mundo moderno. Não é a um





mundo mais moderno, é ao mundo pós-moderno. Nós estamos vivendo uma verdadeira injeção célere de mudanças no mundo. Se o mundo não se adaptar a isso, nós vamos ficar para trás (*palmas na plateia*), e aí nós não vamos ter condições de responder aos principais desafios. Se há uma revolução tecnológica, e nós vivenciamos a era do comércio digital, também estamos vivendo a maior exclusão social da história da humanidade (*palmas na plateia*), com índice de desemprego cada vez mais crescente, que precisa ter as suas respostas, como também estamos vendo a substituição das grandes mídias eletrônicas pela Internet, pelas redes sociais. E não é para menos que a Telexfree incomodou tanto, e não só a Telexfree, nesse Movimento Acorda Brasil, através das redes sociais. Mobilizou-se 1 milhão de pessoas. O mundo tem que acordar para isso. O mundo tem que prestar atenção.

O Deputado Silas Câmara — não sei se ele está aqui — deu o exemplo do Acre como uma economia falida. A questão não é de falência econômica. O Brasil vive dificuldades é de crescimento econômico. Eu tive a informação de que 20% do PIB americano são envoltos e produzidos pelo sistema de *marketing* multinível. (*Palmas na plateia.*) O Brasil precisa compreender isso. O *marketing* multinível não é para resolver o problema de economias estraçalhadas. Ele vem para promover, ajudar e colaborar no crescimento econômico da Nação. Ou a gente entra, ou não vai. (*Palmas na plateia.*) A verdade é essa.

Sr. Presidente, temos um problema: o Brasil não tem um marco regulatório. Parece-me que esta audiência pública vem exatamente empurrar essa necessidade. Há uma coisa na Bíblia que é muito linda: “*Tudo coopera para o bem daqueles que amam a Deus*”. É verdade. Agora vai ter. Até sugiro à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio que, em vez de uma CPI, Deputado Silvio Costa — eu sei que agora há a Subcomissão Especial Permanente —, dado o tamanho desse problema, o valor desse problema e as soluções que ele traz principalmente para o enfrentamento do desemprego, se faça com Deputados desta Comissão, ou mesmo da Comissão de Defesa do Consumidor, um grupo de trabalho para acompanhar isso. Agora, há coisas muito mais urgentes, entre elas, exatamente assegurar logo esse marco regulatório, definir quem é realmente



sistema de pirâmide e quem não é, poder o Brasil contar com mais essa força econômica e ter um país bem melhor para todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Feita a fala do Deputado Henrique Afonso com muita veemência, passamos a palavra ao Deputado Oziel Oliveira, representante do Estado da Bahia.

Por favor, Deputado Oziel Oliveira.

**O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA** - Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar a Mesa, os Deputados, o Senador Petecão, os representantes, os divulgadores, o pessoal da BBOM e da Telexfree.

Eu fico feliz de poder estar aqui no Congresso Nacional representando o povo baiano e de poder saber que há tantas pessoas — em nosso Estado a situação não é diferente da do Acre — com tantas dificuldades. Eu, que sou agricultor, vivo também nesta Casa. Eu estive aqui de manhã, fui para a Comissão de Agricultura. Nós vivemos as mesmas dificuldades lá no campo. Agora mesmo o Brasil está vivendo uma dificuldade enorme na economia do agronegócio brasileiro. O Brasil foi afetado por uma praga, uma lagarta que veio da Austrália, e o País não tem os defensivos autorizados pelo Ministério para combatê-la.

O Deputado Agnolin, meu vizinho de Estado, lá do Tocantins, e do meu partido, sabe que a economia da nossa região oeste da Bahia é exclusivamente agrícola. Nós levamos um prejuízo de 1,5 bilhão só por causa dessa lagarta. No Brasil, o prejuízo já chega a 10 bilhões de reais, porque não temos o mecanismo que possa autorizar, em função da burocracia que tem... O Ministério Público entrou com um processo contra a importação dos produtos.

Vejam a relação que isso tem para poder fazer uma comparação com vocês: toda a economia daquela região é baseada na agricultura e precisa da importação desse produto, e vocês que são divulgadores da Telexfree ou da BBOM lá na Bahia e na região sabem o quanto é importante essa economia, mas os novos negócios da tecnologia são muito importantes para nossa juventude, e aqui estão os empreendedores.

Atentamente ouvindo, em minha residência, em meu escritório, lá em Luís Eduardo Magalhães, eu disse: *“Nós podemos fazer vários movimentos, mas o*



*movimento mais importante é chegar ao Congresso Nacional com audiência pública para que todos, Deputados e Senadores, possam entender as dificuldades que vocês estão passando”.*

Como aqui já disseram, ninguém que esteja sendo caçado por qualquer irregularidade vem ao Congresso Nacional pedir que seja feita uma CPI, em frente a representante da Justiça ou da Receita Federal. Quem está com qualquer problema não vem aqui, não.

Portanto, Sr. Presidente, quero colocar o nosso mandato à disposição dos divulgadores e também fazer uma importante sugestão: como aqui tivemos a participação de Senador, que as nossas próximas audiências públicas sejam conjuntas, para que nós da Câmara, representantes do povo, e eles do Senado, representantes do Estado, possamos resolver definitivamente o problema por que essas pessoas passam hoje. *(Palmas na plateia.)*

Portanto, essa é a sugestão que faço. Inclusive, agora há pouco conversei sobre essa sugestão com a advogada que tem um nome muito forte, Joana D’Arc, e tem acompanhado vocês lá no Acre.

Quero dizer da minha disponibilidade para acompanhar a todos vocês, colocando o meu gabinete à disposição. Que essa questão possa ser resolvida o mais rapidamente possível, porque eu quero ser também um divulgador desse processo. Um abraço a vocês. *(Palmas na plateia.)*

Eu sei, Sr. Presidente, que aqui são vários empreendedores. Sou empreendedor. Quero ver isso resolvido, porque quero participar, como divulgador, desse processo. *(Palmas na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Bem, nós, democraticamente, procuramos contemplar todos os sentimentos, todos os pensamentos, todas as áreas das atividades correlacionadas.

Nós temos que ouvir ainda o representante das Associações dos Divulgadores. Ficou de ser indicado um para falar em nome de todas as Associações. Quem vai falar em nome das Associações?

*(Intervenções simultâneas inaudível.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Não, ainda não. Se não houver ninguém para falar pelas Associações dos Divulgadores, nós vamos dar sequência à nossa reunião. Mas isso foi o acordado.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Presidente, o cidadão da BBOM está ali há 40 minutos para dar um complemento de resposta. Deixe-o dar o complemento de resposta. *(Palmas na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Silvio, nós já temos muitas respostas e vamos ter mais respostas. Agora, nós não podemos fugir à regra de respeitar todas as inscrições. Nós os convidamos em nome deste Parlamento, em nome das Comissões. Portanto, eu não posso ter depois aqui um convidado discriminado e ter a sua palavra tolhida. Então, nós teremos só duas falas, e serão breves, de 3 minutos.

Por favor, sua identificação.

**O SR. JOSÉ ILDSO BARBOSA** - José Ildson.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - José Ildson, o senhor tem 3 minutos para fazer a sua exposição em nome das Associações dos Divulgadores. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Nós vamos fazer o seguinte: 3 minutos, com mais 2 de extensão, se for necessário. Democraticamente, sem problema.

Esteja com a palavra.

**O SR. JOSÉ ILDSO BARBOSA** - Boa tarde. Nós estamos com todos os representantes das Associações já criadas e das que estão sendo criadas agora no Brasil. Estão aqui vários representantes de Associações de Marketing Multinível. Eu sou lá do Acre. Nós estamos representando a nossa Associação, que foi recém-criada.

Nós queremos agradecer aos Deputados a oportunidade de participar de uma assembleia tão importante para este momento histórico na nossa Nação. Nós estamos inclusive antecipando, de alguma maneira, a nossa distribuição de renda.

Como divulgadores, como representantes das Associações, das pessoas que são a maioria envolvida nesse processo, queremos externar, diante de todos, que não estamos pedindo que sejamos ressarcidos nos valores que foram investidos.



Nós não estamos pedindo que devolvam o nosso dinheiro. Estamos pedindo que tenhamos oportunidade de trabalho. É o que todo mundo quer. (*Palmas na plateia.*)

Eu creio que ninguém que está aqui veio em busca dos 3 mil ou qualquer valor com que tenha comprado alguns pacotes, seja Telexfree, seja BBOM, seja qualquer outra empresa. Todos querem oportunidade de trabalho. Nós estamos falando de igualdade social, de oportunidade que muitas pessoas, em todos os níveis... Sabemos que há pessoas cadastradas nessas empresas que são juízes, promotores — não são simplesmente pessoas menos esclarecidas e, como foi apresentado em algum momento, pessoas hipossuficientes.

Nós acreditamos que o debate já avançou bastante. Muitas coisas foram esclarecidas, muitas dúvidas foram tiradas aqui. Acreditamos no sucesso e na vitória. Não adianta ficarmos simplesmente falando e debatendo. Queremos propor um encaminhamento mais direto, enquanto Associação. Nós precisamos urgentemente legalizar o *marketing* multinível no Brasil, para haver um parâmetro.

Infelizmente, vimos que algumas posições, até mesmo do Judiciário, foram tiradas do Google, para saber o que é *marketing* multinível, para saber o que é pirâmide. Então, isso não está muito definido. Até nas falas aqui isso não ficou bem definido. Queremos realmente estar resguardados — e nós falamos em nome dos divulgadores —, para que picaretagem não venha a acontecer.

Nós queremos louvar a posição dos representantes dos donos das empresas, os líderes, diretores das empresas. Se realmente fossem bandidos, eles já teriam fugido, já teriam ido embora. (*Palmas na plateia.*) Eles estão aqui nos respondendo e nos representando. E nós somos empreendedores individuais.

É isso que nós queremos que seja realmente legalizado. Nós queremos fazer o máximo possível para que esse processo tenha celeridade. Enquanto Associação, enquanto representante de todos os divulgadores, estamos à disposição para debater o projeto, ver o que tem que ser adequado. Realmente, aquilo que for *marketing* multinível vai prevalecer no Brasil, porque é tendência mundial. Vinte e cinco por cento do PIB dos Estados Unidos é movido pelo multinível; existe faculdade de multinível; o Japão funciona assim; está funcionando o multinível em mais de 60 nações no mundo, e no Brasil não será diferente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Só quero lembrar que o tempo já esgotou.

**O SR. JOSÉ ILDSO BARBOSA** - Já estou encerrando. Nesta audiência, nós temos três Comissões importantes para debater isso, a questão do consumidor. Estamos falando da indústria e do comércio. Só lá no Acre, o comércio tem sido afetado em 70% no seu avanço, depois que essas empresas fecharam.

Então, a única coisa que nós queremos é trabalhar e que não seja proibido ganhar dinheiro no Brasil. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Muito bom.

Agora, a última inscrição, feita inclusive previamente. Pacientemente aguardou até este horário, de 14h20min, o Sr. Geraldo Jaques Geraldin, Presidente da Associação Nacional de Marketing Multinível. Por favor, o senhor está com a palavra pelo tempo de 5 minutos.

**O SR. GERALDO JAQUES GERALDIN** - Bem, como já foi mencionado aqui, eu queria apenas trazer algumas informações. O Brasil todo, vendo a importância e a necessidade de se estabelecer um princípio, um marco regulatório, organizou-se em associações e entidades, compostas por vários dirigentes, em vários Estados, e por isso estamos aqui, com o propósito de representar o anseio e o desejo dos operadores de *marketing* multinível.

Precisamos ter no País segurança jurídica para desenvolver a nossa atividade. Até agora, em todas as exposições feitas aqui, trabalhou-se em cima de questões de supostas pirâmides: "*Eu acho que é; eu acho que não é*". Precisamos estabelecer no Brasil realmente uma informação clara e objetiva. E nós queremos repudiar as atitudes arbitrárias que foram causadas aos operadores de *marketing* multinível neste País. Nós queremos repudiar esses atos que vêm acontecendo aqui.

Nós sabemos que este Parlamento tem a função decisiva e tem a responsabilidade de assegurar o direito do povo brasileiro que hoje opera com *marketing* multinível neste País. Nós não iremos baixar a guarda. Nós iremos constantemente nos mobilizar e nos organizar para que nós possamos, de fato e de direito, regulamentar o *marketing* multinível no Brasil.



Não basta simplesmente a queda da liminar, devido à qual as empresas hoje estão passando por esse impasse todo, mas é necessário que este Parlamento possa se posicionar a favor dos brasileiros, a favor de todas as famílias que trabalham com *marketing* multinível.

E para isso nós pedimos ao Presidente da Mesa, aos Deputados Estaduais, Federais e Senadores que nós possamos já apresentar esse projeto de lei em caráter de urgência. Não podemos mais nos alongar em discursos e nas falácias ou simplesmente em palanques. Precisamos de uma posição séria, porque milhares de pessoas estão sofrendo, passando necessidades por causa desses impasses.

Então, pedimos a todos os Senadores e Deputados Federais que, por favor, venham a se posicionar de forma veemente, para que nós venhamos a apresentar nas Comissões desta Casa e no Plenário um projeto de lei que seja votado em caráter de urgência. E que nós possamos, de fato e de direito, desenvolver o *marketing* multinível neste País.

Quero parabenizar todos os representantes e diretores de empresas de *marketing* multinível que se fizeram presentes nesta sessão, nesta audiência pública, porque isso mostra que nós queremos um *marketing* multinível livre para todos.

É por isso que nós organizamos as entidades e as associações, porque nós queremos a legitimidade e a organização da classe. E nós não iremos aceitar por parte da imprensa ou de alguns órgãos deste País que venham nos incriminar ou simplesmente nos rotular como bandidos, porque nós iremos, veementemente, buscar os nossos direitos. É por isso que associações estão organizadas neste Parlamento, porque entendem que é deste Parlamento que emana toda lei brasileira. É este Parlamento que tem que fazer justiça. E nós queremos, em caráter de urgência, que seja feita justiça a todos os operadores de *marketing* multinível no País, e que as empresas possam ser resguardadas em seus interesses em trabalhar com *marketing* multinível.

Esta é minha fala, é a colocação que queria fazer. E vamos estar abertos para a aprovação do projeto de lei que regulamenta o *marketing* multinível e, se possível, porque eu também acho importante, uma agência reguladora de *marketing* multinível. Sabemos que nós nos sustentamos com a questão da tecnologia.



Constantemente a tecnologia evolui, e uma agência seria fundamental nesse processo de observar os avanços dos tempos e de regulamentar através de resoluções. Assim, não precisaríamos estar sempre fazendo emenda à Constituição.

Essa é a nossa fala. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - E agora, então, para concluir o nosso trabalho de hoje, reunião, a meu ver, altamente produtiva, com muitos esclarecimentos que, com certeza, nos dará entendimentos para concluir este marco regulatório tão esperado, temos ainda respostas a serem dadas. Uma foi o questionamento que o Deputado Silvio Costa fez ao Sr. João Francisco, da BBOM. Por isso, eu gostaria de passar ao Sr. João Francisco o microfone, para que dê a resposta ao Deputado Silvio Costa, por favor.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Silvio Costa, talvez haja uma confusão de perguntas. Eu entendi que o trabalho de hoje foi uma movimentação das pessoas e da própria imprensa. E a imprensa tem dito a todos os valores que foram retidos das contas da BBOM que estão na Caixa Econômica Federal hoje. A imprensa diz 300 milhões de reais presos. Não são 300 milhões de reais; são 315 milhões de reais que foram tirados do nosso caixa.

A pergunta que eu respondi ao senhor foi quanto ao Imposto sobre o Lucro Líquido. Realmente, eu vou consultar a minha contadora a respeito do percentual do Imposto sobre o Lucro Líquido.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sr. Presidente, por favor.

Dr. João, o senhor tem uma base lá em Indaiatuba, não é?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Tenho uma base de monitoramento.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Então, lá, nessa base de monitoramento, o senhor tem a quantidade de pessoas envolvidas na BBOM no Brasil.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Tenho.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor sabe quantas são?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Duzentos e dezessete mil pessoas.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Eu vou dizer que essas pessoas recebam uma remuneração média de 200 reais ao mês. Está razoável?





**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - É mais.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Trezentos? Vamos fazer um acordo: 300 reais/mês.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Deixe-me falar uma coisa para o senhor?

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sim, mas é porque eu quero chegar lá.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - É claro, é claro. Eu só quero complementar a sua própria pergunta.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Quando o senhor concluir, eu queria...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Se eu tiver que devolver hoje todos os pacotes às pessoas, eu os devolvo com 174 milhões de reais.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Quanto?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Cento e setenta e quatro milhões de reais. Eu tenho 315 milhões de reais presos.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor devolve?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Devolvo. Com 174 milhões de reais, eu reembolso todas as pessoas que um dia acreditaram em nós. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Sr. Presidente, eu posso falar agora, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Pois não, Deputado Silvio Costa.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Inclusive, isso está no material que deixei com a Comissão agora há pouco.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - É só para fazer uma conta com o senhor.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - É claro.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Com todo o respeito, eu não estou aqui para acusar ninguém.

(*Manifestação na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Por favor, por favor.



**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Olha, é o seguinte, eu quero falar. Veja bem, o senhor me disse que é uma remuneração média de 300 reais. O.k.?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Isso, isso.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - E que o senhor tem 212 mil pessoas. Não é isso?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Duzentos e dezessete mil.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Duzentos e dezessete mil *versus* 300 reais, dá 64 milhões de reais/mês.

Preste atenção na conta agora: 64 milhões de reais/mês. Essa remuneração é contratual de 12 meses. Doze meses multiplicados por 64 milhões de reais, daria 720 milhões de reais/ano.

*(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Aí o senhor vem me dizer agora...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Dr. Silvio, o senhor não está considerando os valores de monitoramento mensal, que, a partir da instalação dos equipamentos — que seja 1 milhão —, dá mais 80 milhões de reais de faturamento mensal, durante 36 meses. E o dinheiro que nós temos...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Então, quer dizer...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Só um minutinho, por favor. O senhor me acusou, eu acho que eu posso me defender.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - É claro, e a gente fica aqui até a meia-noite.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Se eu tenho dinheiro hoje, pagando todo mundo, e compro mais 3 milhões de rastreadores, eu tenho um faturamento de 240 milhões de reais por mês, durante 36 meses. Então, isso significa o quê? Onde está a pirâmide financeira, se eu dependo exclusivamente do meu faturamento sobre monitoramento para dividir o meu lucro com essas 217 mil pessoas? *(Palmas na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Mas, doutor, eu vou chegar lá, eu vou chegar lá. Doutor, cada divulgador desse...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Não, não é divulgador; é um microempreendedor.



**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Está bom, microempreendedor. Vamos lá. Cada microempresário desse aluga, da sua empresa, quantos rastreadores/mês?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Eu tenho microempresário que está com mais de 600 rastreadores instalados em sua frota, se isso serve de resposta.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não, eu quero saber, em média, eles alugam quanto no mês?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Eles têm o direito de alugar 20, 10 ou 5, eles decidem. Se eles não quiserem alugar os rastreadores...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor está me dizendo...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Eles podem utilizar...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor está me dizendo aqui que o senhor aluga, no mínimo, 1 milhão de rastreadores ao mês, não é isso?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Não, não estou dizendo isso. Eu tenho cliente para mais do que isso.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Você não disse que...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Eu tenho cliente para mais do que isso.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Mas doutor, o cara está fazendo conta, doutor, por favor. Não é 1 milhão ao mês? É razoável 1 milhão ao mês para aluguel?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Olha, se eu conseguir, doutor, alugar 1 milhão de rastreadores ao mês, eu vou ter 12 milhões de rastreadores, eu vou ser a maior empresa do mundo. Eu estou torcendo para isso.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Então, o senhor aluga quantos, cidadão, em média, por mês?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Bom doutor, eu tenho 1 milhão...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Você está conversando (*ininteligível*).

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Ó, eu tenho, vamos...Você não deixar eu falar.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Fale!

(*Manifestação na plateia.*)

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Fale, eu vou ouvir o senhor.



**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Olha, o problema é o seguinte: nós temos dinheiro para comprar 3 milhões de rastreadores. Eu não preciso de mais ninguém na rede. Eu preciso que a Justiça me libere o meu dinheiro. As pessoas que se sentirem incomodadas podem pedir o cancelamento da venda, e eu devolvo o dinheiro a eles. Não há problema. Ele não está feliz. Eu não posso ter ninguém infeliz. Eu acredito que a Telexfree é a mesma coisa.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Está bom. O senhor me responde agora?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Respondo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Sílvio...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Só para concluir. Em média, quantos rastreadores/mês o senhor aluga? Quantos? O senhor não sabe isso?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Se o senhor me liberar o meu dinheiro, nos próximos 60 dias eu consigo colocar no mercado 3 milhões de rastreadores.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Não, doutor, na sua época, quando a empresa estava vivinha da silva...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Ah, tá.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Quanto por mês foi então?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Um milhão. Quando a minha empresa tinha dinheiro? Um milhão.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - O senhor alugava 1 milhão de rastreadores ao mês?

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Um milhão. Nós estamos enviando hoje 5 mil a 12 mil equipamentos por dia.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Bom, doutor, eu lamento informar: a gente vai ficar conversando aqui até a meia-noite, mas, diferentemente da Telexfree, o senhor não vai me convencer. Esse negócio da BBOM está troncho! E, se Deus quiser, a gente vai instalar essa CPI, que CPI é diferente: CPI você quebra sigilo bancário, CPI você pode pedir para prender. CPI é diferente! Essa conversa sua não está aprumada!



**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Então, o senhor pega aqui a documentação, que foi entregue...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Papel cabe tudo..

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - ...e tenta entender.

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Papel cabe tudo... Não está aprumada! Está encerrada a minha fala.

*(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Silvio, está entendido, então?

*(Manifestação na plateia.)*

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - O senhor não... Doutor...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Não, veja bem, veja bem, veja bem. A prerrogativa...

*(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Por favor, só um pouquinho, só um pouquinho.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Olha, olha, o problema é o seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Dr. Francisco...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - O problema é o seguinte: o Dr. Silvio não está sendo parcial...

*(Manifestação na plateia.)*

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - O senhor não está sendo imparcial...

**O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA** - Eu lhe perguntei quanto o senhor alugava por mês, o senhor disse que não alugava. Eu fiz uma conta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Deputado Silvio, Deputado Silvio...Nós não vamos, nós não podemos extrapolar o objetivo desta audiência pública. Nós não temos informações...

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - A BBOM apoia a CPI, a BBOM apoia a CPI, e eu tenho certeza de que vai ser uma Comissão imparcial. Todos os nossos microempreendedores no Brasil estão de acordo com a CPI, se houver algum aqui acredito que não vai estar contra, e nós estamos à disposição.



Doutor, eu queria entregar este material para o senhor. É um material que demonstra toda a sustentabilidade do nosso negócio, também desenvolvido por pessoas altamente qualificadas, que entendem do assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Eu acho que nós temos aqui já bastante esclarecimento, bastante material. Nós vamos encaminhar este material aos Parlamentares que se interessam por este assunto; vamos encaminhar à nossa Consultoria para que façam também uma avaliação do que está aqui consignado. Eu entendo, parece-me que as respostas já foram suficientemente esclarecedores, tanto da Telexfree quanto da BBOM. Se o senhor tem alguma consideração ainda, a ser feita, eu gostaria que a fizesse.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Não, eu só tenho algumas informações que o Dr. Renan...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Por favor, mais 2 minutinhos. Nós temos as informações finais que o Dr. João Francisco dará a todos nós. E eu acho que elas são importantes, oportunas, e farão parte, inclusive, do relatório desta audiência pública, que farão parte dos estudos que faremos para poder construir um marco regulatório do *marketing* multinível.

Então, por favor Dr. Francisco.

**O SR. JOÃO FRANCISCO DE PAULO** - Primeiro, o Dr. Renan perguntou sobre um questionamento da ABF (Associação Brasileira de Franchising) à nossa empresa. A nossa marca está na ABF; é uma empresa que foi analisada por uma comissão de ética que entende do assunto, e nós prestamos os devidos esclarecimentos à comissão de ética. Ela realmente questionou o que era, se nós éramos pirâmide ou não, porque nós somos acusados de ser uma pirâmide. E eles quiseram saber isso, porque eles não vão manter, dentro do processo deles, uma empresa que pratica um crime. É uma associação respeitada internacionalmente.

Perguntou também se nós temos seguro; se a empresa quebrasse, o seguro pagaria. Nós não temos, mesmo porque nós nunca nos preocupamos com isso. Nós nunca nos preocupamos em fazer um seguro, nunca procuramos uma seguradora que pudesse garantir a nossa base, mesmo porque nós conhecemos, confiamos e acreditamos no processo.



Nós fizemos um seguro profissional para que, se algum instalador de uma franquia nossa espalhada no Brasil — inclusive em Recife, na cidade do ilustre Dr. Silvio — fizer alguma instalação errada e der algum problema, uma pane, essa seguradora pagaria todas as despesas. É um seguro profissional. Isso é para proteção de franqueados e do próprio usuário.

Então, nós não temos seguro de proteção contra quebra de empresa, mesmo porque eu não acredito que existe aqui alguém, ou mesmo no Brasil, que cria uma empresa — de 17 anos, se o Dr. Silvio não sabe disso, de mais de 20, se eu não me engano, ou 19 — com o intuito de quebrar. Eu acredito que, mesmo a Telexfree sendo uma empresa nova, quando ela foi criada, ela foi criada para beneficiar milhões de pessoas.

Acredito também que o Dr. Silvio está sendo tendencioso, e ele não está ouvindo a razão. Ele está querendo transformar uma coisa legal em uma coisa ilegal. Então, isso ele vai responder devidamente, acredito que para a CPI, porque essas informações que ele deu não foram informações imparciais; foram informações tendenciosas. Eu dei uma resposta a ele; ele inverteu a resposta. Quando eu disse a ele que não sabia o percentual de recolhimento de imposto sobre o meu lucro líquido, ou o lucro líquido das empresas nossas, ele disse que eu falei que só tinha 50 reais. Não, 315 milhões de reais estão bloqueados. E a Justiça determinou que eu só posso movimentar, na minha conta, 50 reais. Acredito que 99% do Plenário entendeu isso. O Dr. Silvio está nesse 1%, que deve ser só ele.  
*(Palmas na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Dr. João Francisco, nós entendemos a sua explicação.

O Deputado Silas quer fazer algumas considerações rapidamente.

E nós também precisamos comer alguma coisa, precisamos nos alimentar também. Mas esse é o ritmo da Casa. Para nós que estamos aqui, já estamos acostumados a ficar algumas horas, ou até o dia sem refeição. Agora, vocês é que devem estar aí sentindo falta, não é? O estômago está começando a reclamar.

Deputado Silas, por favor. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Bem, pessoal, não é nenhuma pergunta que eu vou fazer, mas é uma afirmação. Eu tenho a impressão que,



independentemente dos contratempos, os senhores devem ter percebido que o objetivo da audiência pública foi alcançado. E foi alcançado quando o Presidente da empresa Telexfree disse que nunca viu tanto Deputado na vida dele. Ele não viu nada, porque aqui não tinha nem 10% dos Deputados. Eu queria é que estivessem aqui os 513, aí V.Sa. deveria ficar mais feliz ainda, porque eu quero dizer ao senhor que o objetivo desta audiência, e isso, de certa forma, deixa-nos constrangidos, não era inquerir ninguém, mas era esclarecer as pessoas. Mas até as perguntas mais adversas devem ter respostas, porque isso esclarece. Eu tenho a impressão de que, pela ansiedade do momento, a gente queria esse confronto que, para os senhores, pode representar uma autodefesa. Mas vocês não vieram aqui se defender de nada.

Então, eu queria dizer a vocês — como eu disse na minha fala —, mais uma vez, que esta Casa, que os Deputados que aqui estão presentes, nenhum deles tem interesse em jogar contra o Brasil, e jogar contra os senhores é jogar contra o Brasil.

Portanto, eu encerro pedindo desculpas daquilo que foi excedido ao ilustre expositor que aí está agora na tribuna, porque eu acho que tudo tem um limite, da coerência e do constrangimento. E não é esse o nosso objetivo.

Deus abençoe a todos, e contem conosco. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Com essas considerações do Deputado Silas... O Pastor Eurico também quer fazer um breve comunicado das suas considerações finais. Por favor.

**O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO** - Bom, Presidente, eu reitero que saio daqui tranquilo pelo fato de não ver os representantes como bandidos ou marginais, tampouco as empresas marginalizadas. Esperamos que tudo chegue a um consenso, pelo bem de todos.

E aproveito a oportunidade para fazer, com muita sinceridade, os agradecimentos a V.Exa., pela forma como conduziu esta reunião, de forma imparcial, respeitando, considerando a todos. (*Manifestação na plateia.*) Isso faz parte da sua índole. Parabéns!

Eu me sinto lisonjeado em poder lhe prestar esta homenagem, até porque eu também faria o contrário se assim não fosse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ângelo Agnolin) - Eu tenho que agradecer a gentileza ao Pastor Eurico.





Na realidade, eu acho que nós avançamos muito. De uma grande interrogação que existia até hoje, às 10 da manhã, nós já temos uma série de caminhos a seguir, para elucidar, para transformar, para efetivamente autenticar o que é *marketing* multinível, e para desautorizar o que é pirâmide financeira. Eu acho que nós temos agora um compromisso parlamentar de tratarmos desta matéria construindo uma normatização que possa, efetivamente, premiar os bons empresários, os bons representantes, e excluir os pilantras, os picaretas, que fazem disso um benefício pessoal.

Uma boa tarde.

Muito obrigado a todos pela presença. (*Manifestação na plateia.*)